

**Vestir para trabalhar na Manutenção Militar, em Lisboa. Uma
proposta de exposição temporária sobre as fardas das
trabalhadoras civis**

Susana Filipa Ferreira Pinto

Dissertação de Mestrado em Museologia

Setembro, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Deolinda Folgado e co-orientação da Professora Doutora Carla Alferes Pinto

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Deolinda Folgado, pelos inúmeros conselhos dados no âmbito da concretização deste trabalho, bem como pela paciência e optimismo ao longo deste processo, mas acima de tudo por me ter permitido alargar os meus horizontes e conhecer uma área da museologia que até então pouco conhecia.

Deixo também patente o meu obrigada à minha co-orientadora, Professora Doutora Carla Alferes Pinto, pelo seu entusiasmo pelo projecto e pelos seus contributos sempre incisivos.

Agradeço também a todos os ex-funcionários da MM que responderam aos apelos desta pessoa desconhecida com muitas perguntas estranhas, à Catarina Duarte, à Rita Pratas, do Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem, e ao Professor Pedro Aboim, pelo bom ambiente, confiança e toda a ajuda, especialmente durante o processo de inventariação da colecção.

Adicionalmente, quero deixar o meu agradecimento ao Coronel Francisco Amado Rodrigues e à Dra, Cristina Moura, do Museu Militar, por amavelmente me terem aberto as portas do arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, que têm sob a sua responsabilidade, sem o qual este trabalho não teria sido possível de executar.

Um grande agradecimento também para o Arquivo Geral do Exército, nas pessoas da Cabo Silva, Dona Helena (ex-funcionária da MM), Cabo Moreno e Ajudante Santos, que me acolheram com toda a simpatia e boa disposição nos dias frios do mês de Janeiro, fazendo-me quase sentir como parte da equipa.

Não posso deixar também de agradecer, naturalmente, aos meus pais por todo o apoio incondicional, paciência e carinho ao longo desta longa jornada e de todas as outros, pois a eles devo tudo o que sou.

Agradeço, igualmente, ao meu namorado, melhor amigo e fiel companheiro, Fábio Gonçalves, pela imensa ajuda e apoio incessante, pelo entusiasmo e constante incentivo em prol da materialização deste importante marco. Obrigada por acreditares em mim, mesmo nos dias mais sombrios em que eu não acredito em mim mesma.

RESUMO

Vestir para trabalhar na Manutenção Militar, em Lisboa. Uma proposta de exposição temporária sobre as fardas das trabalhadoras civis

Susana Filipa Ferreira Pinto

O presente trabalho de dissertação de mestrado em Museologia tem como objecto de estudo a colecção de fardas civis da extinta Manutenção Militar (MM) de Lisboa, fundada em 1897. A mesma integra o acervo mais vasto deste futuro núcleo museológico do Museu de Lisboa, inserido no Hub Criativo do Beato (HCB). Trata-se de uma colecção de fardamento usado dentro complexo da MM de Lisboa, que se encontrava por estudar, nomeadamente através da execução de um inventário e da correspondente investigação.

Este trabalho pretende, assim, ser um contributo pioneiro para uma melhor compreensão das fardas civis enquanto património industrial e do uso de fardamento em contexto de trabalho, neste caso numa estrutura militar, onde a farda detém uma função clara na organização e distinção dos próprios trabalhadores civis. Abre-nos, também perspectivas para a evolução da moda no vestuário de trabalho, especialmente ao longo do século XX, no que respeita aos modelos, cores e tecidos, sem esquecer a relação entre o trabalhador ou a trabalhadora e o trabalho. Permitirá igualmente conhecer um pouco do universo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das dinâmicas entre ambas as instituições.

Tendo presente que este estudo se desenvolve num âmbito museológico, o nosso desafio abraça também uma dimensão mais prática, expressa numa proposta de exposição temporária, intitulada *Tantas fardas, tantas histórias – A Manutenção Militar no feminino*, que visa dar a conhecer a dimensão civil feminina da MM através das suas fardas e respectivas funções dentro da estrutura desta extinta instituição fabril do Estado.

Palavras-chave: Manutenção Militar de Lisboa; fardamento; fardamento civil; fardamento feminino; Museu de Lisboa; Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento;

ABSTRACT

Getting dressed to work at Manutenção Militar in Lisbon. A proposal for a temporary exhibition on the uniforms of female civil workers

Susana Filipa Ferreira Pinto

This Master's thesis in Museology has as study object the collection of civilian uniforms of the extinct *Manutenção Militar* (MM) in Lisbon, founded in 1897. This collection is one of many collections of objects now in the possession of this future branch of *Museu de Lisboa*, located in the *Hub Criativo do Beato* (HCB). This is a collection of uniforms used within the MM complex in Lisbon, which was yet to be studied, namely through the execution of an inventory and the corresponding investigation.

This work intends, therefore, to be a pioneering contribution to a better understanding of the civilian uniforms as an industrial heritage and of the use of uniforms in a work context, in this case in a military structure, where the uniform had a clear role in the organization and distinction of the civilian workers themselves. It also opens up perspectives on the evolution of fashion in workwear, especially throughout the 20th century, with regard to models, colors and fabrics, without forgetting the relationship between the male or female worker and the work itself. It will also allow to explore a little about the universe of the *Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento* and the dynamics between both institutions.

Bearing in mind that this study is developed in a museological context, our challenge also embraces a more practical dimension expressed in a proposal for a temporary exhibition, entitled *So many uniforms, so many stories – the feminine side of Manutenção Militar*, which aims to show the female civil dimension of MM through their uniforms and the functions within the structure of this extinguished industrial institution of the State.

Keywords: Manutenção Militar de Lisboa; uniforms; civil uniforms; female uniforms; industry; Museu de Lisboa

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de figuras	vii
Índice de tabelas	vii
Lista de abreviaturas	viii
Introdução	1
Capítulo I – A Manutenção Militar, em Lisboa – ciclo funcional.....	7
1.1. Função e missão ao longo do tempo 1897 – 2015	7
1.2. Lugares de trabalho.....	13
1.2.1. A direcção e o exército.....	13
1.2.2. As fábricas.....	15
1.2.3. As oficinas.....	17
1.2.4. Os laboratórios	17
1.2.5. Os refeitórios.....	18
1.2.6. Os escritórios.....	18
1.2.7. Os armazéns e os depósitos.....	19
1.3. Lugares de apoio social.....	19
1.3.1. Supermercados	19
1.3.2. Escolas e creches.....	20
1.3.3. Serviço médico.....	21
Capítulo II – E depois da Manutenção Militar	22
2.1. MM Gestão partilhada	22
2.2. O Hub Criativo do Beato	23
2.3. A criação de um núcleo do Museu de Lisboa na antiga Moagem da Manutenção Militar	25

2.3.1. O Museu de Lisboa – da missão às colecções	26
2.3.2. O programa museológico para o núcleo da antiga moagem da MM 27	
2.3.3. As colecções resultantes da actividade da MM	31
Capítulo III – A importância das fardas num estabelecimento fabril militar	32
3.1. Breve contextualização história do uso de fardamento	32
3.2. O fardamento civil na MM	37
3.2.1. As fardas e o género do trabalhador	56
3.3. Lugares de concepção e produção das fardas	57
3.3.1. Do projecto e da concepção	57
3.3.2. Do fabrico	59
3.3.2.1. Fabrico interno	59
3.3.2.2. A estreita relação entre a MM e as OGFE	60
3.3.2.3. A encomenda fora	66
Capítulo IV – A colecção de fardas dos trabalhadores civis da Manutenção Militar	68
4.1. A escolha dos modelos	68
4.2. A escolha dos tecidos	75
4.3. A escolha da gramática de cores	76
4.4. Os símbolos da MM e as fardas	77
4.5. A cada farda um lugar de trabalho e uma função	78
4.5.1. As fábricas	79
4.5.2. Armazéns, depósitos e oficinas	81
4.5.3. Escritórios	82
4.5.4. Vigilância, fiscalização e bombeiros	83
4.5.5. Messes e refeitórios	84
4.5.6. Supermercados	85
4.5.7. Escolas e creches	87

4.5.8. Serviços médicos	89
4.5.9. Outras peças	89
4.6. Condições da reserva existente	90
4.7. Contributos para um plano de conservação preventiva	93
Capítulo V – Proposta de exposição temporária “Tantas Fardas, tantas histórias”	98
5. Faseamento da exposição	98
5.1. Fase conceptual.....	99
5.1.1. Título, missão e objectivos	99
5.2. Fase de planeamento	100
5.2.1. Tempo, recursos e meios	101
5.2.2. Espaço	101
5.2.3. Museografia	103
5.2.3.1. Iluminação	104
5.2.3.2. Conteúdos textuais e audiovisuais	105
5.2.3.3. Percorso aconselhado.....	107
5.2.4. Peças a expor	109
5.2.5. Recurso a outras fontes para contextualização	109
5.2.6. Conservação preventiva e curativa das peças	111
5.3. Fase funcional	111
5.3.1. Horários e bilhética.....	112
5.3.2. Serviço educativo e programação de actividades	112
5.3.3. Comunicação e divulgação	113
5.4. Fase de avaliação	114
Considerações Finais	115
Fontes de informação.....	117
Anexos	151

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos espaços de acordo com os eixos de desenvolvimento do projecto.....	24
Figura 2 - Amanuenses à entrada da secretaria (1917).....	57
Figura 3 - Proposta de modelo de bibe para usar na MM	58
Figura 4 - Desenho de farda para serventes e criadas de cozinha.....	60
Figura 7 - Separador de moldes com indicação de que ali deveriam estar moldes das batas OGFE, MM, etc.	64
Figura 8 - Bata cor-de-rosa do acervo das OGFE (OGFE 2)	65
Figura 9 - Blusão azul zuarte do acervo OGFE (OGFE 7), com etiqueta a mencionar a MM	65
Figura 10 - Embaladeiras a empacotar rações de combate, década de 1980	81
Figura 11 - Depósito vinhos (1969)	82
Figura 12 - Caixeiros do Supermercado da MM nos anos 60 do século XX	86
Figura 13 - Alunos da MM com bibes iguais, cerca das décadas 70-80	88
Figura 14 - Alunos da MM com bibes iguais, datada de 2009	88
Figura 15 - Planta do piso -1 com área de exposições temporárias assinalada (Folgado, 2020, p. 101)	102
Figura 16 - Área de entrada da sala das exposições temporárias.....	102
Figura 17 – Restante espaço destinado às exposições temporárias	103
Figura 18 - Características físicas da sala de exposições temporárias.....	103
Figura 19 - Exemplo de tabela.....	106
Figura 20 - Esquema da museografia delineada	108

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela resumo de modelos, cores, tecidos e técnicas.....	55
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

(por ordem alfabética)

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DCF – Depósito Central de Fardamentos

DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural

EFE – Estabelecimento Fabril do Exército

HCB – Hub Criativo do Beato

ML – Museu de Lisboa

MM – Manutenção Militar

OGF – Oficinas Gerais de Fardamento

OGFE – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

INTRODUÇÃO

Justificação do tema e questões de partida

Enquanto habitante da zona oriental de Lisboa e neta de um ex-funcionário da MM, as cicatrizes e reminiscências do passado nobre e conventual, misturadas com o industrial sempre constituíram um objecto de enorme fascínio e curiosidade. Todo este passado tem um enorme peso e potencial para alicerçar um novo futuro para esta parte da cidade, que ficou esquecida durante bastante tempo, mas que acorda agora para novas possibilidades, que se querem em linha com a preservação do espírito do lugar. Assim, é de primordial importância que se ganhe consciência do património existente e que se valorize o mesmo, por forma a evitar a sua perda para os grandes negócios da especulação imobiliária, que despojam a cidade da sua dinâmica natural e das suas pessoas.

O tema desta dissertação surgiu da vontade de materializar um contributo em prol da valorização e salvaguarda do património industrial existente na zona oriental de Lisboa, tendo esta vontade encontrado o entusiasmo necessário na pessoa da Professora Doutora Deolinda Folgado, coordenadora da instalação deste futuro núcleo do Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem da Manutenção Militar, professora de Museologia Industrial e orientadora da presente dissertação. Após algumas sessões de *brainstorming* sobre as várias possibilidades de temas a explorar, foi decidido que o melhor seria debruçarmo-nos sobre uma das colecções resultantes da actividade da MM, que se encontrava ainda por tratar – a colecção de fardas dos trabalhadores civis.

No seguimento da escolha do tema procedeu-se à elaboração de um conjunto de questões de partida que visaram nortear a pesquisa e às quais o presente trabalho pretendeu dar resposta, eventualmente abrindo também novas perspectivas de investigação. Relativamente às fardas, em sentido amplo, queríamos perceber quando foi introduzido o uso deste tipo de indumentária, de onde partiu a ideia, quem as começou a conceber e quais foram os critérios para o seu fabrico. Especificamente sobre as fardas da MM, impunha-se saber quando tinham sido introduzidas nas fábricas militares como a MM, perceber que histórias nos podia contar este acervo da MM de Lisboa, quem as teria concebido e quais teriam sido os critérios para a escolha de tecidos, das cores e do *design* em geral. Para tal, era também necessário perceber onde eram fabricadas as fardas e por quem. De um ponto de vista mais quotidiano, queríamos

também entender quantas fardas tinha direito cada funcionário, se tinha de pagar pelas mesmas, se havia uma periodicidade definida para receber novas fardas, onde eram estas distribuídas, utilizadas e o que simbolizavam.

Objectivos

A maior meta desta dissertação é que possa constituir um contributo para a salvaguarda do património industrial da zona oriental de Lisboa, neste caso através do estudo da colecção que integra o acervo do Museu de Lisboa, novo pólo cultural, que se espera vir trazer dinamismo a uma parte da cidade que necessita urgentemente de ser valorizada, de uma forma pensada, respeitosa e sem a despojar do seu carácter único.

Nesta dissertação, em particular, os nossos objectivos concretos são apresentar um enquadramento histórico e geográfico da Manutenção Militar de Lisboa; justificar a escolha do fardamento civil no âmbito da actividade da MM em Lisboa; caracterizar e conhecer a colecção de fardamento civil associado à actividade da Manutenção Militar de Lisboa; compreender as múltiplas informações de natureza funcional, social e de *design* associadas à colecção; propor a criação de uma exposição temporária com base no espólio de fardamento civil associado à actividade da Manutenção Militar Lisboa.

Metodologia e organização

Metodologicamente, tal como estipulado no plano de trabalho submetido, a nossa abordagem foi abrangente, recorrendo a todo o tipo de fontes possíveis, não só pela tipologia de objecto de estudo, mas também pela escassez de fontes. Numa primeira fase foi levada a cabo uma busca de fontes secundárias sobre os grandes temas a explorar, como a Manutenção Militar enquanto instituição, o fardamento em contexto abrangente e específico, etc. Paralelamente, foi também conduzida uma pesquisa de legislação de apoio sobre a Manutenção Militar, as Oficinas Gerais de Fardamento e, posteriormente, sobre fardamento civil em organismos públicos.

De seguida, deu-se início ao processo de inventário da colecção de fardamento civil que se prolongou deste Outubro a Dezembro de 2021. Na impossibilidade de começar a registar, desde logo, os dados do inventário no programa de informático usado pelo Museu de Lisboa e tendo em conta o tipo de património a tratar, foi elaborada uma ficha de inventário pela Prof. Dra. Deolinda Folgado. Esta foi

posteriormente adaptada a *Excel*, ferramenta já usada para o registo sumário de outros elementos patrimoniais do acervo. Procedeu-se à criação da tipologia de numeração a utilizar, tendo em conta a lógica já utilizada noutros núcleos museológicos do Museu de Lisboa, tendo ficado atribuída à colecção em análise a seguinte numeração: MLF (de Museu de Lisboa Fábrica).TEX (de têxtil).0000 (4 números), ou seja, MLF.TEX.0001, MLF.TEX.0002 e assim sucessivamente. A par da execução do registo fotográfico das peças, levada a cabo por um profissional contratado pela EGEAC, as peças foram sendo etiquetadas com o n.º de inventário e as várias fichas de inventário foram sendo preenchidas. Adicionalmente, foi também criada uma listagem sumária das peças, com as respectivas localizações na sala e uma pequena descrição para facilitar uma eventual consulta rápida (ver anexo 13). Neste momento, todas as peças se encontram fotografadas e com uma ficha de inventário, totalizando duzentas e treze fichas, que podem ser consultadas nos anexos da presente dissertação (ver anexo 14). Ressalvamos que, por questões de escolha metodológica do museu, durante o decorrer do processo de inventário, existem fichas que dizem respeito a mais do que uma peça, quer seja por se tratar de um conjunto ou por as peças serem esteticamente iguais, ainda que de tamanhos diferentes.

A segunda quinzena de Novembro foi devotada à procura de fontes no arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE), com o auxílio da Dra. Cristina Moura. Foram exploradas em pormenor as áreas do arquivo relativas aos serviços industriais, ao gabinete de criatividade e aos serviços comerciais. Os resultados da procura revelaram-se insatisfatórios face às expectativas, encontrando-se pouco material, desde moldes a desenhos, passando por correspondência, amostras de tecidos, notas de encomenda, módulos de fabrico, facturas, etc. É importante salientar que, sendo um arquivo proveniente de uma unidade fabril, denota-se uma índole muito prática na sua organização, sendo muita da informação que contém posterior a 1990, período a partir do qual se pensa ter havido menos encomendas da MM a este estabelecimento. Contudo, toda a documentação encontrada foi explorada ao máximo, tendo trazido algumas respostas e novas questões à problemática. Foi, igualmente, gratificante, poder contactar com funcionários que se encontram nas OGFE há já bastantes anos e que contaram em primeira mão as suas experiências profissionais, denotando, apesar do evidente declínio da instituição, um enorme amor à função que desempenham e às criações que com as suas mãos e *know-how* dão corpo, tendo partilhado um pouco desta sabedoria connosco.

O pequeno arquivo do núcleo museológico do Beato do Museu de Lisboa, ainda em construção, foi também consultado e recolhida a informação mais relevante, nomeadamente relativa aos Planos de Uniformes. Infelizmente, uma vez que o corpo militar que ainda funcionava na MM (ala norte) tinha um prazo de saída a cumprir, não foi possível consultar o arquivo que a instituição possuía, por este já estar embalado e em trânsito. Contudo, conseguimos acesso a algumas cópias de Ordens de Serviço da MM que se encontravam no Arquivo Geral do Exército, tendo-as estudado, página a página, durante o mês de Janeiro. Infelizmente, nem todas as Ordens de Serviço estavam disponíveis, havendo cópias apenas desde 1904 a 1939. Contudo, apesar da morosidade exigida pelo processo de investigação conseguimos efectivamente encontrar informações relevantes sobre as dinâmicas do fardamento e os planos de fardamento civil de 1928 e 1939. A Biblioteca do Exército afirma não ter quaisquer documentos relevantes para a presente investigação e o Arquivo Histórico do Exército parece não deter igualmente fontes de grande interesse.

A discente adoptou também uma metodologia alternativa de forma a conseguir contactar antigos funcionários de uma forma rápida, eficaz, pouco invasiva e adaptada ao contexto pandémico, tendo feito uma busca por grupos de *Facebook* de ex-funcionários da instituição. Foram encontrados dois grupos de antigos trabalhadores e foi efectuado um *post* igual em ambos, por forma a obter algumas informações sobre as dinâmicas do fardamento – recepção do mesmo, modelos e cores, duração e modo de uso... Foram também conseguidos os contactos da dra. Lurdes Nunes (antiga responsável do pequeno núcleo museológico da MM inaugurado em 1997), bem como da ex-funcionária Filomena Gonçalves, que laboraram no primitivo núcleo museológico da MM, tendo obtido mais alguns testemunhos, nomeadamente sobre a proveniência da colecção – maioritariamente via recolha, mas também através de algumas doações.

Identificadas e/ ou recolhidas as fontes, deu-se início ao processo de escrita capítulos da dissertação, a par da continuação do processo de preenchimento estruturado das fichas de inventário. Referimos ainda que dos contactos encetados com marcas patentes na colecção, como a Socunha, não foi possível obter respostas.

No que toca à organização, por forma a atingir os objectivos e melhor dar resposta às questões que norteiam a investigação, decidimos dividir a dissertação em cinco capítulos. O primeiro centra-se no universo da Manutenção Militar de Lisboa, no seu ciclo e áreas funcionais em período de laboração, como as fábricas, as oficinas, os laboratórios, os refeitórios, os escritórios, os armazéns, os depósitos, os supermercados,

as escolas, as creches, o serviço médico, a direcção e o exército. O segundo capítulo introduz o leitor ao cenário pós-encerramento do complexo fabril, apresentando o projecto de musealização da fábrica de moagem, em pleno coração do futuro *Hub Criativo do Beato*, dando, portanto, um novo uso ao complexo fabril, respeitando e preservando parcialmente a sua memória. Afloraremos as questões relacionadas com a missão e colecções do Museu de Lisboa, bem como com o programa museológico gizado para o núcleo da antiga moagem da MM.

A partir do terceiro capítulo daremos um maior enfoque ao fardamento, partindo do geral para o particular. Começaremos com uma introdução ao uso de fardamento em geral, passando para o uso de fardamento nas áreas funcionais da MM e a estreita ligação com as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento. Exploraremos o papel da farda na ordem e organização do trabalho, sem esquecer as questões de género dos trabalhadores. Tentaremos igualmente perceber todo o processo criativo e produtivo, desde o desenho das fardas à sua concepção efectiva. O quarto capítulo será dedicado ao estudo da colecção propriamente dita. É nosso intuito responder neste capítulo às nossas perguntas sobre os moldes e as possíveis influências de outros modelos de fardamento, bem como a escolha dos tecidos, a gramática de cores e a presença dos símbolos da MM. Uma vez que a cada farda correspondia uma função dentro da MM, iremos debruçarmo-nos sobre as especificidades de cada farda em consonância com a sua função. Também neste capítulo daremos a conhecer as condições de reserva da colecção e apresentaremos a nossa proposta de medidas de conservação preventiva.

Por fim, o quinto capítulo debruçar-se-á sobre a proposta de exposição temporária, em torno da colecção de fardamento civil da MM, desde as fases de conceptualização e de planeamento à fase funcional.

Seguir-se-ão as considerações finais, a informação relativa à bibliografia e restantes fontes de informação, assim como os anexos. Nestes últimos irão constar as fichas de inventário das peças pertencentes à colecção de fardamento civil, entre outros elementos de apoio pertinentes à investigação.

Este trabalho não segue as normas do Acordo Ortográfico de 1990 e ao longo do mesmo será aplicada a norma de referência APA.

Estado da arte

A Manutenção Militar enquanto Estabelecimento Fabril do Exército (EFE) foi já alvo de alguns estudos, nomeadamente sobre a sua génese, história, expressão territorial e importância logística para o exército. Destacamos a *História da Manutenção Militar* de Pinto, A., dividida em três volumes, cobrindo o tema desde a génese até à década de 60 do século XX, a recente obra de Baptista, R. *Manutenção Militar, 1897-2015: Génese, desenvolvimento, expressão territorial e extraterritorial ultramarina e extinção*, a dissertação de mestrado *A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914)* de José, I., bem como os trabalhos militares de investigação aplicada *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*, de Lopes, J. ou *A importância dos estabelecimentos fabris do exército português para o Estado*, de Ferreira, M..

Sobre o projecto do núcleo museológico em vias de instalação no antigo edifício da moagem da MM, foi primordial a consulta do *Programa Museológico Núcleo da Fábrica da Manutenção Militar do Museu de Lisboa ao Beato* gizado pela orientadora da presente dissertação, documento gentilmente cedido para a execução desta dissertação, de forma a perceber o passado, o presente e o futuro deste espaço e o que dele se pretende.

Relativamente ao tema fardamento, num sentido não restrito ao âmbito nacional, os estudos são manifestamente poucos. Há que referir o trabalho *Le Vêtement de Travail, Une Deuxième Peau*, de Francequin, G., que aflora a temática do fardamento de um ponto de vista sociológico e muito relacionado com a realidade francesa do tema. São de destacar também os trabalhos de Jennifer Craik, especialmente a obra *Uniforms exposed: from conformity to transgression*, que aborda aspectos como a influência dos uniformes militares, a proliferação dos uniformes no mundo moderno, os seus significados, a concepção dos uniformes para os mais diversos sectores e para mulheres, em específico.

No que toca a trabalhos académicos, são de referir o artigo *O vestuário profissional enquanto elemento de identidade corporativa – um caso prático ao serviço do Centro Hospitalar da Cova da Beira*, de Valério, S., Fernandes, A. e Martins, D. e a dissertação de mestrado de Dias, S., com o título *O fardamento na indústria. Desenvolvimento do fardamento na empresa Celtejo*, que nos apresentam, através de casos específicos, as preocupações do *design* e da concepção de vestuário de trabalho,

hoje em dia, subjacentes no processo de criação do mesmo. Também importante para este assunto é o artigo *Moda corporativa: uma análise pelo design, materiais e ergonomia*, de Câmara, J., Oliveira, W. e Botelho, Róber, mais abrangente no seu âmbito.

Existem, naturalmente, estudos sobre o fardamento militar e evolução do mesmo para os vários ramos das Forças Armadas. Podemos, a título de exemplo, citar o livro de Rodrigues, M., intitulado *300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1660-1960*. Contudo, sobre o fardamento civil utilizado na MM, não existem, à data, estudos que tenham sido conduzidos, pelo que a investigação que aqui se pretende desenvolver é inédita e baseada em fontes primárias não tratadas. Devemos também ressaltar que no âmbito do património industrial, a área do fardamento é um campo muito pouco explorado, especialmente pela raridade em encontrar acervos desta tipologia, mas também pela quase ausência de estudos conduzidos sobre o tema. Destacamos, contudo, a exposição ocorrida no MUDE, em torno do fardamento da companhia aérea TAP, cujo catálogo se intitula *Tap Portugal: A imagem de um povo. Identidade e design da companhia aérea nacional | 1945-2015*, que serve também de inspiração à que aqui se propõe e que contou com a colaboração da co-orientadora desta dissertação.

CAPÍTULO I – A MANUTENÇÃO MILITAR, EM LISBOA – CICLO FUNCIONAL

1.1. Função e missão ao longo do tempo 1897 – 2015

A história da Manutenção Militar de Lisboa inicia-se oficialmente com o decreto de fundação exarado pelo, então rei vigente, D. Carlos, no dia 11 de Junho de 1897. Esta instituição nasce para colmatar um problema crónico relacionado com as dificuldades de abastecimento de géneros alimentares ao Exército Português, estando intrinsecamente ligada a uma primeira experiência bem-sucedida, mas ainda assim deficitária em espaço e infraestruturas – a Padaria Militar, implementada em 1862, no Aterro, junto à rocha do Conde de Óbidos (Administração Geral do Exército, 1947, p. 51).

Em 1886, o Ministro da Guerra, Visconde de S. Januário (Pinto, 1966, p. 365) nomeia uma comissão com o fim de estudar e projectar uma solução mais eficiente para assegurar a alimentação das Forças Armadas. Esta comissão irá estudar os modelos

aplicados noutros países da Europa, nomeadamente em França, na Alemanha e em Itália¹, propondo a implantação de um modelo similar em Portugal. Para a implementação do projecto, a comissão aconselha a ocupação do extinto Convento da Grilas², no Beato, incluindo a respectiva cerca e dependências, cujo vasto espaço e a posição estratégica que ocupava, encaixado entre o rio Tejo e a linha ferroviária, se revelava ideal para facilitar a recepção da matéria-prima e escoamento do produto acabado para os vários pontos do país e além-fronteiras. O projecto traçado, pressupunha ainda a expropriação de uma fábrica de sabão e de alguns terrenos pertencentes à propriedade vizinha, detida pelo Duque de Lafões, para implantação dos estabelecimentos, divididos em quatro grupos distintos.

O primeiro grupo seria instalado nas dependências conventuais e respectiva igreja, sendo vocacionado, à moagem, à padaria, às oficinas e outras dependências. No segundo grupo encontraríamos os depósitos gerais para trigos e farinhas, localizados na cerca fronteira ao convento. Ainda ocupando o espaço da cerca do convento, mas a norte e com a expropriação de terrenos da dita fábrica e de outros então na posse do Duque de Lafões, o terceiro grupo era constituído pelos quartéis, pelas cavalariças, pelos depósitos para carros de transporte e por mais oficinas. Por fim, o quarto grupo continha o parque para forragens nos terrenos também pertencentes ao Duque de Lafões a norte da ferrovia e o hangar de recepção junto ao Tejo (Pinto, 1966, pp. 365-367). O projecto final implementado não se regeu *ipsis verbis* por estas directrizes, embora as tenha levado em consideração, sendo notórios, ainda hoje no espaço, os aspectos gerais desta matriz. Em 1889, começaram as obras de adaptação dos edifícios existentes, a construção de novos, as terraplanagens e todos os trabalhos necessários para a criação da Manutenção Militar (MM), contudo a obra é forçada a parar devido à falta de recursos financeiros. A necessidade de abastecimento do Exército e a ruína das instalações da primitiva Padaria Militar eram gritantes, pelo que, a partir de 1896, a moagem e a padaria começam a funcionar a título experimental e em condições provisórias no espaço do Convento das Grilas (Baptista, 2020, p. 39).

¹ Para mais informação sobre os modelos francês, alemão e italiano Vd. Pinto, 1966, pp. 360-361.

² Convento feminino de Agostinhas Descalças, fundado no século XVII, sob o patronato da rainha D. Luísa de Gusmão, que foi extinto após a morte da última freira, no seguimento do decreto de extinção das ordens religiosas de 1834. O uso de antigos conventos para fins militares e para fins industriais não é uma novidade neste período, dada a disponibilidade e qualidade das infraestruturas, perfeitamente passíveis de serem adaptadas a novos fins. Refiram-se a título de exemplo os casos do Convento de Santa Clara, ocupado pelas Oficinas Gerais de Fardamento e o Convento do Beato, onde foi instalada a “Nacional”. Sobre este assunto Vd. Folgado, 2002, pp. 104-108.

O decreto de 11 de Junho de 1897 contém um plano de organização do estabelecimento colocando-o sob a égide do Ministério da Guerra e subordinado à Direcção da Administração Militar.

[Segundo o mesmo decreto, a MM tinha] “(...) por fim satisfazer ao fabrico de farinhas, pão e outros produtos alimentares, e seu fornecimento ao Exército, à Armada e aos corpos e estabelecimentos dependentes dos Ministérios do Reino, Justiça, Guerra e Marinha (...) e bem assim ao fornecimento de forragens para solípedes do Exército.”

A MM teria no seu complexo: uma fábrica de moagem; uma padaria; uma oficina para fabrico de massas e outra para fabrico de bolachas e similares; um depósito de padarias, armazém para trigos, farinhas, massas entre outros produtos alimentares; secretaria e respectivas dependências; alojamento para o pessoal; cocheiras e cavalariças; enfermaria; oficinas de reparação de material; laboratório químico e tecnológico para análise aos produtos. Para além disto, a MM tinha também sob a sua gestão o depósito de forragens de Belém, bem como os restantes depósitos, armazéns e sucursais da antiga Padaria Militar já existentes em todo o país.

Entre 1897 e 1907, a MM manteve a sua primitiva organização designadamente porque estes foram tempos experimentais, de implementação e simultânea laboração. É em 1907 que surge o primeiro Regulamento da Manutenção Militar, onde consta a sua definição como “(...) estabelecimento, com sede em Lisboa e sucursais e depósitos noutros pontos do País, destinado à preparação e distribuição de víveres ao Exército e outras instituições oficiais (...)” (Pinto, 1966, p. 416). Assim, de acordo com o regulamento, cabia à MM assegurar o abastecimento de pão, massas, bolacha e similares, forragens e pensos para solípedes, géneros para rancho e conservas para alimentação das tropas. Para este fim, as suas instalações deveriam, então, compreender: secretaria com tipografia e outras dependências; depósito de trigo e outros cereais; fábrica de moagem; depósito de farinhas e sêmolas; depósito de sal; fábrica de pão ou padaria mecânica; fábricas de massas e de bolachas; depósito de pão; depósito de massa e de bolacha; depósito de géneros para rancho; depósito de grão para forragem e pensos; depósito e oficina para enfardar palha; depósito de subprodutos da moagem; depósito de combustível; depósito de óleos; depósito geral; armazém de vendas; depósito de taras; oficina de canastreiros; oficina de serralheiro e ferreiro; oficina de carpinteiro; laboratório químico e tecnológico; cocheiras e cavalariças; quartel da companhia de subsistências; parque de material de campanha; motores, geradores e aparelhos eléctricos.

Pouco depois, em 1911, a MM será dotada de um novo regulamento, no qual se mantém a missão e funções tal como explicitadas no primeiro regulamento. No que toca às instalações, adicionam-se às já anteriormente mencionadas, a tesouraria, a fábrica de conservas, a fábrica de bolos alimentares para solípedes, a fábrica de torrefacção de café, o depósito de conservas alimentares, o depósito de sêmeas, o depósito de materiais, o depósito de bolos alimentares para solípedes, a oficina de caixoteiro, a oficina de latoeiro, a garagem para automóveis, a cozinha e o refeitório do pessoal militar. Tal como no primeiro regulamento, a organização interna continua a fazer-se por divisões (1.^a, 2.^a e 3.^a divisões), embora se verifiquem alterações sobre que instalações pertencem a cada uma das divisões. O terceiro e último regulamento da MM data de 1929, assumindo-a então igualmente como um estabelecimento sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, subordinado à Administração Geral do Exército, “(...) especialmente destinado ao fabrico e fornecimento de produtos alimentares à força armada, podendo vender entretanto aos estabelecimentos e instituições oficiais e civis e ao público e particulares os mesmos produtos.” (Pinto, 1966, p. 690). A instituição passa a ter uma nova organização interna composta pela direcção, pelo conselho de administração, pelos serviços industriais³, pelos serviços comerciais⁴, pelos serviços de contabilidade⁵ e pelos serviços gerais⁶, sendo estes quatro últimos depois ainda devidamente seccionados.

Em 1947, através da Lei 2:020 de 19 de Março, o Ministério da Guerra estabelece as bases de funcionamento dos seus estabelecimentos fabris, nos quais se englobava, naturalmente a MM. De acordo com a lei supracitada, o Ministério da Guerra deveria ter doravante sobre a sua égide apenas os estabelecimentos industriais e/ou comerciais essenciais à satisfação das necessidades da Defesa Nacional, sendo estas impossíveis de suprir por via de empresas privadas ou havendo vantagem e garantia de maior eficiência, rapidez e segurança na concentração de produção nos estabelecimentos do próprio Exército. Repare-se também que, a mesma lei refere que o Ministério da Guerra “(...) só preferirá os produtos dos estabelecimentos na sua

³ 1.^a secção: moagem; 2.^a secção: panificação e restante fábricas; 3.^a secção: oficinas; 4.^a secção: serviços eléctricos.

⁴ 1.^a secção: mercantil; 2.^a secção: géneros e forragens; 3.^a secção: expedição; 4.^a secção: depósitos de trigo, pão e produtos de moagem; 5.^a secção: depósitos de taras, óleos, combustíveis e material de construção.

⁵ 1.^a secção: movimento geral; 2.^a secção: processamento e liquidação de vencimentos; 3.^a secção: tesouraria; 4.^a secção: arquivo.

⁶ 1.^a secção: secretaria geral; 2.^a secção: assistência ao pessoal; 3.^a secção: serviços de saúde e veterinários; 4.^a secção: obras de construção e reparação; 5.^a secção: laboratório tecnológico.

dependência quando, respeitadas as características de qualidade e as conveniências quanto a prazos de entrega, lhe for possível obtê-los ali por menor preço.” Relativamente à MM, o mesmo diploma reforça que este estabelecimento se destina a prover o abastecimento de víveres e forragens às forças militares, devendo também produzir reservas essenciais em caso de necessidade de mobilização militar. O fornecimento de rancho e pão às tropas é também assegurado por este Estabelecimento Fabril do Exército (EFE), devido ao preço mais reduzido que é possível obter, podendo também colocar no mercado subprodutos e excedentes que não se revistam de interesse particular para os serviços do Ministério da Guerra.

Em 1958, o Decreto-Lei n.º 41 892, de 3 de Outubro, define as normas orgânicas dos EFE, bem como a sua autonomia administrativa e financeira, incluindo da MM. Assim, a MM junta às suas competências, também o fornecimento de combustíveis e lubrificantes às Forças Armadas, reforçando também o seu papel em prol da família militar e satisfação das necessidades da mesma. Deste modo, no Decreto-Lei n.º 41 892, relativamente à MM lê-se:

“Art. 7.º A Manutenção Militar destina-se essencialmente a assegurar:

- a) O abastecimento das forças armadas em pão, víveres e forragens, sempre que as circunstâncias não aconselhem a recorrer ao mercado;
- b) A constituição das reservas necessárias para a mobilização militar e acudir a situações de emergência ou de guerra;
- c) O fornecimento de rancho às tropas, tendo em vista a melhoria de preço de custo e qualidade pela concentração deste serviço numa só direcção;
- d) O fornecimento a preços módicos às forças armadas e aos elementos que as constituem de outros produtos da sua produção que as circunstâncias aconselharem;
- e) O fornecimento de combustíveis, líquidos e lubrificantes às forças armadas.”

A década de 1960 é marcada por um acelerar do ritmo na MM, devido à Guerra Colonial e à premência do abastecimento de bens alimentares aos soldados que nela participaram, fazendo com que a MM aumentasse o volume da sua produção e impusesse um sistema de turnos (Lopes, 2010, p. 8) aos seus funcionários, a esta altura já maioritariamente civis⁷.

⁷ De acordo com a nossa análise dos relatórios de gerência, apesar de inicialmente a maioria da força laboral ser constituída por praças, o número de civis ultrapassa pela primeira vez o número de militares alocados à MM em 1943. A presença de civis na instituição é, contudo, referida desde a Ordem n.º 1 da MM, publicada a 7 de Julho de 1897. De ressaltar que a quantidade de trabalhadores referidos nos relatórios de gerência dizia respeito ao universo da MM numa lógica abrangente, englobando as suas sucursais e delegações. Para mais informações sobre a evolução do número de trabalhadores vd. Anexo 1.

Com o fim da Guerra do Ultramar e a mudança geral do paradigma nacional, a MM irá entrar num lento processo de declínio, com uma redução drástica das necessidades de produção de outrora. A liberalização do comércio de cereais em 1985 e a abertura do país a novos mercados com a entrada na Comunidade Económica Europeia inflingirão duas fortes machadadas à estrutura da MM (Lopes, 2010, p. 9). A partir de 1993, a MM passa a depender do Comando da Logística. Em 2004 dá-se a extinção do Serviço Efectivo Normal, havendo assim uma redução de efectivos e diminuição das necessidades a que a MM costumava atender, acentuando ainda mais a sua sobredimensão e necessidade de reestruturação (Lopes, 2010, p. 9).

Para além de Lisboa, a MM teve sucursais no Porto, em Caxias, em Coimbra, em Elvas, em Évora, no Entroncamento, na Guarda, na Régua e em Viseu. Chegou a ter delegações em Abrantes, em Aveiro, em Beja, em Braga, em Bragança, em Castelo Branco, em Chaves, na Covilhã, em Estremoz, na Figueira da Foz, em Lagos, em Leiria, em Mafra, em Penafiel, em Penamacor, em Santarém, em Setúbal, em Viana do Castelo e em Tancos (Administração Geral do Exército, 1947, p. 53). Durante a Guerra Colonial foram também abertas sucursais de apoio em Angola, em Moçambique e na Guiné (Lopes, 2010, p. 8).

Assim, ao longo do tempo, a Manutenção Militar manteve a sua missão quase inalterada, providenciando “(...) o apoio prioritário e em permanência ao Exército, através de actividades de fabrico e de apoio logístico (...)” (Baptista, 2020, p. 19), no que tocava a víveres, combustíveis e lubrificantes, artigos de cantina, expediente e impressos, inclusive quando as forças se encontram destacadas. Era também sua incumbência, num plano secundário, dar apoio aos outros ramos das forças armadas, às forças de segurança e de protecção civil, apoiar actividades de pesquisa e instrução, assegurar o bom funcionamento das messes.

Em suma, a MM tornou-se num dos principais estabelecimentos fabris do Exército e provou o seu valor nos momentos beligerantes que mais intensamente marcaram o século XX português, tal como previra o seu primeiro director na nota de abertura do livro de ordens de 1897-1898⁸. É, inegavelmente, um marco na história do abastecimento de víveres do Exército Português, tendo crescido em função da supressão

⁸ “(...) espero e estou certo de que a manutenção militar rapidamente adquirirá o nome, terá o largo desenvolvimento e atingirá [sic] a verdadeira importância que é chamada a desempenhar como estabelecimento fabril e como instituição militar (...)”.

das necessidades do mesmo, mas também um importante testemunho da dinâmica da indústria alimentar nacional.

1.2. Lugares de trabalho

Ao longo dos mais de cem anos de laboração da MM, diversas foram as funções exercidas pelas várias pessoas nos diferentes departamentos, que foram sendo criados e extintos de acordo com as necessidades de abastecimento. Na impossibilidade de mencionar todos os locais de trabalho que existiram na MM e o que neles se fazia, tentaremos dar uma ideia do que funcionou no complexo ao longo do seu vasto período de existência. É também importante ressaltar que, como espaço dinâmico e em constante evolução que foi a MM, os lugares de trabalho foram muitas vezes mudando de edifícios, numa tentativa de dotar os departamentos de mais e melhores condições, acompanhando também as necessidades de produção.

1.2.1. A direcção e o exército

Enquanto estabelecimento fabril do exército, apesar da crescente quantidade de funcionários civis ao longo da sua história, a MM sempre foi um estabelecimento militar. Assim, o Exército sempre esteve presente, constituindo a maioria da força de trabalho nos primeiros anos da MM. Esta realidade só começou a inverter-se com a entrada de Portugal na I Guerra Mundial e a necessidade de alocação de contingentes para o conflito, sendo os soldados e praças substituídos essencialmente por mulheres civis⁹, em determinadas funções. A maioria dos efectivos de patentes superiores encontrar-se-iam nos edifícios da parte norte da MM, uma vez que na parte sul, tirando o edifício do alojamento, era onde se situavam os espaços fabris. Nos espaços fabris encontravam-se os praças, desempenhando todas as tarefas relacionadas com a operacionalização, a par dos civis.

O Plano de Organização da MM de 1897 estipulava que a direcção do estabelecimento apenas poderia ser exercida por um oficial superior, nomeado pelo Ministro da Guerra, sendo que o estabelecimento estava dividido em secção técnica (encabeçada por um oficial de Engenharia de graduação não inferior a capitão, tendo

⁹ Mão-de-obra mais barata do que a civil masculina, embora também existissem homens civis a trabalhar na MM, desde o início. Na Ordem de Serviço da MM n.º 287, de 11 de Dezembro de 1911, contam-se 65 homens civis a desempenhar funções na MM, desempenhando ofícios específicos e especializados essenciais ao normal funcionamento da MM, como carpinteiro, serralheiro, mestre e contramestre, maquinista, electricista, latoeiro, ferreiro, torneiro, pedreiro, bombeiro, motorista, entre outros. Sobre diferenças salariais, a título de exemplo, Vd. Ordem de Serviço n.º 217, 15 de Setembro de 1915, Manutenção Militar.

como adjuntos um tenente da mesma arma, um cirurgião-mor ou ajudante do Exército e, por fim, um agrónomo) e secção administrativa (liderada por um primeiro ou segundo oficial de Administração Militar, tendo como adjuntos um segundo oficial e dois aspirantes nomeados pelo director da Administração Militar). O director da MM tinha competências disciplinares, tal como os comandantes dos corpos do Exército, sendo também o presidente do conselho administrativo, apoiado pelos membros supracitados da secção administrativa, como vogais.

O primeiro regulamento da MM, datado de 1907, coloca a supervisão de todos os serviços sob a alçada do director, devendo este cumprir e fazer cumprir o regulamento e as restantes ordens, ocupar-se de todos os aspectos relativos à gestão do pessoal civil e militar (transferências, novas contratações, despedimentos...), ser o presidente do conselho administrativo, cujas deliberações deve fazer executar, correspondendo-se igualmente com o Ministério da Guerra para todos os assuntos que superam o âmbito do conselho administrativo, assim como rubricar, assinar e conferir todos os documentos de despesa, receita, correspondência com quaisquer entidades que forneçam, comprem ou colaborem com a MM, tendo também à sua guarda o selo branco, para além do dever de apresentação de um relatório de gerência anual. É precisamente a partir do ano de 1907 que passamos a ter relatórios de gerência, essenciais para perceber a evolução da MM e as dinâmicas da instituição. O regulamento de 1911 introduz a figura do subdirector, sendo que o director só recebia ordens do Ministro da Guerra por intermédio da Repartição do Gabinete ou da 2.^a Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Mantém, genericamente as funções do director, mencionando também a inspecção anual dos serviços nas sucursais, a fixação dos valores referentes a vencimentos do pessoal civil e gratificações do pessoal militar e a necessidade de elaboração de um parecer sobre o desempenho dos oficiais obrigados a fazer tirocínio na MM. Relativamente às incumbências da direcção, o regulamento de 1929 reitera as já mencionadas e junta a concessão de benefício dos fundos de previdência para civis (Caixa de Previdência) e militares (Caixa do Soldado).

A Lei 2:020, de 19 de Março de 1947, determinou que os directores dos EFE, juntamente com conselhos de carácter consultivo, eram inteiramente responsáveis pela administração dos estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, tendo cada director capacidade jurídica para representar o estabelecimento que encabeçava, ideia também reforçada no Decreto n.º 41 892, de 3 de Outubro de 1958.

1.2.2. As fábricas

As fábricas constituíam o cerne da MM, não fosse esta um estabelecimento fabril. Toda a parte fabril localizava-se na ala sul da MM, tendo emergido a partir do primitivo edifício da moagem, expandindo-se à medida das necessidades, tendo inclusive chegado a trabalhar 24h.

A fábrica de moagem era fulcral na preparação de matéria-prima para alimentar as restantes fábricas do complexo. A matéria-prima a partir da qual eram produzidas as farinhas era essencialmente o trigo – o trigo rijo apenas para a fábrica de massa e o trigo mole para todas as restantes, fazendo desta produção a que tinha maior expressividade. Os excedentes de produção eram posteriormente vendidos ao exterior (Marques e Sousa, 1998, s.p.).

Em 1966 foi adjudicada à Sociedade Michaelis de Vasconcellos, Lda a renovação da moagem com modernos equipamentos de moagem austro-húngara da marca suíça Bühler, reconhecida como uma das mais avançadas no sector moageiro (Folgado, 2020, p. 36). Esta fábrica chegou a ser rentabilizada através da exploração das infra-estruturas por parte da vizinha Nacional. Cessou a sua produção em 2005.

A fábrica de massas, na sua última fase, estava equipada com duas linhas de produção automáticas, uma para massas compridas (esparguete, talharim...) e outra para massas cortadas (pevides, cotovelos, letras, etc...) (Casimiro e Dias, 2008, p. 20). Advém da fundação, embora nessa altura não tivesse o edifício próprio. Sofrerá várias renovações, sendo a última da década de 1980, laborando nessas instalações até ao seu encerramento em 2008 (Casimiro e Dias, 2012, p. 30).

A fábrica de bolacha laborou desde o início da MM até 2006, tendo sido completamente renovada em 1956, o que fez incrementar ainda mais a sua produção (Baptista, 2020, p. 134). O fabrico de bolacha era essencial para a alimentação dos soldados, devido à sua durabilidade. A fábrica tinha duas linhas de empacotamento, uma para empacotamento em caixas (bolachas Recruta, Aspirante, Fantasias de Côco...) e outra para empacotamento peculiar (bolachas Maria, Torrada, Cream-cracker), sendo esta última a que tinha mais expressão nos últimos anos de produção (Torres e Silva, 2005, p. 14).

A fabrica de pão é, igualmente, contemporânea das fábricas de moagem, massas e bolacha no que toca à sua criação. Tal como as restantes será continuamente melhorada, sendo apetrecheada com dois fornos Orlandi com capacidade de cozedura de

10 000 pães de 50 g por hora, em substituição dos fornos aerotérmicos nos anos 50 (Baptista, 2020, p. 137).

As fábricas de pastelaria e confeitaria datam da década de 1960 (Lopes, 2010, p. 8) e abasteciam os supermercados com produtos como: concretos de fruta, bolos, tortas, bolos secos, línguas de gato, pastéis diversos, queques, petit fours, pudins e trouxas de ovos¹⁰. A fábrica de confeitaria começou a funcionar a título experimental em 1979, tendo uma capacidade de produção anual superior a 17 toneladas (Baptista, 2020, p. 176).

Segundo o relatório de actividades industriais (Casimiro e Dias, 2012, p. 10) deste estabelecimento referente ao ano de 2011, a idade média dos equipamentos do complexo fabril rondava:

- Moagem:
 - Limpeza – 83 anos
 - Moenda – 40 anos
- Pão – 54 anos
- Bolacha – 41 anos
- Massa – 30 anos
- Pastelaria – 41 anos
- Confeitaria – 33 anos

Para além das fábricas acima referidas, outras houve que não chegaram a 1997¹¹, mas cuja existência fez parte da história da MM a dada altura. Há que referir, por exemplo, a fábrica de café, que iniciou a laboração em 1911, com sistemas de torrefacção e moagem de café completos, começando, desde aí, a fornecer a Guarnição de Lisboa e do Campo Entrincheirado (Baptista, 2020, p. 64). Em 1959, a fábrica foi renovada, recebendo um torrador e moinho com capacidade para produzir uma tonelada por hora, bem como três silos para café, chicória e cevada (Baptista, 2020, p. 139). A fábrica de comprimidos, inaugurada em 1912 (Lopes, 2010, p. 8), produzia sopa, açúcar, café e sal em formado prensado, tal como comprimidos, para mais fácil transporte em campanha (Duarte, 2015, 41). A fábrica de conservas entrou em

¹⁰ Informação encontrada na “Tabela de preços para o mês de Novembro de 1977”, patente no Arquivo do Museu de Lisboa - núcleo do Beato (antiga fábrica de moagem).

¹¹ Ano a partir do qual temos Relatórios de Actividades dos Serviços Industriais patentes no Arquivo do Museu de Lisboa – núcleo do Beato (antiga fábrica de moagem).

funcionamento no ano de 1916, tendo sido extinta na década de 60 do século XX (Lopes, 2010, p. 8).

Houve também uma efémera fábrica de leite condensado, fundada em 1929 (Baptista, 2020, p. 100), bem como uma fábrica de refinação de açúcar que já não laborava na década de 1940, uma fábrica de manteiga e queijos, uma fábrica de descasque de arroz e uma fábrica de bolo alimentar para solípedes. Existiu também uma fábrica de fritos, que no ano de 1991 passou a ser uma cozinha industrial (Baptista, 2020, p. 184) devotada à preparação de refeições ultra-congeladas e saladas refrigeradas, tendo laborado até 1998 (Marques e Sousa, 1998, s.p.).

1.2.3. As oficinas

Muitas foram as oficinas que existiram dentro do complexo da MM, prestando apoio às fábricas e à dinâmica geral da instituição. As oficinas, pela especificidade dos ofícios aí exercidos, era onde encontrávamos muitos dos civis do sexo masculino, desde os primeiros anos da MM. Note-se que o decreto de fundação do estabelecimento de 1897, menciona no artigo 2.º a necessidade do estabelecimento de uma oficina para produção de massas, outra para produção de bolachas e similares e outra ainda para reparação de materiais. Contudo, tanto a produção de massa, como a de bolachas rapidamente ganharam um estatuto de fábrica e surgiram outras oficinas, podendo-se referir as oficinas de canastreiro, carpinteiro, serralheiro e ferreiro que já aparecem mencionadas no Regulamento da MM de 1907. Para além destas, o Regulamento da MM de 1909 referia já novas oficinas como a do latoeiro e do caixoteiro (Pinto, 1966, p. 469). O Regulamento da MM de 1929 já não menciona a oficina de canastreiro, mas elucida sobre a presença das restantes oficinas supracitadas, bem como de uma oficina de reparação de viaturas, outra de correeiro e outra de costura e reparação de sacos (Pinto, 1966, p. 690).

1.2.4. Os laboratórios

Segundo o Plano de Organização da MM, datado de 1897, desde a fundação da MM que esteve patente a criação de um “(...) laboratorio chimico e tecnologico para estudos de cereaes, farinhas e fermentos, assim como do pão e outros productos”. Este laboratório tinha como objectivo não só analisar a matéria-prima a ser adquirida pela MM, relativamente ao seu estado de conservação e qualidade, trabalhando, assim, em estreita relação com os serviços industriais e os depósitos, como também conduzir análises e estudos sobre alimentação dos militares. Em 1942 será inaugurado um novo

laboratório tecnológico nas instalações da antiga fábrica de refinação de açúcar (Baptista, 2020, p. 115). A partir de 1959, o Laboratório passa a estar sob a égide directa da Direcção (Baptista, 2020, p. 138).

A importância dada ao controlo de qualidade era tal que, na contracapa de algumas tabelas de preços da MM¹², aparece uma nota em maiúsculas que assegura que “A Manutenção Militar exerce rigoroso controlo de qualidade sobre produtos fabricados e adquiridos com apoio de moderno laboratório e técnicos especializados”.

1.2.5. Os refeitórios

Os refeitórios estão presentes no complexo da MM desde o início. Numa primeira fase, as cozinhas e os refeitórios – um para sargentos e outro para rancho geral de militares de patentes inferiores – foram instalados no edifício do antigo convento. Contudo, esta instalação era provisória e Joaquim Renato Baptista defendia a necessidade de um espaço mais adequado, que pudesse assegurar as condições de asseio e ordem (Baptista, 1899, p. 31).

Note-se que estes espaços eram apenas para militares, não tendo os civis um refeitório próprio, nem naturalmente ordem de frequentar os refeitórios militares. Em 1924, foi dada permissão aos civis para se servir da segunda refeição do rancho geral, mas para tal era necessário adquirirem na Oficina de Latoaria um conjunto de latas que servissem de medida a que cada um tinha direito, não tendo, porém, um lugar próprio para comer. O primeiro espaço de refeições para os operários surge em 1933, na ala sul. Contudo, temos de esperar até 1947 para ter um refeitório próprio para estes trabalhadores, onde era disponibilizada uma sopa e um prato principal, mediante o pagamento de 2\$50 (Baptista, 2020, p. 126). Em 1950, é inaugurado o refeitório das amanuenses que até aí comiam na Sala das Auxiliares de Escrita (Baptista, 2020, p. 128). Em 1959, é finalmente inaugurado um refeitório para o pessoal civil com cozinha e capacidade para 630 pessoas, integrado no projecto mais vasto da construção de um verdadeiro bloco social, sob a tutela dos Serviços Gerais (Baptista, 2020, p. 139).

1.2.6. Os escritórios

Todos os serviços administrativos do estabelecimento encontravam-se nos edifícios da parte norte do complexo, fossem desempenhados por militares ou civis. Aqui enquadram-se naturalmente a secretaria e a tipografia anexa, ambas já referidas no

¹² As tabelas de preços encontradas no Arquivo do Museu de Lisboa – núcleo da MM a que nos referimos são de Abril/1986, Janeiro a Dezembro/1988, Março/1992, Outubro/1993 e Abril/1995.

primeiro regulamento da MM de 1907, bem como todos os serviços relacionados com a contabilidade, arquivo, tesouraria, etc. Inicialmente desempenhados por militares, após a entrada ao serviço das mulheres na MM, uma boa parte dos trabalhos de escritório passaram a ser executados por estas, ocupando, por exemplo, as categorias profissionais de amanuenses, dactilógrafas e telefonistas.

1.2.7. Os armazéns e os depósitos

Os armazéns e os depósitos eram fulcrais ao desempenho das funções da MM, havendo sempre necessidade de acomodar tanto a matéria-prima, como os produtos finalizados. Nestes espaços trabalhavam maioritariamente civis – fíéis e serventes –, havendo sempre um encarregado, responsável pela recepção, acondicionamento e gestão de stocks, assim como pela boa conservação dos mesmos e pela marcação do ponto do pessoal.

Os armazéns de venda e os vários depósitos de trigo, farinhas, sêmolas, pão, massas, bolachas, sal, óleos, combustíveis, taras, produtos secundários da moagem, de grão para forragens e pensos manufacturados, géneros para o rancho e outros artigos para a alimentação, bem como o depósito de palha e o geral encontram-se já referidos no regulamento da MM de 1907. A estes juntaram-se o depósito de conservas alimentares, o depósito de sêmeas, o depósito de materiais e o depósito de bolos alimentares para solípedes, a cujo regulamento de 1911 alude e, mais tarde, o de vinho que consta no regulamento de 1929

1.3. Lugares de apoio social

Tal como outros estabelecimentos de carácter fabril dos séculos XIX e XX, a MM desenvolveu ao longo do tempo uma política de apoio social para com os seus trabalhadores. Esta filosofia reflectia-se em vários aspectos que visavam trazer alguns benefícios aos funcionários, de modo a incentivá-los a permanecer na instituição pelas condições aí facultadas também às respectivas famílias, como foi o caso da criação dos supermercados, das escolas, das creches, dos serviços médicos, entre outros serviços de apoio.

1.3.1. Supermercados

Os supermercados militares surgem na década de 60 do século XX com vista a prestar apoio às forças militares e respectivas famílias, beneficiando estes dos produtos aí vendidos a preços mais acessíveis, nomeadamente os produzidos na MM e

respectivas sucursais, havendo, portanto, uma interdependência, até mesmo para efeitos administrativos (vencimentos, aquisições) (Pereira, 1988, p. 4).

[A sua] “(...) função primordial é o desenvolvimento de uma actividade comercial que se manifesta na venda de um conjunto de numerosos artigos de consumo corrente, de forma a poder satisfazer um vasto leque de necessidades, inerentes à Família Militar [sic] e a todos os potenciais utentes desses estabelecimentos.” (Pereira, 1988, p. 4)

O primeiro supermercado surgiu junto ao Hospital Militar Principal, em Campolide e rapidamente se constituiu uma pequena rede com diversos estabelecimentos, entre mini e supermercados¹³, a dada altura, administrada por uma Comissão de Gerência dos Supermercados (Baptista, 2020, p. 230). Os supermercados eram similares, tendo os mesmos sectores de venda – bar, talho, charcutaria, perfumaria, peixaria, frutaria, entre outros (Pereira, 1988, p. 4). O supermercado da Manutenção Militar - Sede foi o segundo a abrir portas, tendo sido posteriormente ampliado em 1977 (Baptista, 2020, p. 232), localizando-se na parte sul deste EFE. Findou a sua actividade em 1995 por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (Baptista, 2020, p. 235), no âmbito das primeiras reestruturações que a MM sofreu.

De referir também que já antes dos supermercados, o sistema de Cantinas da MM, administradas por uma comissão de oficiais da Sede, assegurava, numa escala mais reduzida, a missão de fornecer géneros alimentares fabricados na MM, bens de primeira necessidade, artigos de limpeza e de uso individual a colaboradores militares e civis (Baptista, 2020, p. 100).

1.3.2. Escolas e creches

As escolas e creches advêm de uma política de criação de infraestruturas de apoio social para os trabalhadores. A creche surge em primeiro lugar, no ano de 1924, tendo por finalidade o auxílio aos filhos das operárias da MM, enquanto as progenitoras laboravam. Às trabalhadoras da creche era expressamente proibido ausentar-se no período de trabalho e entregar as crianças a outras pessoas que não fossem os seus pais ou mães (Baptista, 2020, p. 89).

Em 1945, entram em funcionamento a escola primária para os dois sexos e a escola profissional da MM (Baptista, 2020, p. 120) para os filhos dos funcionários. A

¹³ Em 10 de Outubro de 1986, segundo um documento resumo de uma reunião de coordenação de supermercados, havia sete supermercados (Campolide, Beato, Porto, Évora, Coimbra, Queluz, Viseu) e oito minimercados (Entroncamento, Tomar, Mafra, Elvas, Aveiro, Lagos, Santa Margarida e Figueira da Foz), totalizando 15 estabelecimentos.

par das escolas foi criada uma Caixa Escolar com o intuito de ajudar os mais necessitados com livros, material escolar e até mesmo vestuário, calçado e pequeno-almoço (Baptista, 2020, p 120). No seguimento da criação da escola profissional, foi gerado o quadro de aprendiz nas fábricas e nas oficinas, com direito a salário após seis meses de aprendizagem. Era o exame do Instituto de Orientação Profissional que determinava a secção para a qual o candidato deveria ser encaminhado. A partir de 1949, a Escola Profissional passou a designar-se Curso Elementar Profissional e a ter um programa definido com duração de dois anos e com componente prática a desempenhar na MM. Podiam matricular-se neste curso os filhos dos funcionários da MM e os aprendizes, com idades entre os 12 e os 16 anos e com a instrução primária concluída, havendo um máximo de 12 alunos por curso. Do currículo escolar faziam parte disciplinas como Aritmética, Português, Desenho, Geometria e Física (Baptista, 2020, p. 128). São também de frisar os cursos de combate ao analfabetismo providenciados pela MM aos seus colaboradores.

No seguimento de uma campanha de obras transversal a vários sectores da MM, em 1959, a creche e as escolas são renovadas. A creche passa a ter capacidade para vinte crianças até aos dois anos, havendo também um guarda-infantes para quarenta crianças dos dois aos cinco anos e a pré-primária entre os cinco e os seis anos. A escola primária com biblioteca e dois recreios (coberto e ao ar livre) tinha agora capacidade para cento e vinte crianças, com idades compreendidas entre os seis os treze anos (Baptista, 2020, p. 139).

1.3.3. Serviço médico

De acordo com o Regulamento da MM de 1907, o serviço médico deveria assegurar os primeiros socorros em caso de acidente de trabalho, bem como um serviço regular de consultas para os colaboradores no complexo e, se necessário, ao domicílio, inspeccionar os candidatos ao desempenho de funções na MM, quer fossem militares ou civis, e supervisionar o serviço de banhos¹⁴. Os regulamentos seguintes mantêm, essencialmente, as competências supra, mas já não referem a supervisão de banhos como uma incumbência do serviço médico e o Regulamento da MM de 1929 coloca a responsabilidade de todos os aspectos inerentes ao funcionamento da enfermaria da MM no médico residente.

¹⁴ “(...) evitando que sejam empregados nas fábricas de massas e de bolacha e na padaria operários que não tenham satisfeito aquele preceito higiénico;” in “Regulamento da Manutenção Militar” (Pinto, 1966, pp. 429-430).

Em 1945, os serviços médicos foram melhorados e ampliados. A área de estomatologia (a funcionar desde 1932) beneficiou de remodelação e foram também importantes a aquisição de um aparelho raio X e a implementação dos serviços de fisioterapia (Baptista, 2020, p. 120). Com a criação do Centro Experimental de Alimentação do Exército para estudo e melhoria da nutrição dos militares através das rações, os serviços médicos passaram igualmente colaborar nas investigações desde centro (Baptista, 2020, p. 138). Os serviços de saúde da MM eram extensíveis aos familiares dos colaboradores, sendo que o edifício onde os mesmos funcionavam localizava-se na parte norte, junto à entrada, no limite esquerdo da propriedade.

CAPÍTULO II – E DEPOIS DA MANUTENÇÃO MILITAR

2.1.MM Gestão partilhada

Em 2015, a MM entrou num processo de reestruturação. A longevidade deste EFE, tal como outros seus congéneres, fez deles um caso particular no sector empresarial do Estado. Desde os anos 80 que tinham sido já conduzidos vários estudos de viabilidade em prol da continuidade das funções deste EFE. Contudo, estes denotavam um desajuste entre as necessidades às quais devia dar resposta e os resultados da instituição, decorrentes também da sua natureza jurídica atípica e híbrida, apontando rumo a um outro modelo de gestão mais eficaz.

Assim, através do Decreto-Lei n.º 11/2015, o Ministério da Defesa Nacional procedeu à extinção formal da MM e à criação da MM – Gestão Partilhada, E.P.E., por tempo indeterminado. De acordo com o artigo 2.º dos Estatutos da MM – Gestão Partilhada, E.P.E., exarado no decreto supracitado, esta tinha como incumbências “(...) a prestação de serviços às Forças Armadas, que se subsumem na atividade [sic] de reabastecimento de víveres, fornecimento de alimentação confeccionada [sic] e gestão de messes militares.”, tendo para isso “(...) competências em matéria de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística interna, pagamentos e monitorização”. Todo o património da antiga MM e os trabalhadores civis transitaram então para esta nova entidade, passando a estar sob a mesma legislação aplicada às restantes empresas do Estado. Esta companhia deveria dar prioridade máxima às encomendas das Forças Armadas, mas podia também satisfazer pedidos de encomenda de outras entidades nacionais ou, até mesmo, internacionais.

No entanto, em 2017, a MM – Gestão Partilhada, E.P.E. foi extinta pelo Decreto Lei n.º 76/2017 de 29 de Junho. Este apresenta como razão para o fim desta entidade pública empresarial a impossibilidade do cumprimento dos pressupostos para a qual foi criada, devido essencialmente a questões de mercado, tendo ficado a sua actividade circunscrita ao fornecimento de víveres ao Exército e à gestão de messes do mesmo. Concluiu-se assim que a inviabilidade económico-financeira justificou o encerramento deste EFE.

Ao proceder-se à extinção, os trabalhadores civis da MM – Gestão Partilhada, E.P.E. passaram então a integrar o mapa de pessoal do Exército. Relativamente aos bens da MM, como exarado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 76/2017 de 29 de Junho:

“Os bens móveis e imóveis que integram o património próprio da MM, E.P.E. são transmitidos para o Estado os quais (...) são reafectados ao Ministério da Defesa Nacional e o respetivo [sic] uso atribuído ao Exército.”

2.2.O Hub Criativo do Beato

Em 2016, após a manifestação de interesse no espaço de 32 195 m² por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML), foi assinado um acordo de cedência da zona sul da MM¹⁵, com a duração de 50 anos, entre o Estado Português e a CML para instalação do projecto *Hub Criativo do Beato* (HCB), associado à *StartUp* Lisboa e ao evento *Web Summit* (Hub Criativo do Beato, 2018, p. 4). Com isto, a autarquia, alinhada com o estipulado na carta estratégica de Lisboa 2010-2024 (Câmara Municipal de Lisboa, 2009), pretendeu reabilitar uma área ribeirinha da cidade, incutindo-lhe um novo dinamismo proporcionado pelas indústrias criativas, pelo empreendedorismo, pelo turismo e pela cultura. O complexo é delimitado pela Avenida Infante D. Henrique a sul, pela Rua do Grilo a norte, pela Travessa do Grilo a este e pela Rua da Manutenção Militar a oeste, localizando-se precisamente no eixo entre Santa Apolónia e o Parque das Nações, que se encontra globalmente em regeneração, quer por via da iniciativa privada quer pública.

O HCB tem como visão ser “(...) o novo pólo promotor e agregador dos *players* que posicionarão Lisboa definitivamente como uma cidade aberta, empreendedora, inovadora e criativa” (Hub Criativo do Beato, 2018, p. 9), tendo igualmente como ambição “Estar alinhado com o que de mais inovador e contemporâneo está a acontecer a nível internacional.” (Hub Criativo do Beato, 2018, p. 9), Pretende também valorizar

¹⁵ Vd. Despacho n.º 5253/2016, de 29 de Março. *Diário da República* n.º 76 – Série II. Lisboa: Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e da Defesa Nacional.

“(…) a dimensão artística, cultural e de preservação e valorização do património bem como a dimensão social e de regeneração urbana numa ótica [sic] de integração com benefícios mútuos.” (Hub Criativo do Beato, 2018, p. 9), numa lógica de sustentabilidade, num sentido amplo.

A *Startup* Lisboa foi incumbida pela CML de coordenar o projecto e encetar contactos com diversas entidades que pudessem ter interesse em investir no mesmo, desde *startups* a *scaleups*, passando por grandes empresas, incubadoras, aceleradoras, *fab labs* e investidores. O projecto contempla também espaços para *cowork*, *co-living*, serviços administrativos, áreas técnicas, estacionamento, áreas de lazer, além de diversos serviços e estabelecimentos de comércio, estimando-se a criação de cerca de três mil novos postos de trabalho. Assim, nestes dezoito edifícios conviverão indústrias criativas, empreendedorismo, *corporate* e I&D, um museu e áreas de serviços, como restauração, bares, mercado, etc. como a figura 1 ilustra:



Figura 1 - Mapa dos espaços de acordo com os eixos de desenvolvimento do projecto¹⁶.

A CML ficou responsável pela renovação das infra-estruturas exteriores e dos espaços comuns, como arruamentos, rede de águas, esgotos e electricidade, tendo previamente efectuado um levantamento do estado das infra-estruturas existentes. Já a reabilitação/adaptação interna dos edifícios, cedidos através de contratos de longa duração, ficou a cargo dos futuros ocupantes, tendo em conta as suas necessidades específicas, sendo que apenas se inicia o pagamento do uso do espaço quando o

¹⁶ Hub Criativo do Beato, 2017.

investimento neste for totalmente recuperado (Hub Criativo do Beato, s.d.). Futuramente, as despesas de programação, promoção, gestão e manutenção do *hub* serão divididas pelos vários parceiros, sendo o valor calculado com base nos metros quadrados que ocupam. Porém, actualmente, é a *Startup Lisboa* que se responsabiliza por estas questões. De entre as primeiras empresas a aderir ao projecto contam-se a *Daimler Benz*, o *Super Bock Group* e a *Delta Cafés*. A estas, têm vindo, posteriormente, a juntar-se outros projectos como a *Praça* e a *Casa do Capitão*, em regime *pop up*.

Como esta multiplicidade de projectos de reabilitação poderia ser uma porta aberta para a perda de elementos patrimoniais de valor, por forma a acautelar tal evento, foram concebidas:

“(…) fichas de caracterização dos edifícios com recomendações para os projetos [sic] de alteração em função do seu valor histórico/arquitetónico [sic] no contexto da preservação do património industrial, onde se faz uma breve caracterização e cronologia histórica da sua evolução, se identificam os equipamentos industriais a preservar no local bem como os elementos notáveis e que caracterizam os edifícios do ponto de vista arquitetónico [sic] e construtivo.” (Hub Criativo do Beato, 2018, p. 42)

No que toca ao património industrial, já em 2015 tinha sido estabelecido um protocolo com a Direcção-Geral do Património Cultural para a realização do inventário do mesmo, no que concerne à arquitectura e património móvel integrado, tendo-se procedido à identificação de qual o património a integrar na futura reutilização do espaço da zona sul da antiga MM. Tendo em vista a preservação e valorização do importante acervo de património industrial existente no complexo, o Despacho n.º 5253/2016, de 19 de Abril ordena a criação de um espaço de carácter museológico.

O facto de a CML não ser proprietária do edificado originou algum desconforto em potenciais participantes no projecto, que recearam fazer grandes investimentos no espaço e equipamentos nestes moldes. Por forma a colmatar esta questão e a amplificar o sucesso do projecto, o Despacho n.º 996/2021 autorizou “(…) a alienação, por ajuste direto [sic], à Câmara Municipal de Lisboa, do imóvel designado por PM 164/Lisboa – Manutenção Militar – Ala Sul (…)

2.3.A criação de um núcleo do Museu de Lisboa na antiga Moagem da Manutenção Militar

A preocupação e a sensibilidade em torno da preservação da memória do local por parte da CML abriu as portas à criação de um núcleo museológico sob a égide

municipal, com o fim de dar a conhecer à população e demais visitantes este património industrial e um capítulo pouco conhecido da história de Lisboa.

2.3.1. O Museu de Lisboa – da missão às colecções

As raízes do Museu de Lisboa (ML) remontam a 1909, quando foi apresentada uma primeira proposta para um museu vocacionado para contar a história de Lisboa. Em 1922, foi aberta uma secção denominada Museu Olisiponense no mesmo espaço do Museu Arqueológico do Carmo, mas será apenas em 1942 que veremos inaugurado o primeiro Museu da Cidade, sob o programa museológico de Mário Tavares Chicó e tutela municipal, devotado à evolução da capital desde a pré-história, no Palácio da Mitra, localizado no Poço do Bispo. Com a passagem dos anos e o aumento exponencial da colecção através de aquisições, doações e escavações arqueológicas, houve necessidade de um novo programa museológico (que seria elaborado por Irisalva Moita, tendo como base uma perspectiva cronológica da evolução da cidade) e de um novo espaço, fixando-se no Palácio Pimenta¹⁷ a partir de 1979. Desde 2015, o museu passou a designar-se Museu de Lisboa e a ter uma estrutura polinucleada. Na missão e vocação apresentada no seu *website*, o ML assume tratar-se de:

“(…) um museu de cidade, que tem como vocação dar a conhecer a identidade cultural, social, económica, política, antropológica e territorial da cidade de Lisboa, refletindo [sic] a sua evolução histórica e da população que a caracteriza. Tem como missão despertar a curiosidade sobre o lugar físico e a sua ocupação ao longo dos tempos, sua relação com o rio enquanto elo de ligação entre margens e porta para o Mundo. Ao interpretar a cidade através dos testemunhos materiais e imateriais existentes/expostos permite dar a conhecer a sua herança multicultural – passada e presente – como contributo para os seus possíveis futuros.”

Na conferência do CAMOC – ICOM *International Committee for the Collections and Activities of Museums of Cities* -, ocorrida em Quioto, em 2019, a directora do ML afirmou que este está a lutar pelo aumento da sua relevância, almejando ser uma referência para Lisboa, mostrando o que a diferencia de outras cidades, reinterpretando mitos e tradições, fomentando o sentimento de pertença, reconhecendo a diversidade e tratando de temas como as migrações, a gastronomia, a habitação, as hortas urbanas, a cultura *underground*, entre outros (Monteiro, 2020, p. 154).

¹⁷ Construção palaciana do século XVIII, adquirido pela CML em 1962 e adaptado para o seu novo propósito.

O ML é actualmente composto pelo Teatro Romano, pela Casa dos Bicos, pelo Palácio Pimenta, pelo Museu de Santo António e pelo Torreão Poente¹⁸, tendo uma direcção (composta por um director e director-adjunto) e dois coordenadores em dois dos equipamentos. Dada a sua génese, estrutura polinucleada e missão, as colecções que detém são vastas e diversificadas. Revestem-se de particular relevância as colecções de: azulejaria, segunda colecção de azulejos mais importante de Portugal, percorrendo todos os períodos históricos; pintura, com exemplares que documentam a história e costumes da cidade em diferentes períodos, como a *Vista do Terreiro do Paço* de Dirk Stoop, a *Torre de Belém*, de John Tomas Serres ou a *Antiga Fábrica de Tabaco de Xabregas*, de João Pedrozo; escultura, desde o *Toni Malau* do reino do Congo e da *Nossa Senhora das Mercês* aos gessos doados por Leopoldo de Almeida, passando por Joaquim Machado de Castro e Célestin Calmels; fotografia, com um importante espólio documental sobre a evolução da cidade nos últimos 150 anos, integrando fotografias de Francisco Rocchini, Augusto Bonone, Henrique Nunes, Mário e Horácio Novais, António Rafael, entre outros; gravura, desde o século XVI, com registos bastante numerosos; cerâmica, composta por cerca de 4000 peças, entre os séculos XVIII e XX, com destaque para exemplares provenientes da Real Fábrica de Louça, da Real Fábrica da Bica do Sapato, da Roseira, da Lusitânia, da Fábrica de Sant'Anna, da Fábrica Constância, entre outras; têxteis, desde o século XVIII ao século XXI, constituída essencialmente por alfaias domésticas, paramentaria, tapeçarias de Portalegre, bandeiras, estandartes e pendões; maquetas, como a grande maquete de Lisboa antes do terramoto, dos edifícios do Convento do Carmo, Igreja de Santo António, Teatro Romano, ou mesmo provenientes da Expo '98; arqueologia, fortemente presente no Teatro Romano, na Casa dos Bicos e no Palácio Pimenta, devido à génese do museu e aos trabalhos arqueológicos, cujos achados integraram consecutivamente as reservas do museu; e desenho, com cerca de 6000 peças, que documentam a evolução da cidade ao longo dos tempos (Museu de Lisboa, s.d.).

2.3.2. O programa museológico para o núcleo da antiga moagem da MM

Olhando para o enorme espólio do ML e para a sua missão, é fácil detectar que existe uma lacuna a colmatar – a da Lisboa industrial. Este núcleo que agora emerge

¹⁸ Tem também sob a sua égide as Galerias Romanas, embora este espaço não constitua ainda um núcleo expositivo permanentemente aberto ao público.

virá dotar o ML de um espólio completamente diferente daquele que até aqui detinha, de novas perspectivas complementares sobre a evolução da cidade e de novas narrativas, contando assim uma parte da história de Lisboa até aqui pouco patente no discurso do museu, para além de pouco conhecida do grande público. Como já vimos, este núcleo nasce de um feliz alinhar de factores, como seja o fim da MM, o uso do espaço para a criação do HCB e uma visão de regeneração urbana, sem perda do espírito e da memória do local, apoiada nos valores da sustentabilidade, como sejam a recuperação, a reutilização e a refuncionalização (Folgado, 2020, p. 54).

O programa museológico para o novo núcleo do ML na antiga moagem da MM foi concebido pela Doutora Deolinda Folgado, em 2020, orientadora da presente dissertação, que, para além de especialista em património industrial, encabeça a equipa de museologia e património que se encontra à frente do projecto do núcleo museológico. O programa está estruturado em doze capítulos. No primeiro apresenta-se o enquadramento do Museu de Lisboa, no segundo elucida-se sobre os museus industriais em Portugal e no estrangeiro, contextualizando o terceiro, relacionado com o universo da Manutenção Militar, com as suas fábricas e com especial destaque para a Fábrica de Moagem, local de implantação do núcleo. O quarto ponto explora a pertinência da criação do núcleo, em virtude do encerramento da MM e do florescimento do projecto do HCB, relembrando a missão e visão do ML. Seguem-se os capítulos V, no qual se apresenta o conceito e a vocação, o capítulo VI, onde estão patentes os objectivos e o capítulo VII, que se debruça sobre os públicos. Em oitavo lugar encontramos o diagnóstico, seguido do programa (capítulo IX), das fases do projecto e do cronograma (capítulos X e XI, respectivamente), encerrando com os anexos (capítulo XII) e a bibliografia.

Este documento constitui, portanto, a base de criação do novo espaço museológico do ML, que apesar de partilhar uma missão e visão com os restantes núcleos, tem uma vocação bastante própria:

“(...) o estudo, a investigação, o inventário, a incorporação de bens, a preservação e a difusão de uma identidade associada à indústria alimentar produzida no complexo fabril da antiga Manutenção Militar, nomeadamente a moagem, inserida num contexto mais vasto da industrialização de Lisboa e do país, e o seu reflexo na sociedade, inserida no Museu de Lisboa e em rede com outras entidades congéneres.” (Folgado, 2020, p. 57).

Partilha com os restantes núcleos os objectivos em prol da diversificação de públicos, nomeadamente o turístico, da criação de redes e sinergias com parceiros, do

posicionamento aos níveis nacionais e internacionais, mas também enquanto elemento importante para a inclusão social, sociocultural e difusão de valores éticos, embora tenha como objectivos específicos também “a) Salvaguardar o património industrial associado ao núcleo da Manutenção Militar.; b) Incrementar o conhecimento e a inovação associados ao património industrial nacional e municipal.” (Folgado, 2020, p. 57).

Pretende-se que a visita ao museu seja feita através de um forte apelo aos sentidos, sendo um “(...) museu inclusivo, participado, interativo [sic], mas que se afirme pela sua identidade. Que para além de entender uma micro parcela do passado projete [sic] o futuro.” (Folgado, 2020, p. 85). A exposição de longa duração estará dividida por núcleos, desenvolvendo-se nas zonas da moenda e da limpeza, de acordo com os temas propostos no documento. Assim, o núcleo I intitula-se “Manutenção Militar. Uma indústria em Lisboa, no país e no mundo” e, através de perspectivas diacrónicas e sincrónicas, foca a atenção do visitante na evolução da industrialização nestas três dimensões espaciais. O núcleo II chamado “Do Sagrado ao profano. Lugares de indústria” pretende chamar a atenção para o facto de a industrialização de muitos espaços ter sido feita com a reutilização de antigos edifícios, não raras vezes religiosos, como foi o caso da MM. O núcleo III “Entre margens – o Tejo e a linha férrea” introduz o visitante ao local onde se encontra e às razões que levaram à fixação de parte significativa das indústrias lisboetas nesta zona da cidade (Folgado, 2020, p. 97). O núcleo IV visa “Descobrir a MM” nas suas múltiplas vertentes, enquanto o núcleo V proporciona ao visitante “A viagem do cereal na fábrica”, tendo por objectivo dar a entender os vários processos da moagem até à obtenção da farinha, apoiando-se na maquinaria *in situ*. O núcleo VI pretende reintegrar a casa de comando e observação da moagem, especialmente dos moinhos, mostrando o funcionamento da moagem austro-húngara. Os núcleos VII e VIII são dedicados, respectivamente, aos “Rostos da fábrica” numa homenagem a todos os que fizeram parte desta história e à vasta gama de produtos concebidos na MM pelas mãos destes funcionários. O núcleo que se segue intitula-se “E do cereal se fez o pão, as massas, as bolachas, os cornflakes” e tem como objectivo elucidar sobre o tratamento do cereal e o seu uso para fabrico de vários produtos e subprodutos. Por fim, o núcleo X debruça-se sobre a história e o papel da MM na alimentação do exército (Folgado, 2020, p. 98).

O documento propõe a criação de dois circuitos de visita, podendo ou não vir a ter bilhetes separados, sendo um mais focado na MM e outro mais focado na moagem.

Este não pretende ser um museu estático, pelo que se planeia conseguir activar o funcionamento de algumas máquinas e convidar os visitantes a colocar a “mão na massa” por via de experiências culinárias (Folgado, 2020, pp. 92-95).

As áreas funcionais delineadas para o museu, cujo projecto de arquitectura escolhido deverá respeitar, incluem uma área pública expositiva, uma área pública de serviços, uma área privada com bens móveis e uma área privada sem bens móveis.

O tópico da segurança é abordado no plano com vista ao traçar de planos de emergência a seguir por visitantes e por funcionários em diferentes cenários, quer se trate de uma catástrofe natural ou de um roubo, contando também com um apoio tecnológico de vigilância (Folgado, 2020, p. 103).

No ponto 9.8. explicitam-se os projectos a levar a cabo na área das reservas, desde a organização das mesmas, estabelecendo procedimentos para áreas de arrumos, circulação e transporte de peças, à definição de um sistema de controle das condições ambientais (Folgado, 2020, p. 104).

No que toca à conservação e restauro ressalva-se a necessidade premente da realização de intervenções com carácter mais urgente nas peças que integrarão a exposição permanente, sem esquecer a elaboração de um diagnóstico e critérios de intervenção, bem como a importância do estabelecimento de um plano de conservação preventiva (Folgado, 2020, pp. 104-105).

Com respeito à mediação e comunicação, área de trabalho fulcral para a atracção de públicos e fidelização dos mesmos, o plano prevê a criação de programas em torno da exposição permanente para públicos plurais, que sejam inclusivos, em formatos diversos, como visitas guiadas, *ateliers*, seminários, palestras, encontros científicos e artísticos, eventos, programação para famílias, entre outros, na senda do que já vem sendo feito nos restantes núcleos do ML. A comunicação eficaz da programação por via do *site*, redes sociais e meios tradicionais é também mencionada neste ponto, bem como as posteriores necessidades de criação de estudos de públicos e sistemas de avaliação (Folgado, 2020, pp. 105-106).

No âmbito dos recursos humanos, o documento visa a importância do recrutamento de profissionais qualificados para o bom funcionamento do equipamento cultural, quer seja na fase preparatória, quer seja na fase pleno funcionamento, não excluindo contratações pontuais ou colaborações através de estágios curriculares (Folgado, 2020, p. 107).

2.3.3. As colecções resultantes da actividade da MM

Com o fechar das portas do complexo fabril da MM, todos os bens que este encerrava deixaram de exercer a função para a qual foram concebidos. O museu albergará agora alguns desses objectos, que passarão a ter uma nova vida enquanto espólio museológico. As colecções são, como não poderia deixar de ser, vastas e diversificadas, constituindo um desafio ao inventário a desenvolver.

Alguns destes integravam já o espólio do antigo núcleo museológico¹⁹ da Manutenção Militar, oficialmente designado “Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias”, inaugurado em 1997²⁰, que funcionava em duas salas do piso 0 do Edifício do Relógio ou Convento das Grilas (Folgado, 2020, p. 65). Uma grande parte do espólio que integrou essa exposição de longa duração, bem como aquele que foi enriquecendo posteriormente o acervo foi incorporado por meio de recolha levada a cabo pelos funcionários responsáveis pelo núcleo, embora também se tenham verificado algumas doações por parte de ex-funcionários. A caldeira para fazer concretos existente na fábrica de pastelaria, bem como os cilindros com os moldes das bolachas são provenientes deste primeiro núcleo museológico (Folgado, 2020, pp. 70-71).

Para além da colecção que nos propomos estudar no presente trabalho – fardas civis – e que à frente irá ser objecto de descrição e análise, outras colecções integram o embrião deste futuro núcleo, sendo que algumas peças estavam presentes na primitiva sala de exposições, como acima referido. Uma das colecções mais vastas e significativas é a do laboratório de controlo de qualidade, devido, não só, mas também, à sensibilidade dos técnicos para o valor histórico-patrimonial destes bens, contando com cerca de 278 tipos de bens que permitem traçar a evolução deste departamento ao longo do tempo²¹. A segunda mais numerosa é a colecção relativa ao apoio social a militares e civis que contempla objectos provenientes do serviço de saúde, da barbearia (ex. cadeira de barbeiro), da farmácia, da creche (ex. cavaleiro de madeira), das escolas, das messes, dos transportes, dos bombeiros (ex. carrinho de mão com extintor acoplado), do cinema e do cine-teatro, dos supermercados, etc. Existem igualmente alguns elementos

¹⁹ De ressaltar que o seu organograma não contemplava a existência de um espaço de índole museológica. Vd. Rodrigues, 2005, p. 33.

²⁰ Em 1997, a MM celebrou o seu centenário, inaugurando uma exposição sobre a dinâmica deste EFE ao longo do seu período de laboração, que se tornou permanente, desenvolvendo-se então um pequeno núcleo museológico permanente.

²¹ Em muitos casos existem mais do que apenas um exemplar de cada tipo de bem e estes números provêm de uma primeira análise e não de um inventário extensivo. De referir também que o acervo tem vindo progressivamente a crescer via incorporação de bens cedidos pelo Exército e de bens que vão sendo descobertos e resgatados para integrar as reservas do museu.

patrimoniais com proveniência das áreas administrativas, datados das décadas de 1960 e 1970. Seguem-se as colecções compostas essencialmente por ferramentas, que advêm das várias oficinas que existiram na MM, como a de serralharia, a de carpintaria, a de correaria, a de costura, a de tipografia, a de canastraria, a de latoaria, a de obras e a de automóveis, entre outras. São de referir também alguns objectos relacionados com a área de armazenagem e depósito, com origem nos armazéns de vinhos, azeites, bacalhau, rancho, secos, taras, farinhas, rações, massa, bolacha, etc (Folgado, 2020, p. 71).

Alguns exemplares de património móvel integrado foram retirados dos edifícios aos quais pertenciam na fase de encerramento, como é o caso de algumas máquinas de empacotamento ou cubas para amassar o pão, para que a requalificação dos espaços fosse levada a cabo. Alguns daqueles poderão voltar ao seu local original, findas as obras, ou integrar outros espaços do HCB, de modo a poderem ser valorizados e, eventualmente, integrados numa futura programação de visita do museu.

CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DAS FARDAS NUM ESTABELECIMENTO FABRIL MILITAR

3.1. Breve contextualização história do uso de fardamento

Quando pesquisamos pela palavra “farda” ou “uniforme” no dicionário Priberam da Língua Portuguesa, as acepções que nos surgem são:

Farda

- “1. Libré.
2. Uniforme para uma classe de indivíduos.
3. Fardamento.
4. [Por extensão] Vida militar.”

Uniforme

- “1. Que só tem uma forma ou aparência. = ANÁLOGO, IDÊNTICO, SEMELHANTE
2. Que é sempre o mesmo. = IGUAL, INVARIÁVEL
3. Que não varia nada. = CONSTANTE, INVARIÁVEL, REGULAR
4. Compassado.
5. [Gramática] Que tem apenas uma forma para o género masculino e para o género feminino (ex.: a palavra interessante é um adjetivo uniforme). [Confrontar: comum de dois.]

6. Vestuário que é idêntico para um grupo de indivíduos (ex.: uniforme do colégio, uniforme militar). = FARDA, FARDAMENTO”

Estas entradas dão-nos várias informações, nomeadamente sobre a semelhança de formas, a invariabilidade do vestuário e o uso das palavras uniforme e farda para designação de vestuário usado por um grupo de pessoas, mencionando inclusive a especificidade militar e afluindo também a possibilidade do uso transversal deste tipo de vestuário por indivíduos de sexos opostos. A origem do uso de fardamento perde-se no tempo.

Citando Craik, “Uniforms have been an essential element of human society essentially where group identity has been crucial, as a mark of distinctiveness (e.g. religious orders), as markers of social status (e.g. rulers, aristocrats, castes, those in authority or wielding power – those subjugated) and as markers of group membership (e.g. as citizens, clans, occupations, party members).”(Craik, 2005, p. 22).

O uniforme, seja ele regulamentado ou informal, como as roupas usadas pelas pessoas que trabalham na área de negócios e gestão, que são inevitavelmente similares, passa uma mensagem muito forte para o exterior sobre o papel na empresa/ instituição e na sociedade em geral por parte da pessoa que veste determinada roupa. Como afirma Craik, “Wearing a uniform properly – understanding and obeying rules about the uniform-in-practice and turning the garments into communicative statements - is more important than the items of clothing and decoration themselves.” (Craik, 2005, p. 4). Ao longo do tempo, a sociedade teve necessidade de criar códigos de uso de uniforme e até mesmo legislação para regular o que cada um deve usar e em que situações (Craik, 2005, p. 14). A maioria dos uniformes ainda hoje usados derivam das vestes eclesiásticas e/ ou do uniforme militar (Craik, 2005, p. 21).

O fardamento em contexto militar e de guerra tinha um papel bastante prático de diferenciação dos elementos constituintes dos exércitos em confronto, sendo essencial para distinguir o inimigo do aliado. A existência de uniformes militares remonta à antiguidade clássica. Um exemplo incontornável de um exército fardado é-nos dado pela obra escultórica chinesa de 200 d.C. conhecida como “Exército de Terracota” (Craik, 2005, p. 103). Na Idade Média, em regra, cada cavaleiro pagava pela sua própria armadura, sendo a mesma elaborada à medida dos seus gostos e posses. Neste sentido, este traje de guerra tinha o propósito primordial de proteger as partes vitais do combatente. Temos também o caso das ordens religiosas e das ordens religiosas militares, cujos elementos tinham hábitos, que podemos considerar também como uniformes, adaptados às necessidades e identificativos das ordens a que pertenciam.

A partir do século XVII, com o Antigo Regime, começam a surgir uniformes mais elaborados e generalizados para o desempenho de funções militares, mais coadunados com o tipo de artilharia e armas de fogo já existentes à época, tendo também um propósito pedagógico de inculcar disciplina, autoridade, ao mesmo tempo que asseguravam um mínimo de higiene (Francequin, 2008, p. 43). No período pós-revolução francesa, o uniforme militar torna-se muito elaborado, influenciando amplamente a moda em geral, inclusive a feminina (Craik, 2005, p. 34). É inegável a ligação intrínseca que existe entre os uniformes e o mundo militar, sendo que a existência de um mesmo fardamento para todos os combatentes é uma realidade relativamente recente.

Apesar do fardamento ser anterior ao século XX, foi nesta centúria que se publicaram convenções internacionais para regular os uniformes usados em contexto bélico, de maneira a agilizar a distribuição de fardamento com números estandardizados (embora a utilização de sistemas de tamanhos não fosse nova na produção têxtil²²) e a uniformizar a forma como as forças militares se apresentavam. As guerras mundiais continuaram a alimentar o uso e o desenvolvimento de fardamento militar cada vez mais sofisticado, tendo havido inclusive marcas a apresentar propostas de fardamento aos beligerantes, como provam os esboços da conhecida Hugo Boss que tinham como público-alvo as tropas alemãs (Dias, 2017, p. 25). A complexificação dos elementos distintivos do fardamento militar torna-se ainda maior se considerarmos as diferenças entre os ramos das Forças Armadas, os vários cargos hierárquicos desempenhados dentro daqueles e ainda os diferentes uniformes que cada sujeito pode usar em cada circunstância (palco de guerra, uma determinada função a desempenhar, uma cerimónia, etc.). Uma parte muito importante na interpretação da farda, seja ela militar ou não, são os adereços, como as insígnias, condecorações, etc.

Cada farda dá-nos indicação sobre o papel desempenhado por quem a usou na sociedade/ entidade, até mesmo pelas suas características e adaptações em prol das tarefas a desempenhar. Independentemente do poder social, quem enverga uma farda faz parte de um determinado enquadramento (por exemplo, categoria profissional), que é similar à dos que vestem uma farda igual à sua e diferente dos que usam outra ou nenhuma, servindo assim, simultaneamente como factor de igualdade e de diferenciação. Fora do contexto militar, há fardas, desde que há sociedade e

²² Para informações sobre a emergência e evolução dos vários sistemas de tamanhos vd. Aldrich, W. (2007). *History of sizing systems and ready-to-wear garments*. DOI:10.1533/9781845692582.1.

hierarquização. Como já foi referido, os séculos XVII e XVIII trouxeram uma maior proliferação de uniformes entre os funcionários que serviam as famílias reais e a corte, embora já desde a Idade Média se usassem os librés, diferenciados pelas cores da casa que se serviam, por exemplo. É importante referir que um uniforme é também um símbolo político, de afirmação e diferenciação. Veja-se a título de exemplo a coleção de fardamento de cocheiros e sotas do Museu Nacional dos Coches, ricamente trabalhadas e extremamente elaboradas.

A generalização do uso de fardamento no contexto civil dá-se no decorrer da revolução industrial, em que as pessoas habituadas a uma economia essencialmente de cariz rural, um pouco por todo o mundo ocidental, começam a ser reconvertidas rumo aos caminhos acelerados da emergente industrialização, engrossando as fileiras de operários indistintos. Entre as cores mais recorrentes no fabrico de uniforme encontramos desde o final do século XIX o azul:

“(…) à la fin du XIX^e siècle, pour protéger l’ouvrier des accidents, l’employeur devra le doter de vêtements de travail avec souvent un ensemble de couleur bleue qui donne son nom - «le bleu» - à l’habit dans la production. Le bleu marine à partir de 1910 devient la couleur des uniformes.”
(Francequin, 2008, p. 13).

Contudo, o elemento cor irá tornar-se mais amplo e servir essencialmente dois propósitos: em primeiro coadunar-se com a função (por exemplo, a farda de cozinheiros ou talhantes é normalmente sempre branca, uma vez que a higiene é essencial no sector alimentar e o branco denuncia imediatamente se esta condição não estiver reunida) e em segundo, ir ao encontro das cores usadas pelas instituições, estabelecendo combinações ilustrativas da sua pertença como trabalhador da entidade e da sua área de funções. Também os tecidos tornar-se-ão menos orgânicos à medida que vão sendo criadas as resistentes fibras sintéticas, como o poliéster, que misturado com o algodão constitui a base de muitos tecidos usados no fabrico de fardamento.

O século XX poderá afirmar-se como aquele em que o uso de fardamento se generaliza globalmente, estendendo-se a todas as áreas, desde uniformes profissionais (de fabris à hotelaria e turismo, passando pela saúde, por exemplo) aos escolares (embora estes já existissem desde, pelo menos o século XVI, se considerarmos o seu uso por parte de instituições de caridade como as *charity schools* inglesas) (Craik, 2005, p. 58). É também o século em que as mulheres entram em massa no mercado de trabalho, derivado das alterações provocadas pela Revolução Industrial e continuadas pelas duas Guerras Mundiais, sendo necessário dotá-las de vestuário compatível com as

funções e com o corpo feminino, embora muitas fardas decorram da adaptação dos uniformes masculinos com algumas alterações. Este recrudescimento do uso de uniformes adequados a diferentes funções e com um crescente grau de personalização foi naturalmente acompanhado pelo nascimento de empresas especializadas na moda corporativa (Câmara, Oliveira e Botelho, 2009, p. 74), desenvolvendo o produto em torno das necessidades do cliente e produzindo estudos sobre os materiais a usar em cada situação e os melhores modelos de acordo com o trabalho a desempenhar.

Ao contrário de uma qualquer outra peça de vestuário, uma farda tem por obrigação dar resposta a determinadas necessidades, principalmente no que toca à ergonomia, antropometria, durabilidade e segurança (resistência, tipo de tecido...), manutenção (facilidade de limpeza...), conforto (modelo, peso, caimento, elasticidade, flexibilidade, contacto do tecido com a pele...), facilidade de manuseamento (facilidade em vestir e despir, mobilidade...) (Dias, 2017, pp. 36-37). É também importante avaliar a temperatura dos habituais locais de trabalho, a facilidade de absorção da transpiração, os elementos com os quais o funcionário está em contacto para definir modelos e aviamentos (tipo de tecido que mais se adequa, elásticos, molas, fechos, fitas...), entre outros aspectos. Estudadas as características do trabalho, do trabalhador e da empresa (até porque há sempre uma imagem corporativa e uma identidade visual que se cria e reforça através do uso de uniforme por parte dos colaboradores) (Valério, Fernandes e Martins, 2013, p. 189), esboçam-se os croquis e as fichas técnicas das peças que serão as partes constituintes das fardas.

Presentemente, dependendo do tipo de profissão há inclusive normas europeias em vigor que regulamentam o vestuário a usar por questões de segurança, para além das normas que possam constar no Código de Trabalho (Francequin, 2008, p. 15) ou nos códigos internos das empresas. Como exemplos podemos referir os coletes reflectores, os capacetes e também as botas de biqueira de aço, que contêm requisitos mínimos para ser aceites no mercado e como válidos para o desempenho de determinadas funções (Francequin, 2008, p. 250), uma vez que muita da produção está hoje deslocalizada em países como a China.

Assim, os aspectos basilares pelos quais a Humanidade sentiu a necessidade de criar fardas mantêm-se, no fundo, inalterados – pertença a um grupo específico, por oposição a todos os outros que não envergam a mesma farda, representação de uma função/ entidade e protecção do trabalhador no desempenho da profissão. Uma farda pode dar-nos várias informações sobre a pessoa que faz uso dela, sem que esta tenha de

dizer uma única palavra, pois o uniforme fala por si mesmo, através dos vários elementos que o compõem a quem souber interpretar o que este comunica.

Apesar de o vestuário ter suscitado ao longo dos tempos a curiosidade de muitos artistas, escritores, fotógrafos que os eternizaram, bem como, mais recentemente, a produção de vários estudos, no caso do vestuário de trabalho não foram desenvolvidas muitas investigações, pois, como afirma Ginnette Francequin, o vestuário de trabalho “(...) y trouvait une certaine place, mais faisait souvent pauvre figure à côté du faste des beaux habits royaux, de l’impressionnante galerie de costumes militaires ou (...) des vêtements religieux (...)” (Francequin, 2008, p. 12). A verdade é que o fardamento tem acompanhado a história da sociedade, sendo uma criação desta e servindo os seus propósitos de uniformização e/ou destaque, ao ponto de ter gerado várias expressões idiomáticas ilustrativas do seu significado para uns e outros, como nos comenta Francequin:

“On dit en anglais, «l’habit ne fait pas l’homme» ; en russe, «à l’entrée on juge quelqu’un par ses habits, à la sortie par son intelligence» ; en espagnol, «tu n’as pas besoin d’être bien habillé pour être quelqu’un de bien» ; en allemand, «les habits font les gens» ; alors que chez les latins, en grec, « ce n’est pas la soutane qui fait le père » et en français la maxime «l’habit ne fait pas le moine». ” (Francequin, 2008, p. 120)

3.2. O fardamento civil na MM

A lógica aplicada ao fardamento militar veio a ser empregue em parte também no fardamento civil, designadamente na MM. As fardas tinham como objectivo a uniformização da forma como os trabalhadores se apresentavam ao serviço, a manutenção da boa imagem da instituição que representavam, quer estivessem mais ou menos expostos ao público externo e a dignificação do funcionário, visando também transparecer um grau de disciplina elevado. Tratando-se a MM de um estabelecimento militar, onde durante os primeiros cinquenta anos da sua laboração a maioria dos funcionários era militar, a obrigatoriedade do uso de fardamento soa-nos lógica. Parece-nos pertinente referir que o fardamento usado pelos militares em contexto fabril não era o mesmo que o usado noutros contextos. O uniforme fabril apenas podia ser usado no desempenho de funções fabris, por questões de higiene e para assegurar uma maior durabilidade do mesmo²³.

O fardamento foi, até pelos menos os anos 70 do século XX, pago pelos trabalhadores, sendo o valor do mesmo descontado do montante auferido pelos

²³ Vd. Ordem de Serviço, n.º 179, de 15 de Setembro de 1906, Manutenção Militar.

funcionários, por vezes em prestações, de acordo com o que nos revelam diversas Ordens de Serviço. Os funcionários podiam adquirir fardas novas ou que já tivessem sido usadas por outros funcionários, sendo que, neste caso, o custo seria menor (Nunes, 2009, p. 64). A partir dos anos 30 do século XX, começou a ser obrigatório o envio de um mapa mensal com toda a informação relativa ao fardamento adquirido para os Serviços de Contabilidade, de forma que estes procedessem ao débito imediato aquando do processamento dos vencimentos²⁴. De acordo com uma cópia da Ordem de Serviço n.º 132, de 12 de Julho de 1974, encontrada no Arquivo do ML – núcleo da MM, nesta altura pelo menos algum fardamento era já “(...) por conta da MM (...)”. Era da incumbência de mestres e contramestres a verificação dos uniformes dos funcionários. Isto é, verificavam se estes se encontravam limpos, com todos os botões abotoados e de acordo com o regulamentado, não havendo misturas de peças de outros uniformes (Nunes, 2009, 62).

As Ordens de Serviço foram uma ótima fonte de informação relativamente ao fardamento, contendo nelas informações tanto sobre os planos de fardamento implementados, como dos débitos de fardamento quando o mesmo era pago pelos funcionários. Infelizmente, nem todas as Ordens de Serviço estavam disponíveis para consulta no Arquivo Geral do Exército e as que constavam no arquivo da extinta MM permaneceram sempre inacessíveis para consulta, devido ao moroso processo de migração do arquivo aí patente para outro local, no seguimento da entrega das instalações por parte dos militares, processo que decorreu até sensivelmente Fevereiro de 2022.

Nas Ordens de Serviço referentes ao ano de 1904 já aparecem referências a fardamento e às regras de uso do mesmo²⁵, bem como às formas de pagamento (normalmente descontando das gratificações) do fardamento proveniente do Depósito Geral. Apesar de, desde o início, terem existido trabalhadores civis do sexo masculino na MM, numa primeira fase, a distribuição de uniformes a estes trabalhadores não é mencionada nas Ordens de Serviço, aparecendo apenas informação do débito de uniformes fabris aos praças em laboração nas fábricas da MM. Isto prender-se-á com a quantidade diminuta de civis por comparação aos militares em laboração nesta fase, tratando-se essencialmente de civis com profissões especializadas, não havendo,

²⁴ Vd Ordem de Serviço n.º 11, 14 de Janeiro de 1930, Manutenção Militar.

²⁵ Refira-se a título de exemplo a Ordem de Serviço da Manutenção Militar n.º 30, de 9 de Fevereiro de 1909, onde consta que um funcionário foi punido por não arregaçar as mangas como estipulado ao cortar um pedaço de massa alva para fazer pão.

portanto, na nossa óptica, um plano de fardamento específico definido para estes²⁶. A Ordem de Serviço n.º 77, de 22 de Abril de 1908, fixou o prazo de duração das blusas e calças em três meses. A Ordem de Serviço n.º 120, de 22 de Maio de 1912, por exemplo, apresenta uma tabela com os artigos de fardamento distribuídos a cada soldado e em que número – normalmente apenas um artigo da mesma tipologia, no máximo dois. Nessa tabela consta que o uniforme a ser usado na fábrica de pão era composto por blusa de zuarte²⁷, calças de zuarte, barrete de zuarte, boné branco e blusa de sarja. O uniforme usado na fábrica de massa é similar, sendo constituído por blusa de zuarte, barrete de zuarte e bonet branco. As cores branco e azul-escuro eram as usadas à época.

As primeiras mulheres contratadas para desempenhar funções na MM entraram ao serviço em 1912. Encontramos a descrição completa dos seus primeiros uniformes na Ordem de Serviço n.º 228 da Manutenção Militar, de 25 Setembro de 1912:

“As operarias [sic] e aprendizas farão uso de um uniforme fabril constituído por uma bata de fazenda de algodão branco que lhes cobrirá completamente os vestidos sendo abotoadas no pescoço e nos pulsos. Usarão o cabelo penteado alto e uma touca branca conforme o padrão adoptado. As telefonistas e as empregadas nas secretarias usarão vestido preto com avental branco e o mesmo penteado com um laço de fita branca. A côr [sic] branca das batas e toucas das operarias [sic] que trabalham na fábrica de massas é substituída pelo azul quando trabalhem no refeitório [sic], moagem e torrefação [sic] de café e lavagem de sacos. Para os serviços de limpeza [sic] e análogos colocarão sobre as batas um avental de grosaria. É expressamente proibido nas fábricas, oficinas, depósitos e secretarias o uso de outro calçado que não seja a bota ou o sapato de salto.”

Ao contrário do que aconteceu com os trabalhadores civis do género masculino, o pessoal civil feminino teve desde o primeiro dia fardamento definido, passando o mesmo a constar imediatamente das tabelas de débito de fardamento patentes nas Ordens de Serviço da MM²⁸, a par do fardamento fabril distribuído aos soldados. É necessário chegar até 1915 para vermos aparecer nas tabelas de débito de uniforme fabril, o débito de peças de fardamento a um civil do sexo masculino²⁹, sendo o fardamento atribuído igual ao dos militares no desempenho das mesmas funções fabris,

²⁶ A Ordem de Serviço n.º 1, de 1 de Janeiro de 1899 menciona apenas quatro civis nos quadros da MM – um fogueiro, um mestre, um maquinista e um ajudante.

²⁷ Tecido simples de algodão, geralmente azul ou preto.

²⁸ É importante referir que estas tabelas diziam respeito apenas ao uniforme fabril, que muitas vezes era também usado nos depósitos, nunca mencionando o fardamento usado nos escritórios ou outras categorias profissionais.

²⁹ V.d. Débito de duas calças zuarte a Alfredo dos Santos in Ordem de Serviço n.º 88, 15 de Abril de 1915, Manutenção Militar.

podendo eventualmente haver algum tipo de distintivos, embora não tenhamos encontrado evidências destes. Ou seja, para além dos distintivos que identificam as posições hierárquias dentro da fábrica, não encontramos distintivos para discernir quem pertencia à classe civil ou militar, no âmbito do fardamento fabril. Assim, fica a dúvida se os civis do sexo masculino não tinham inicialmente uniforme definido ou se simplesmente, por alguma razão desconhecida, o mesmo não era mencionado nas Ordens de Serviço da MM³⁰. A verdade é que, uma vez que passam a constar das ditas tabelas, percebemos que o uniforme fabril usado pelos civis é exactamente o mesmo e nas mesmas cores que o usado pelos militares a desempenhar o mesmo trabalho.

No seguimento de uma visita do Director da MM a Inglaterra, foi proposta e aprovada uma alteração dos uniformes femininos usados pelas dactilógrafas, amanuenses, telefonistas, empregadas de escrita de balcão e respectivas aprendizas destas profissões. Segundo consta na Ordem de Serviço da MM n.º 34, de 3 de Fevereiro de 1920, os uniformes então usados por estas funcionárias tinham dado provas de:

“[não satisfazer] (...) cabalmente ao duplo fim a que se destinam, uniformidade de côr [sic], talho e elegancia [sic], de que resulta apresentarem-se umas decotadas, outras com (...) golas altas e com aventaes [sic] de formas e feitios muitíssimo diferentes, havendo por isso apenas uniformidade nas côres preta e branca duns e doutros;”.

Assim, o novo uniforme consistia no uso de saia e casaco de cor cinzento-claro, com colarinho branco gomado e voltado para baixo, peitilho igualmente branco, gravata preta, boné do modelo já usado na MM, no mesmo tecido do casaco e saia, mas com um monograma em metal branco onde constavam as letras MM. Os botões do casaco eram amarelos, iguais aos dos oficiais, mas com as letras MM, em vez do emblema usado por estes. Os distintivos eram usados na platina da esquerda. As meias deveriam ser da cor do calçado, sendo este de estilo abotinado e feito de cabedal amarelo. Na mesma Ordem de Serviço aparece o prazo até ao qual seria ainda possível fazer uso dos uniformes antigos (31 de Dezembro desse ano) e que não poderia haver misturas de uniformes, devendo um ou outro ser usado na íntegra.

³⁰ De ressaltar que, analisando as Ordens de Serviço da MM, a presença de praças a desempenhar funções fabris era, numa fase inicial, maioritária, tendo começado esta realidade a ser invertida com a entrada de Portugal na 1.ª Guerra Mundial. A par dos praças, as mulheres, inicialmente contratadas a título provisório, rapidamente se tornaram numa mão-de-obra importante e volumosa no seio da MM, tendo provavelmente sido contratadas por auferirem menos que os homens. A partir de 1914, passam a constar nas Ordens de Serviço o número de horas extras feitas por cada funcionário, sendo elucidativo do esforço de trabalho dos colaboradores da MM. V.d. Ordem de Serviço n.º 285, 5 de Dezembro de 1914, Manutenção Militar.

A 6 de Fevereiro de 1928, a Ordem de Serviço n.º 29 introduz um novo plano de uniformes a vigorar a partir de 1 de Junho desse ano. Segundo o mesmo, o pessoal civil masculino deveria usar “(...) fato macaco de ganga e cinto de carneira preto com fivela rectangular de ferro niquelado, barrete de pala como o actual, com emblema da M.M. sem galões.”. As diferenças entre as posições de operário-chefe, operário sub-chefe e operário eram feitas através de distintivos na platina do lado direito. Assim, num passador preto nessa platina, cada funcionário tinha três (operário-chefe), duas (operário sub-chefe) ou uma estrela prateada (operário), respectivamente. Os fogueiros usavam a mesma farda, mas no seu passador preto tinham um pequeno disco prateado, tendo também direito a alpercatas. Já os padeiros, partilhavam o mesmo distintivo que os fogueiros, mas usavam fato branco igual ao dos militares, com barrete da mesma cor e alpercatas. No que toca ao pessoal feminino, a mesma ordem estabelece para o pessoal de escrita o uso de “Bata preta (...) com 2 algibeiras e 2 passadores para cinto, manga com punhos de abotoar com 3 botões, cinto de carneira preta com fivela rectangular de ferro niquelado.” A mesma lógica de distintivos era também aplicada ao pessoal feminino. Assim, de acordo com a sua classe – 1.ª, 2.ª ou 3.ª –, as dactilógrafas e amanuenses usavam ao peito, do lado esquerdo, o respectivo número de estrelas prateadas de cinco pontas (1, 2 ou 3). As ajudantes de guarda-livros seguiam a mesma lógica de distintivos, alterando apenas a cor das estrelas para douradas.

Às operárias estava reservado o uso de “(...) bata de ganga azul com 2 algibeiras, abotoada até à cintura e fechada da cintura para baixo, manga larga com punho abotoada com um botão, cinto do mesmo tecido para dar laço ao lado esquerdo, touca do mesmo tecido cobrindo por completo os cabelos e alpercatas.”

Posteriormente, foram feitas algumas adições ao disposto na Ordem de Serviço supracitada em outras ordens de serviço, por se ter dado conta de lacunas ou por se ter verificado a necessidade de clarificar alguns aspectos. É, por exemplo, o caso da Ordem de Serviço n.º 31, de 8 de Fevereiro do mesmo ano, que acrescenta que as operárias que efectuem trabalho “(...) nas galgas devem trazer aventaes [sic] de linhagem, e as da cosinha [sic] devem calçar sapatos.” ou da Ordem de Serviço n.º 103, de 4 de Maio do mesmo ano, que informa que o cinto de carneira preto com fivela rectangular de ferro niquelado mencionado no plano é substituído por um cinto da mesma fazenda usada na confecção das batas, mas entretelado. A permissão do uso de condecorações no uniforme fabril por parte dos operários é introduzida pela Ordem de Serviço n.º 105, de 7 de Maio de 1928. Já a Ordem de Serviço n.º 124, de 29 de Maio de 1928, clarifica que

as estrelas prateadas dos distintivos devem apenas ser usadas pelos operários profissionais, estando, portanto, vedadas aos ajudantes, serventes e aprendizes, que não usam distintivos de todo. Em relação aos contra-mestres e operários sub-chefes, a Ordem de Serviço n.º 126, de 31 de Maio do mesmo ano, elucida que estes trabalhadores podem usar fato de cor zuarte, constituído por calças e casaco, devendo este último ter “(...) 4 bolsos, ser aberto e ter na banda direita duas estrelas prateadas com 5 pontas.”

O Regulamento da MM de 1929, apesar de não informar sobre o plano de fardamento vigente, faz uma pequena nota relativa ao fornecimento de uniformes fabris cuja responsabilidade é do conselho de administração: “Fornecer ao pessoal militar e civil os artigos de uniforme fabril, cuja importância reaverá por descontos nas férias ou gratificações;” (Pinto, 1966, p. 697). Aqui vemos uma nova forma de cobrança, continuando ainda assim a ser os funcionários a suportar os custos do fardamento que eram, no fundo, obrigados a usar.

Chegados a 1939, a Ordem de Serviço da MM n.º 204, de 31 de Agosto, apresenta-nos um plano de uniformes civis, que visou “(...) reunir n’um só documento tudo quanto sobre uniforme de pessoal subalterno civil se acha disperso em várias ordens de serviço e ainda modificar algumas disposições (...)”. O texto faz alusão a várias figuras ilustrativas dos uniformes descritos que deveriam constar de um livro à parte, patente na Secretaria-Geral, para consulta dos funcionários, mas que, lamentavelmente, não acompanham a Ordem de Serviço em questão. São apresentados, em primeiro lugar, os uniformes do pessoal masculino, começando pelos escriturários, cujo traje era composto por calça e casaco (com quatro bolsos exteriores e apertando com três botões de massa pretos) em cotim³¹ militar. Os mestres vestiam também calça e casaco zuarte (abotoado ao centro com quatro botões de massa pretos, quatro bolsos e três estrelas prateadas de cinco pontas na banda da direita), adicionando um barrete azul-ferrete com pala em couro de cor preta, devendo constar no mesmo, o emblema da M.M. em metal amarelo. Já os contra-mestres, vestiam exactamente o mesmo uniforme que os mestres, mas na sua banda do lado direito tinham apenas duas estrelas prateadas de cinco pontas, em vez de três estrelas como os mestres. No caso da moagem, tanto os mestres como os contra-mestres, apesar de usarem este mesmo modelo, a cor do fato era branca, em tecido de sarja com botões de massa da mesma cor. Os operários usavam

³¹ Tecido forte composto por algodão e linho.

fato tipo macaco zuarte “(...) com gola virada fechada, com 2 bolsos superiores abotoados e cinto de zuarte, pregado à frente até aos flancos com fivela preta para apertar atraz [sic] e prezilhas [sic] nas mangas.” Todos os botões eram de massa e de cor preta e do lado direito da gola figurava uma estrela prateada de cinco pontas. Usava ainda um barrete redondo, com seis centímetros de altura, da mesma cor que o fato. Os serventes e os fiéis de armazém usavam exactamente a mesma farda que os operários, mas não tinham nenhuma estrela na gola e, no caso dos fiéis de armazém, o seu barrete divergia, contendo uma pala de couro negro e o emblema da M.M. em metal amarelo.

O fardamento dos motoristas da direcção e dos encarregados de serviço de transportes automóveis mudava consoante fosse Inverno ou Verão. Assim, durante o Inverno usavam calças, colete e casaco azul-ferrete, tendo este último uma abotoadura dupla com quatro botões cada e mais dois botões iguais (em metal amarelo e com o escudo nacional em relevo), mas de menor dimensão nas mangas, dois bolsos inferiores com pestana e um bolso superior do lado esquerdo sem pestana, todos estes interiores. Na banda da direita constava uma estrela prateada de cinco pontas. Usavam ainda um barrete azul-ferrete “(...) com pala de couro preto, emblema da M.M. bordado a ouro, encimado pelo Escudo Nacional, francalete [sic] dourado.” Durante o Verão, apenas eram usados calças e casaco em tecido de cotim militar. O casaco era abotoado com cinco botões, tendo mais dois botões nas mangas, iguais aos da farda de Inverno. Os bolsos eram neste caso todos exteriores – dois inferiores e dois superiores, estes últimos abotoados. A estrela aparecia do lado direito da gola, sendo esta voltada e de quatro centímetros de altura. O barrete utilizado era o mesmo do da farda de Inverno. Quando em serviço interno, usavam fato tipo macaco de cor azul zuarte com botões de massa pretos, “(...) com gola virada fechada, com 2 bolsos superiores abotoados, cinto de zuarte pregado à frente até aos flancos, fivela preta para apertar atraz [sic] e prezilhas [sic] nas mangas” como os restantes motoristas e ajudantes de motorista. Tal como os motoristas, os porteiros (do portão principal e do jardim) tinham também fardas diferentes para as estações de Verão e Inverno. A farda de Inverno era em tudo semelhante à dos motoristas durante a mesma estação, tendo apenas no casaco os canhões redondos com vivos verdes. O barrete era na mesma em pano azul-ferrete com pala preta em couro, tendo, porém, francalete preto de cordão de seda e o emblema da M.M. em metal amarelo. Durante o Verão, a cor era aqui amarelo, usando apenas calça e casaco. O casaco tinha duas abotoaduras de quatro botões cada, dois bolsos inferiores com botão e canhões redondos com dois botões de menor dimensão. O barrete era

igualmente caqui com pala e francalete pretos em couro. Os restantes porteiros poderiam usar o fato tipo macaco zuarte já mencionado.

A M.M. tinha um corpo de bombeiros próprio, cuja farda era composta por calças e casaco de cotim de algodão. O casaco abotoava por meio de seis botões (todos de metal amarelo com dois machados cruzados em relevo) ao centro, tendo gola fechada de quatro centímetros, platinas, canhões em bico com dois botões, dois bolsos internos superiores com botões, duas presilhas na cintura para passagem de cinto e dois botões grandes atrás na zona da cintura. A farda era complementada por um bivaque azul-ferrete, que tinha patente o emblema da M.M. encimado pelo escudo nacional em metal amarelo, na frente sobre a dobra. Adicionalmente, tinham um capote castanho escuro, com platinas, gola e canhões em bico com vivos vermelhos e dois botões, sendo abotoado à direita com duas abotoaduras de seis botões cada, convergindo de cima para baixo, tendo também dois botões grandes e uma presilha nas costas na zona da cintura. Para o serviço de ronda e para tempo chuvoso, tinham também uma capa de oleado com capuz. Para distinguir o bombeiro-chefe dos restantes, aquele usava na platina direita do casaco e do capote “(...) uma passadeira de polimento preto, com 3 estrelas prateadas de 5 pontas”, enquanto os segundos usavam cinturão, machado e um braçal preto no braço direito com as letras B.S. bordadas a branco.

O pessoal feminino estava dividido em duas categorias, no que respeita ao fardamento: amanuenses/ dactilógrafas e operárias serventes. As amanuenses e as dactilógrafas usavam a mesma farda, que era composta por uma bata preta confeccionada em tecido de cetim de algodão. A mesma abotoava ao lado esquerdo com a ajuda de oito botões, tendo também um cinto preto feito de cetim de algodão com uma fivela niquelada e um bolso inferior à direita. O punho deveria ter quatro centímetros de altura, sendo abotoado com um botão igual aos restantes, mas de menor dimensão. As operárias serventes usavam igualmente bata, mas de cor azul zuarte, com dois bolsos inferiores, abotoada ao meio por via de doze botões pretos de massa. Mais pequenos, mas de igual modelo, eram também os botões dos punhos (um botão em cada punho, cuja dimensão era igualmente de quatro centímetros), sendo o cinto da cintura feito do mesmo tecido da bata e apertando com nó à esquerda. As operárias que trabalhavam nas fábricas e nas cozinhas tinham também como parte do seu uniforme uma touca azul zuarte.

Na documentação que integra hoje o acervo arquivístico deste núcleo museológico emergente do ML, foi encontrado um pequeno livro intitulado

“Regulamento do Plano de Uniformes do Pessoal Civil”, datado de 1958, onde constam desenhos de várias peças de fardamento e uma cópia da Ordem de Serviço n.º 239, de 10 de Outubro 1956, da MM, com a discriminação do fardamento a usar por cada funcionário, dependendo da sua função. O artigo 18.º da supracitada Ordem de Serviço começa por afirmar que, uma boa parte do pessoal civil não tinha vestuário compatível com as funções desempenhadas, justificando assim a necessidade de um novo plano de fardamento. Segue-se o prazo limite para aquisição do novo fardamento por conta própria (30 de Novembro 1956), podendo o mesmo ser pago em doze prestações e devendo solicitar o fornecimento e pagamento através da MM, até dia 25 Outubro de 1956.

Relativamente à descrição do fardamento, a mesma começa pelo estipulado para o pessoal masculino, fazendo referência às figuras que ilustram as peças em questão. Os escriturários, auxiliares de escrita e o desenhador deveriam usar casaco tipo blazer de manga comprida, em rioplex³² cinzento-escuro, com gola e banda, a apertar à frente com três botões, dois bolsos em baixo e um no peito do lado esquerdo, por cima do qual deveria estar uma placa identificativa³³. Os mestres, contramestres, encarregados de serviço, chefes de armazém e ajudantes de fiéis usavam todos o mesmo modelo de calças e blusão zuarte de manga comprida com dois bolsos abotoados no peito, punhos com um botão, platinas e gola tipo colarinho. Na cabeça usavam boina azul-ferrete (pessoal das oficinas) ou bivaque (restantes funcionários) com o emblema da M.M. em metal amarelo. Nas fábricas de massa, bolacha e pão, apesar do modelo se manter, a cor do fato e respectivos botões era branca em tecido sarjado, enquanto na moagem era caqui amarelo.

É importante salientar que as fardas eram complementadas pelos distintivos, sempre colocados no peito sobre o bolso esquerdo. Assim, os mestres usavam duas estrelas douradas de cinco pontas, os contramestres apenas uma estrela (igualmente prateada e de cinco pontas), os encarregados de serviço usavam duas estrelas de cinco pontas, mas prateadas, enquanto os chefes de armazém usavam apenas uma estrela, igualmente prateada e de cinco pontas. Os operários usavam em geral fato tipo macaco zuarte cintado, com platinas, gola tipo colarinho, dois bolsos com macho e pestana abotoados no peito, complementando com barrete com pala pespontada e reforçada da

³² Tecido criado e desenvolvido peça empresa Rioplele.

³³ O plano determinava que todo o pessoal deveria usar uma chapa recortada nos cantos ao peito, do lado esquerdo, com o seu número de funcionário, estando também patente as letras M.M. encimadas pelo escudo nacional.

mesma cor. Tal como verificamos no caso dos mestres e contramestres, também os operários das fábricas de massa, pão, bolacha e depósito de farinhas e pão usavam fato tipo macaco, mas de tecido branco sarjado e os funcionários da moagem envergavam o fato com cor caqui amarelo. À semelhança do plano de 1939, também o plano em análise contempla fatos diferentes consoante a estação – Inverno ou Verão – para os motoristas da direcção. Assim, no Inverno, o fato era de cor azul-ferrete e composto por calça, colete e casaco. O casaco tinha duas abotoaduras de três botões cada uma, sendo todos os botões em metal amarelo com o escudo nacional em relevo, inclusive os dois botões de menor dimensão nas mangas. Tinha ainda dois bolsos interiores com pestana na zona inferior. No Verão, os motoristas usavam o mesmo modelo, mas sem o colete, sendo o fato em tecido de cotim militar. O barrete era exactamente o mesmo usado no Inverno. Os outros motoristas usavam calça e blusão zuarte. O blusão tinha botões pretos de massa. O barrete era igual aos motoristas da direcção, mas sem o francalete escuro.

Os bombeiros vestiam fato de cotim militar composto por calça e casaco. O casaco era tipo blazer com abotoadura à frente, por via de seis botões de metal amarelo com dois machados cruzados desenhados em relevo, tendo gola fechada de quatro centímetros, platinas nos ombros, dois bolsos superiores abotoados e com pestana, canhões em bico com dois botões. Na cintura, o mesmo tinha duas presilhas laterais para passagem de cinturão, assim como dois botões grandes atrás. Em complemento, no Inverno usavam também capote comprido com dupla abotoadura de cinco botões, gola subida, cinto com botão apenas atrás e uma racha para facilitar os movimentos. Na cabeça usavam bivaque azul-ferrete com o emblema da MM em metal amarelo. O encarregado tinha na sua platina direita uma passadeira de polimento com duas estrelas prateadas de cinco pontas.

Os fiscais, vigilantes e serventes no desempenho de funções de porteiro partilhavam o mesmo uniforme, sendo o mesmo também confeccionado em cotim militar e constituído por calças e casaco. O casaco tipo blazer apertava à frente com seis botões amarelos, apresentando também dois botões em cada punho e nos quatro bolsos exteriores (dois em baixo e dois no peito) com pala em bico. Tal como os bombeiros e motoristas, também os fiscais e vigilantes tinham capote do mesmo modelo para usar durante o Inverno. O barrete era igualmente em cotim, contendo uma barra escura e uma pala preta. De forma a distinguir os fiscais dos vigilantes, os primeiros usavam um

braçal preto com a letra “F” em branco e os segundos um braçal igual, mas com a letra “V”.

Os caixeiros da cantina vestiam também casaco em caqui amarelo, sendo o modelo de blazer com gola e bandas, abertura frontal com apenas dois botões de osso, replicados no mesmo número nos punhos. Os bolsos são em número de três, sendo um no lado esquerdo do peito e os restantes dois na parte inferior, uma de cada lado. Os trabalhadores do talho usavam um fato similar ao dos operários, combinando-o com um avental branco. Já o barbeiro usava bata de sarja branca.

A mesma Ordem de Serviço refere também a farda do pessoal feminino, começando pelas auxiliares de contabilidade, escriturárias, auxiliares de escrita e dactilógrafas, que partilhavam o mesmo uniforme – bata preta confeccionada em tecido de cetim de algodão, apertando à frente com nove botões, com punhos de quatro centímetros com um botão pequeno, bem como pinças de juste no peito e um cinto do mesmo tecido da bata abotoado com um só botão. A saia era rodada com dois bolsos com pestana. O mesmo modelo, mas em sarja branca era também usado pelas enfermeiras e funcionárias do laboratório.

Relativamente às operárias, a farda era também materializada pela bata, sendo esta similar à mencionada, mas de confecção mais simples em sarja branca com bolsos sem pestana, com mais botões (total de doze) e com gola redonda, sendo complementada por uma boina do mesmo tecido. As serventes e funcionárias da área da cozinha usavam igualmente bata e modelo similar à das operárias, mas em azul zuarte com botões pretos de massa. Quando em limpeza sobre escadotes, o pessoal feminino podia usar calças azul zuarte e quando fosse vantajoso no trabalho fabril poderiam também usar calças, blusa e boné com pala em tecido branco sarjado.

A Ordem de Serviço n.º 180, de 2 de Agosto de 1968 introduz uma mudança no traje do pessoal feminino de escrita, apresentando inclusive os desenhos (frente e costas) do novo modelo de bata a usar. Estipula que o tecido a usar é a sarja de cor azul turquesa (cor 7, referência 5183, acabamento *Scotchgard*). A Ordem de Serviço n.º 184, de 7 de Agosto do mesmo ano, informa as colaboradoras de que o tecido, botões e emblemas necessários para a execução do modelo se encontram no Depósito de Material, tendo assim aquelas a possibilidade de mandar fazer a sua farda numa modista de sua preferência, ao contrário do que acontecia com as trabalhadoras fabris, por exemplo.

Após este período, poderão ter existido alterações pontuais de uniformes, até mesmo com a introdução de novas funções/ departamentos como é o caso do supermercado. Contudo, não foram encontradas evidências escritas que nos indiquem ter existido um novo plano de uniformes até à década de 1980. No acervo arquivístico do ML na MM, encontrámos quatro volumes intitulados “Plano de Uniformes do Pessoal Civil”. Dois destes volumes datam de 1981 e apresentam-se como um “projecto”, contendo a mesma informação, mas numa organização diferente: um está organizado por carreiras profissionais/dotações e o outro por peças de uniforme/distribuição por categorias. Os outros dois volumes não têm data, mas uma vez que integram desenhos pertencentes ao Decreto-Lei n.º 373/84, de 28 de Novembro, presume-se que sejam posteriores a esta data. Na verdade, uma vez analisado o suposto projecto e os outros dois volumes, rapidamente entendemos que a informação é muito similar, pelo que o projecto de 1981 ter-se-á materializado praticamente na íntegra. Este plano não contém desenhos (embora haja referência a números de modelos, sugerindo que aqueles existiram), apenas menciona a tipologia de peças de uniforme, a cor de cada uma e por vezes a tipologia de tecido/técnica envolvida, bem como a dotação e os prazos de duração contabilizados em meses. Embora no projecto apareça o campo do preço, o mesmo nunca é mencionado.

Faremos de seguida uma apresentação deste plano, focando a nossa atenção nas peças e nas categorias profissionais em que as mesmas eram usadas, pois em muitos casos denotaremos uma certa transversalidade. Entrando nas carreiras relacionadas com os serviços de apoio central, começamos pela farda dos condutores auto de viaturas ligeiras (modelo n.º 1) composta por casaco de sarja de lã e poliéster azul-escura (dotação de dois para 24 meses) com calças de igual cor³⁴ e tecido (dotação de três para 24 meses), camisa cinzenta³⁵ de meia-manga e de manga comprida (três de cada para 24 meses), gravata³⁶ e camisola *pullover* azul-escuros (dois de ambos para 24 meses), gabardine azul-escura (uma para 36 meses) e sapato preto de modelo militar (dois com duração prevista de 12 meses). O modelo n.º 2 usado pelos encarregados de tráfego, por um prazo de 24 meses transversal a todas as peças e era composto por blusão (dois por trabalhador) e calças ambos de terylene azuis-escuros (três por funcionário), complementado por gravata e *pullover* igualmente azuis-escuros (dois de cada por

³⁴ No Verão tanto o casaco, como as calças eram cinzentas.

³⁵ No Inverno era branca.

³⁶ Poderia também ser preta.

colaborador), camisa de meia-manga e camisa de manga comprida em tom cinzento (três de cada por pessoa). O modelo n.º 2 apresenta uma variação intitulada de 2-A, mantendo-se o prazo de 24 meses, bem como a mesma dotação para todas as peças. A única diferença face ao modelo n.º 2 original consiste no blusão e calças que passam a ser azul zuaire. Este modelo era para uso de condutores auto de viaturas pesadas, tractoristas, condutores de empilhadores e ajudantes de condutores. A farda modelo n.º 3 destinada a encarregados de vigilância, vigilantes, porteiros e guardas tinha casaco, calças e camisas iguais às do modelo n.º 1³⁷, diferindo nos restantes elementos – duas gravatas³⁸ e dois *pullovers* azuis-escuros para 24 meses, um sobretudo azul-escuro e uma capa preta com capuz ambos para 72 meses. O encarregado coordenador e o encarregado principal de salão dos supermercados usavam a mesma farda (modelo n.º 4 com duração de 24 meses) que consistia casaco azul-escuro de sarja de lã e poliéster, calças do mesmo tecido, mas em tom cinzento (duas peças de cada por cada colaborador), camisas brancas de manga curta e manga comprida (três de cada tipologia por trabalhador), duas gravatas azuis-escuras e dois pares de sapatos pretos de modelo militar por funcionário. No que toca às caixeiros de supermercado, o modelo n.º 5 aparece incompleto, não constando a dotação, a duração ou as cores, mas apenas os componentes – bata de cavas, camisa de manga curta, camisola com manga comprida e sapato de salto.

O modelo n.º 6 introduz os modelos relacionados com o funcionamento das messes, cuja gestão era feita pela MM. Este modelo usado pelos recepcionistas da messe³⁹, com duração de 24 meses para cada peça, incluía casaco de terylene verde-escuro (dois por funcionário) e calças de terylene preta (três por trabalhador), camisa branca com manga comprida (quatro por pessoa), gravata preta (duas para cada) e sapato preto de modelo militar (dois pares por colaborador). O pessoal masculino das messes adstrito ao serviço de bar vestia o modelo n.º 7, composto por colete às riscas pretas e brancas (dois por funcionário), calças pretas de terylene (três por trabalhador), camisa branca com manga comprida (quatro por empregado), laço preto (dois por colaborador) e sapato preto de modelo militar (dois pares por pessoa), todos com duração de 24 meses. O pessoal masculino do bar do pessoal civil, do bar do

³⁷ Podiam ser em azul-escuro (Inverno) ou cinzento (Verão); o tecido podia também ser terylene em vez da sarja de lã e poliéster.

³⁸ Também podiam ser pretas.

³⁹ Também encontramos variações com casacos de terylene cinzentos (Verão) e azuis-escuros (Inverno), camisas cinzentas e calças cinzentas ou azuis-escuras de terylene.

supermercado e os empregados de mesa das messes usavam uma variante do modelo n.º 7 (o n.º 7-A – mesma duração do anterior) composta por casaco branco sarjado (quatro por empregado), calças pretas de terylene (três por pessoa), camisa branca de manga comprida (quatro por funcionário), laço preto e sapato de modelo militar da mesma cor (2 exemplares de cada por trabalhador). No Verão, os empregados de bar usavam apenas camisa de meia manga branca (na mesma quatro para cada), calças pretas de terylene (três pares por funcionário), o mesmo modelo e dotação de sapato e um cordão dourado, sendo este o modelo n.º 7-B. Já o pessoal feminino a trabalhar nas messes como empregadas de mesa usava o modelo n.º 8 com duração de 24 meses, ou seja, colete de riscas verdes e pretas (dois para cada funcionária), saia preta de terylene (em número de três por pessoa), blusa de manga comprida de cor branca (quatro por cada tal como no pessoal masculino), dois laços pretos e dois pares de sapatos de salto pretos por pessoa. As encarregadas de sala e chefes de mesa usavam exactamente o mesmo traje anteriormente mencionado, mas as riscas verdes do colete eram substituídas por grená (modelo n.º 9). O modelo n.º 10 (com duração de 24 meses) era usado pelo pessoal masculino (encarregado de sala/self e chefe de mesa) nas salas de jantar das messes e era composto por casaco de terylene grená (dois por colaborador), calças (três por cada trabalhador) do mesmo tecido, mas em preto, camisa (quatro por pessoa) de manga comprida branca, laço e sapatos modelo militar, ambos elementos em preto e com dotação de dois por pessoa. A economista da messe tinha também um uniforme (modelo n.º 11) com duração de 24 meses composto por casaco (dois por funcionária) e saia de lã e poliéster azuis-escuros, blusa creme de laçada com manga comprida (três por pessoa), blusa branca de manga curta (três por colaborador) e sapato de salto preto (2 pares por trabalhadora). O encarregado de economato⁴⁰ mantinha o tom azul-escuro no casaco de sarja de lã e poliéster e na gravata (dois de cada por trabalhador), complementando com calças de sarja de lã e poliéster cinzentas (duas por funcionário), camisa branca de manga comprida ou camisa branca de manga curta com platinas (três de cada tipologia por colaborador). Os sapatos, à semelhança dos anteriormente mencionados, eram pretos de modelo militar e distribuídos à razão de dois pares por pessoa, tendo todos os elementos do modelo n.º 12 a duração expectável de 24 meses. Ainda nas messes, bares e também nos refeitórios tínhamos as “empregadas de self”,

⁴⁰ No caso do economato encontramos também nos planos a possibilidade do uso de batas e calças de terylene castanha para o pessoal masculino e feminino com dotação de duas peças para 24 meses.

cujo uniforme (n.º 13), com duração de 24 meses, consistia numa bata em azul forte (três por colaboradora), camisola branca de manga comprida (duas por funcionária), avental branco (quatro por trabalhadora) e sapato de salto preto (dois por pessoa). O pessoal masculino a desempenhar funções nos refeitórios, na copa e também como despenseiros usava blusão e calças em azul zuarde, sendo que no caso dos encarregados o tecido empregue era o de terylene (duas peças de cada com duração de 24 meses). Este mesmo modelo de blusão e calças azuis zuarde era também usado nos armazéns gerais, depósitos e nas carreiras relacionadas com jardins e agro-pecuária ou mesmo de auxiliar de serviço social no consultório, por exemplo, pelo que é uma farda muito versátil e de difícil atribuição a uma profissão específica. O mesmo acontece com a bata azul de zuarde das senhoras que, para além dos usos mencionados, poderia ser também envergada pelas funcionárias das carreiras de agro-pecuária, cozinha, copa, entre outras, muitas vezes juntamente com calças também zuarde e outros acessórios, como toucas ou aventais, dependendo das funções.

As batas, calças, lenços e aventais brancos de tecido sarjado em tom de branco (modelo n.º 14) eram usados pelas operárias-embaladeiras e ajudantes de cozinheiro, estando presentes nas fábricas de pastelaria, fritos e *waffer*/concretos. A dotação era de dois exemplares de cada peça por funcionária, à excepção dos aventais que eram concedidos em número de quatro por pessoa. No que toca à duração do uso, esta era de 12 meses para todas as peças, excepto os lenços que deveriam conservar-se em boas condições até 36 meses. Os mesmos elementos (bata, calças, lenço e avental) em tom de castanho e igualmente confeccionados em tecido sarjado (modelo n.º 15) eram usados pelas operárias-embaladeiras que trabalhavam nas fábricas de pão, moagem e café. A versão em sarja rosa (modelo n.º 16) dos mesmos elementos era usada pelas operárias-embaladeiras das fábricas de confeitaria, bolacha e massas (à excepção do avental que não era usado na fábrica de bolacha). Tanto as dotações, como o prazo de duração do fardamento coincidem com as supracitadas. Transitando para o universo do fardamento masculino, iniciamos com a farda modelo n.º 17 constituída por blusão (um por colaborador durante 36 meses), calças (duas por trabalhador durante 12 meses) e boné (dois por pessoa durante 36 meses) cremes com camisa de meia-manga branca (duas por funcionário durante 12 meses) usada pelos mestres, contramestres, encarregados de sector, operadores de máquina, operários, ajudantes de operários, empregados de armazém ou encarregados de manutenção, nas fábricas de bolacha, massas ou moagem. Substituindo apenas a camisa branca por uma cinzenta, temos o modelo n.º 18 usado na

fábrica de café pelos contramestres e operadores de máquina. O mesmo conjunto de blusão, calças e bonés, mas em azul zuarde, complementado por uma camisa cinzenta (modelo n.º 19), com as mesmas dotações e prazos que os anteriormente mencionados eram usados pelos encarregados de manutenção e lubrificadores das fábricas de massas, confeitaria, moagem, pão e bolacha. O modelo n.º 20 era composto por blusão, calças e avental em técnica de sarja, camisa e barrete de pasteleiro ou boné, todos em tom de branco e usados nas fábricas de pastelaria, fritos, pão, confeitaria, *waffer*/concretos, pelos mestres pasteleiros, pasteleiros, contramestres, mestres de culinária, cozinheiros, encarregados de sector, padeiros e operadores de máquinas.

O modelo n.º 21 composto por bata (duas por senhora) e avental (três por funcionária) aos quadradinhos brancos e laranjas era usado pelas vigilantes do jardim de infância, tendo duração de 12 meses. Ainda no âmbito do apoio social, as educadoras de infância, auxiliares de educadoras e encarregadas de creche usavam bata e avental igualmente aos quadradinhos, mas em tons de azul e branco (modelo n.º 22), mantendo-se a dotação e duração estipulada para o modelo anterior. O modelo n.º 23 é em tudo similar aos dois anteriores, registando-se apenas alteração nas cores para castanho e branco, sendo atribuído às vigilantes da escola primária. As auxiliares da creche usavam o modelo n.º 24, ou seja, uma bata e um avental às riscas brancas e cor-de-rosa, mantendo-se a dotação e duração estabelecida para o modelo n.º 21 em todos os casos acima mencionados.

No plano constam ainda os modelos n.ºs 40, 41 e 42, não havendo informação dos modelos entre o 24 e o 40. O n.º 40 corresponde a fardas para empregadas de messe, constituídas por bata de sarja de manga curta, bata de manga comprida, calças do mesmo tecido, sendo todos os elementos em tom amarelo-torrado. Constam também sapatos pretos de modelo militar e não é apontada a duração. O modelo n.º 41 dizia respeito aos caixeiros de supermercados e tinha a duração de 24 meses, à excepção dos sapatos (12 meses), sendo composto por casaco de sarja branco, gravata preta, camisa branca de manga curta, sapatos pretos de modelo militar (todos com dotação de dois exemplares de cada por trabalhador), calças pretas de terylene e camisas brancas de manga comprida (3 por pessoa). Finalmente, o uniforme n.º 42 pertencente aos contramestres e cortadores dos supermercados era uma bata branca sarjada, abotoada nas costas, sendo a dotação de doze para 24 meses.

Embora sem número de modelo atribuído, existem ainda outras profissões com farda projectada na MM, como, por exemplo, a de barbeiro, usada tanto pelo

encarregado da barbearia como pelo barbeiro, que consistia num casaco azul-claro de terylene sarjado, com dotação de duas peças por 36 meses a cada funcionário. A carreira de salubridade é outro exemplo, tendo como farda a bata com manga e as calças castanhas de terylene, com dotação de duas peças de cada para 24 meses. No âmbito da saúde, os enfermeiros e técnicos de radiologia masculinos tinham como uniforme a bata branca de sarja de terylene apertada atrás e as senhoras no desempenho das mesmas funções, a bata de sarja de terylene branca com manga abotoadas à frente. As empregadas de consultório usavam bata com manga e calças castanhas de algodão sarjado (duas peças de cada para 24 meses), complementado por luvas de borracha e avental de oleado branco (um para 36 meses). No caso do laboratório, os técnicos licenciados, preparadores químicos e ajudantes destes, a bata branca de sarja de algodão era a farda a considerar, sendo que o restante pessoa usava bata com manga e calças castanhas de algodão sarjado (duas peças de cada para 24 meses), complementado por luvas de borracha e avental de oleado branco (um para 36 meses), se fosse do sexo feminino, e casaco e calças de zuarte azul (duas peças de cada para 24 meses), se fossem do sexo masculino. No sector da produção e manutenção, algum pessoal feminino poderia também usar bata de sarja de terylene com manga e lenço de sarja de terylene, ambas peças em azul-bebé e com duração de dezoito meses (duas para cada funcionária). Na tipografia, as senhoras usavam bata de sarja de terylene com manga em tom castanho (duas peças para 24 meses) e os trabalhadores masculinos usavam o blusão e calças de zuarte azul (duas peças de cada para 24 meses). Na carreira de roupa relacionada com o funcionamento das messes novamente surgem as batas e calças castanhas de sarja de terylene de tom castanho (duas por 24 meses), aqui complementadas por botas (um par para 48 meses) e luvas de borracha e aventais impermeáveis (um para 36 meses).

Há algumas profissões cujas fardas se encontram como estando em estudo ou a estudar oportunamente neste plano, não sendo apresentada qualquer informação relativa à farda em uso. Referimo-nos às fardas para as categorias profissionais de desenhador, telefonistas, controlo de qualidade, segurança e higiene no trabalho, informática, compras e vendas, secretaria, pagadoria e secretariado.

O relatório de actividades dos serviços industriais de 2011 dá-nos indicação da continuidade no cuidado de uso de fardamento adequado à função, embora não especifique qual, bem como do uso de coberturas para acondicionar os cabelos (boné ou touca) e boca (máscara), por questões de higiene, sem falar na sempre presente menção

à exigência de uma higiene pessoal cuidada, especialmente cabelo e unhas (Casimiro e Dias, 2011, p. 11). Com este estudo, fica claro que as bases do uniforme civil se mantiveram genericamente as mesmas, desde o início, apesar das actualizações que foi sofrendo ao longo destes mais de cem anos de existência da MM. Apresentamos abaixo uma tabela-síntese relativa aos tecidos, cores e modelos estipulados nos planos de 1928, 1939, 1956 e da década de 80 para cada um dos géneros:

Planos	1928	1939	1956	Década de 1980
<i>Homens</i>				
Peças e modelos	Fato-de-macaco, barrete, bivaque	Calça, casaco, colete, barrete, fato-de-macaco, bivaque, capote, capa de oleado	Casaco, colete, calças, blusão, boina, bivaque, barrete, fato-de-macaco, capote	Casaco, calças, camisa, colete, gravata, pullover, gabardine, blusão, laço, boné
Cores	Branco, azul	Azul, branco, preto, caqui amarelo	Cinzentos-escuros, branco, azul, caqui amarelo	Preto, cinzentos, branco, azul, bege, verde,
Tecidos e técnicas	Ganga e possivelmente algodão	Algodão, cotim; sarja	Algodão, rioplex, lã, cotim; sarja	Algodão, lã, poliéster, terylene: sarja
<i>Mulheres</i>				
Peças e modelos	Bata com cinto, touca	Bata, touca	Bata, boina, calças, blusa e boné em situações específicas	Bata, calças, conjunto saia e casaco, colete, blusa, laço, avental, lenço
Cores	Azul, preto	Azul, preto	Preto, azul, branco	Branco, azul, castanho, rosa, verde, grená, creme, laranja,
Tecidos e técnicas	Ganga e algodão	Cetim de algodão, algodão	Cetim de algodão, algodão; sarja	Algodão e poliéster

Através desta tabela, é possível entender que há uma linha de continuidade nos modelos escolhidos, quer para os trabalhadores masculinos, quer femininos. Para as senhoras o uso da bata é transversal a todos os planos, surgindo o uso das calças como uma exceção no plano de 1939 e havendo, posteriormente, um aumento significativo da tipologia de peças a usar na década de 80. Obviamente, mesmo no caso das batas, os modelos vão tendo alterações, nomeadamente no comprimento, à medida que a figura da mulher se vai emancipando, seguindo também as tendências da moda. No caso do pessoal masculino, o fato-de-macaco é uma constante até à década de 80, havendo também recurso a outras peças como casacos e calças, de um ponto de vista geral, às quais se vão juntando outras peças, com maior destaque novamente para a diversificação introduzida na década de 80. Contudo, de um ponto de vista global, o vestuário para os homens é sempre mais sóbrio e constante, como aliás é, por defeito, todo o vestuário masculino, mesmo fora do contexto laboral.

No que toca às cores, conseguimos perceber, por exemplo, que as cores preto, branco e azul estiveram sempre presentes nos planos, desde 1928 até à década de 80 inclusive, sendo transversais aos géneros femininos e masculinos. Contudo, é notório que há uma ampliação considerável na paleta de cores na década de 80, especialmente nos uniformes delineados para as colaboradoras, fruto também das tendências da moda da época e de uma maior abertura do próprio país a novas ideias no pós-25 de Abril. Relativamente aos tecidos, denotamos uma constante quanto ao uso do algodão, pela sua relação qualidade-preço e durabilidade, mas vemos também, numa fase inicial o uso da ganga, igualmente numa perspectiva de robustez e durabilidade. O cotim militar aparece normalmente ligado às fardas de bombeiros, que acabam por, inevitavelmente, ter uma relação mais próxima com os tecidos e modelos militares. No caso das trabalhadoras dos escritórios, nos planos de 1939 e 1956, o cetim algodão para confecção das batas marca a diferença no modelo usado, demarcando-as das fabris. A técnica de sarja acaba por ser transversal a todos os planos, mais uma vez numa óptica de durabilidade dos tecidos, havendo sarja de lã, de algodão e até de terylene. O tecido de terylene é uma das novidades introduzidas pelo plano da década de 80 e será muito usado em todas as fardas masculinas que não tenham que ver com as tarefas fabris e oficiais.

Comparando a informação contida nestes planos e os dados fornecidos pela análise da colecção nos dá, constatamos que há uniformes que integram a colecção, mas que não correspondem aos descritos nos planos. Tal, poderá levar-nos a crer que houve mais planos do que os que temos conhecimento através da documentação escrita disponível ou simplesmente que, não havendo planos delineados numa escala macro, houve alterações pontuais de uniformes em cada um dos departamentos a dada altura.

3.2.1. As fardas e o género do trabalhador

O *design* de uniformes e a evolução do mesmo teve como principal foco o género masculino, devido aos papéis normalmente assumidos pelos homens na sociedade durante séculos. Contudo, com a entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho, no âmbito da Revolução Industrial e das Guerras Mundiais no século XX, tiveram de ser criadas soluções, muitas vezes decorrentes de uma adaptação do que já era usado anteriormente pelos trabalhadores masculinos para dar resposta a um novo público-alvo.

Na MM, a relação das fardas com o género do trabalhador é, naturalmente, muito vincada pela tipologia de instituição, especialmente no que toca à tipologia das peças usadas e não tanto nas cores, que, como vimos, são muitas vezes transversais. As primeiras mulheres foram admitidas, a título experimental e supostamente provisório, no ano de 1912, sob a direcção do Coronel Luís Vasconcelos Dias⁴¹, assumindo funções nas fábricas, nos depósitos, nos refeitórios, nas secretarias, entre outros, espalhando-se, assim de forma rápida, praticamente por todos os departamentos. Deste o primeiro momento, estas funcionárias foram dotadas de uniformes, que tinham de estar correctamente vestidos antes do segundo toque⁴².

No que respeita ao fardamento feminino, sem dúvida a bata sempre foi a peça de referência. As fardas estipuladas para as operárias e aprendizas fabris eram inicialmente das mesmas cores que as masculinas – brancas e azuis-escuras –, compostas por batas e toucas, produzindo uma natural homogeneização dos uniformes, através das cores, já que, pela forma, estaria completamente fora de questão no início do século XX. Nas secretarias, entre as dactilógrafas, telefonistas e amanuenses reinava o preto e o branco,

⁴¹ Director da MM de 1911 a 1918 e de 1919-1920.

⁴² O primeiro toque era indicativo do abrir das fábricas e depósitos, tendo os funcionários que dirigir-se imediatamente aos vestiários para se equipar; ao segundo toque as contra-mestras apresentavam-se ao oficial de dia para indicação de local de formatura; ao terceiro toque seguiam em duas filas para os respectivos locais de trabalho (Nunes, 2009, p. 63).

lembrando um pouco os uniformes usados pelas serviçais internas das casas privadas, devido à presença do avental sobre a bata, como ilustra a fotografia abaixo:



Figura 2 - Amanuenses à entrada da secretaria (1917)⁴³

Com o avançar dos tempos, são introduzidas novas cores, mas o uso da bata manter-se-á, no âmbito fabril, embora noutros sectores surjam outras soluções como os vestidos e os conjuntos de saia e casaco. É também interessante ressaltar a nota final do plano de uniformes de 1958, referente ao uniforme do pessoal feminino. Esta nota autoriza o uso de calças pelo pessoal feminino em ocasiões específicas, como sejam quando se encontrem a fazer limpeza com recurso a um escadote ou nas fábricas, quando tal resulte vantajoso para a execução do trabalho. Na Ordem de Serviço n.º 234, de 8 de Dezembro de 1973, há uma pequena nota sobre o uniforme civil feminino, em que a Direcção autoriza “(...) a título experimental (...)” o uso de calças lisas castanhas-escuras, azuis-escuras ou pretas. Nos planos da década de 1980, as calças já fazem parte da farda das senhoras, mantendo-se ainda assim o uso da bata. A colecção integra apenas um exemplar de calças de senhora, que pertenceram a uma ex-colaboradora (MLF.TEX.0084).

3.3. Lugares de concepção e produção das fardas

3.3.1. Do projecto e da concepção

O *design* de fardamento é uma actividade técnica com um objectivo específico, que visa satisfazer determinadas necessidades previamente conhecidas do(s) cliente(s) e que pressupõe a consequente produção em massa do produto idealizado, tendo as suas raízes na revolução industrial (Dias, 2017, p. 16).

⁴³ Nunes, 2009, p.64.

No arquivo ainda patente nas antigas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE), onde constam algumas pastas relativas ao Gabinete de Criatividade⁴⁴, não foram encontrados desenhos técnicos de fardamento para a MM, excepto de dois modelos de bibes para os filhos dos funcionários que frequentavam a creche.

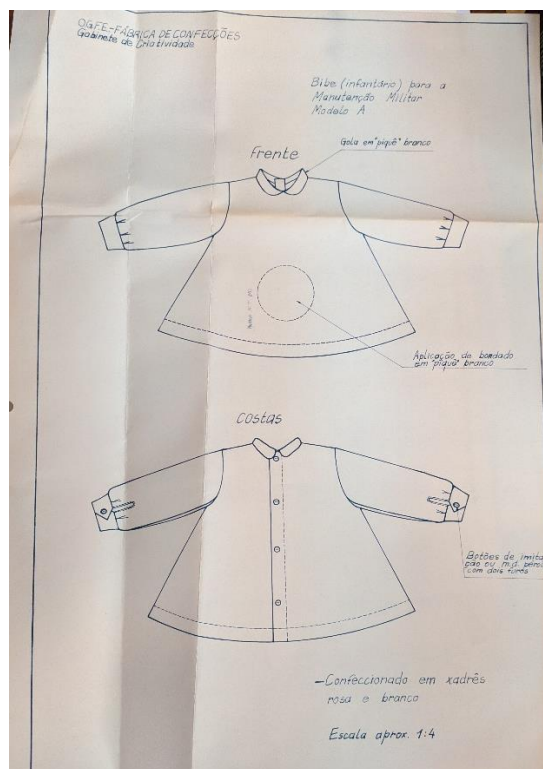


Figura 3 - Proposta de modelo de bibe para usar na MM ⁴⁵

É possível que a dita documentação tenha existido, mas, infelizmente, parece não ter chegado até aos nossos dias, sendo que nem os desenhos do próprio fardamento civil das OGFE foram encontrados neste processo de pesquisa, embora saibamos que também tiveram pelo menos um plano de uniformes civis estabelecido⁴⁶.

⁴⁴ O Gabinete de Criatividade foi criado em 1974, era constituído por desenhadores e projectistas responsáveis pela idealização e desenho de fardamento e equipamento, incluindo mobiliário que era concebido nas OGFE.

⁴⁵ Vd. O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Desenho de Fardamentos; Agentes de Serviço Público, Casaco de campanha da Força Aérea, Uniformes do Exército, Casaco de abafo Mod. 99, Identificação bordada p/ bolso do fato de trabalho da Lisnave e da Setenave, Uniforme p/ pessoal dos portos marítimos do RPA, Camisas, Casacos e Boinas, Camisas para a JMPLA, Camisas de internada da MAC, Desenhos de capuzes, Uniforme feminino da PSP, Farda de trabalho Mod. AM, Funcionários da OTAN/NATO, Uniforme da FARP, Fatos de trabalho Mod. OGFE, Bibes para a Manutenção Militar, Uniforme de músico p/ banda do Exército, Uniformes do corpo de vigilância, Motorista de transportes públicos de Angola.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁴⁶ Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1971-1978). *Diversos; Fardamento pessoal civil, Modernização das máquinas da fábrica – 1971, Pedido de isenção de direitos alfandegários – 1971/75, Efacec – 1973, Peças p/ empilhador – 1977, Fornecimento de mão-de-obra – 1977, Comunicações serviço – 1978.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento. O documento

No caso do plano de uniformes do pessoal civil de 1939, encontramos na Ordem de Serviço n.º 168 da MM, de 20 de Julho do mesmo ano, a menção ao estabelecimento de uma comissão de oficiais, incumbida de apresentar um estudo para um novo plano de uniformes do pessoal civil. Presumimos que o regulamento de uniformes civis publicado na Ordem de Serviço n.º 204, de 31 de Agosto de 1939, da MM seja, efectivamente, produto desta comissão, embora, infelizmente, não saibamos quais as bases a que a comissão recorreu para se inspirar na criação deste plano. Sabemos que a MM tinha pelo menos um desenhador próprio⁴⁷, podendo talvez ter estado envolvido nestes projectos. Contudo, não temos informação nem evidências que demonstrem que este fosse o *modus operandi* adoptado para a execução de todos os outros planos de uniformes.

3.3.2. Do fabrico

3.3.2.1. Fabrico interno

O regulamento da MM de 1911 fala-nos já da existência de um desenhador auxiliar, sendo que o regulamento de 1929 menciona também a existência de uma oficina de costura. Estes dados poderiam levar-nos a querer que as fardas usadas na MM poderiam ser fabricadas internamente, contudo, não possuímos evidências de que tal assim se processasse. Como vimos anteriormente, a MM tinha uma missão muito bem definida e objectivos a cumprir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas Portuguesas, no que toca à alimentação. Deste modo, todas as oficinas que proliferaram na MM serviam para dar apoio às exigências do dia-a-dia da indústria alimentar, funcionando, portanto, em prol do objectivo base da MM e não desperdiçando recursos noutras produções. No caso da oficina de costura, a mesma poderia eventualmente ter sido responsável por pequenos ajustes nos uniformes, mas não mais do que isso, focando a sua actividade em reparação e confecção de sacos. Podemos cogitar que os desenhadores da MM possam ter tido uma palavra a dizer no que toca ao *design* do fardamento, por estarem mais em contacto com as dinâmicas internas entre os trabalhadores e as funções desempenhadas, nomeadamente a relação com as máquinas. Patentes no arquivo do ML da MM encontrámos cinco desenhos de fardamento sem

encontrado nesta caixa relativamente ao fardamento civil nas OGFE foi deveras importante, pois deu-nos indicação de que seriam as Ordens de Serviço do estabelecimento fabril a dar-nos indicações precisas sobre os vários planos de fardamento que vigoraram na instituição.

⁴⁷ Vd. Ordem de Serviço n.º 10, 13 de Janeiro 1937, Manutenção Militar e Ordem de Serviço n.º 239, 10 de Outubro de 1956, Manutenção Militar.

assinatura e sem data⁴⁸, que terão sido executados pelo Serviço de Obras da MM, pertencente aos Serviços Gerais, dos quais são exemplo a seguinte figura:



Figura 4 - Desenho de farda para serventes e criadas de cozinha⁴⁹

3.3.2.2. A estreita relação entre a MM e as OGFE

As Oficinas Gerais de Fardamento (OGF) nasceram no mesmo local - Campo de Santa Clara - onde em 1902 se estabeleceu uma Oficina de Alfaiate para praças. Rapidamente, houve necessidade de expandir este estabelecimento em tamanho e responsabilidades, passando a designar-se por “Oficina e Depósito de Fardamento da Grande Circunscrição Militar do Sul”, com a missão de manufacturar e/ou adquirir todos os artigos de fardamento e acessórios para fornecimento militar (Moura, 2003, p. 34). Com a crescente necessidade de produzir e constituir uma reserva de fardas estandardizadas com diferentes tamanhos para poder ser feita uma célere e eficaz distribuição de fardamento em caso de guerra, em 1907, foi criado o Depósito Central

⁴⁸ Quatro dos desenhos parecem ser contemporâneos e um deles parece ser mais recente, já usando outro tipo de apresentação, denotando-se também a presença de cor. Tal sugere uma prática continuada do *modus operandi* de projecção dos uniformes por parte dos desenhadores da MM integrados no Serviço de Obras dos Serviços Gerais para confecção externa.

⁴⁹ Arquivo do Museu de Lisboa – núcleo da MM. Para mais desenhos, ver anexo 2.

de Fardamentos (DCF), responsável não só pela manufactura das fardas de todo o Exército, como pela aquisição das matérias-primas (Administração Geral do Exército, 1947, p.45) e pela criação dos modelos, que eram, então, submetidos à aprovação do Ministério da Guerra. Agregada ao depósito surge também uma área de análises às matérias-primas que as testava e garantia a sua qualidade e durabilidade a condições adversas, emitindo certificados de qualidade⁵⁰.

Em 1911, ao fardamento juntou-se também o fabrico de calçado adequado às necessidades do Exército. Em 1926, o Depósito Central de Fardamento foi dividido em Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado (OGFC) e Depósito Geral de Fardamento (DGF), acentuando a autonomia administrativa das instituições. Um ano depois dá-se a criação da Fábrica de Equipamentos e Arreios. A partir de 1969 procedeu-se à união dos vários estabelecimentos fabris relacionados com fardamento, calçado, equipamento e arreios sob um mesmo nome e administração, passando a designar-se por OGFE – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Os vários estabelecimentos fabris militares tinham uma estreita ligação entre eles. Tratava-se de uma demanda em prol da auto-suficiência e da eficiência do abastecimento ao Exército. Como seria de esperar, o fardamento militar e civil usado na MM adveio, em grande parte, da produção das OGF, OGFC e, mais tarde, OGFE. Nos arquivos das OGFE, embora não tenhamos encontrado os módulos de fabrico, encontrámos alguns documentos elucidativos das requisições da MM, embora raramente a requisição base conste do processo, e da dinâmica entre ambas as instituições.

O documento mais antigo que encontrámos data de 8 de Maio de 1965, tendo sido endereçado pelas OGFC à MM, notoriamente no seguimento de um pedido de encomenda de fardamento em azul-ferrete enviado pela MM, acompanhado de uma amostra de tecido. Nem o pedido inicial, nem a amostra constam do processo, mas a resposta das OGFC é negativa quanto ao tecido a usar, uma vez que o mesmo só podia ser utilizado em artigos de uniforme de sargentos da Armada, apresentando uma alternativa que é aceite pela MM⁵¹. Destacamos também os pedidos de tecido com indicação expressa de que se destinavam ao fabrico de fardas para a MM. Cada

⁵⁰ A importância da análise das matérias-primas acompanhou a evolução deste EFE, tendo sido constituído, já no tempo das OGFE, o Centro de Qualidade e Desenvolvimento para ensaios e testes a têxteis, acessórios, couros, calçado, etc...

⁵¹Vd. O.G.F. – Serviços Comerciais (1965-1966). *Correspondência Diversa; requisições e fornecimento de artigos de fardamento e aquartelamento*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

processo tinha normalmente uma capa que o identificava e dentro da mesma poderiam constar amostras de matéria-prima, para além do documento que continha a informação base do processo. Este documento era concebido pelos Serviços Comerciais das OGFE, responsáveis tanto por recepcionar os pedidos de encomenda dos clientes, como por fazer a compra das matérias-primas necessárias para confecção. Nele constam, entre outros elementos, o n.º da requisição, a entidade que a fez, a quantidade necessária, quando foi feita a última aquisição, a que preço e a que fornecedor, bem como outros fornecedores contactados, dando-se prioridade ao fornecedor responsável pela última encomenda, caso o preço seja igual ou ainda assim a melhor oferta em comparação com outros fornecedores, tendo também em atenção as condições de pagamento e o prazo de entrega igualmente mencionados. O documento era sempre submetido a aprovação superior, sendo carimbado e assinado pelo director em caso de que tudo estivesse conforme. Note-se, por exemplo, o pedido de 30 metros de tecido *popeline* aos quadrados azul-bebé e brancos que as OGFE fizeram em Janeiro de 1992 aos Armazéns Vale do Rio, já anteriormente fornecedores de uma encomenda de sessenta metros de *popeline* rosa e branco. No documento base consta especificamente que o tecido se destinava à manufatura de batas para MM e no processo consta também uma amostra do tecido em questão, provavelmente enviada pelas OGFE ao fornecedor e mais três amostras com referências, provavelmente enviadas pelo fornecedor às OGFE para escolha mais aproximada do pretendido⁵².

Outro exemplo a referir, é um pedido das OGFE, em Julho de 1990, aos Armazéns Vale do Rio de apenas cinco metros de tecido *popeline* aos quadrados castanhos e brancos, igualmente para fabrico de batas para a MM. Acompanhava, uma vez mais, o pedido uma amostra do tecido pretendido⁵³. Os Armazéns Vale do Rio foram também os fornecedores de cem metros de tecido de sarja de algodão e terylene azul forte para manufatura de batas (provavelmente para as oficinas, depósitos ou armazéns) para a MM em Agosto de 1991, embora também tivessem sido efectuados pedidos de orçamento à Têxtil Manuel Gonçalves, Somelos, Sociedade Ind. Mindelo, Confeplus e Est. João Alves de Matos, tendo sido este último, o fornecedor de uma

⁵² Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1992). *Processos de Aquisições; Sarja diversa, Sapatos, Tecidos diversos, Tecido para camisa, Tecido para calças, Pano para guarnição, Pano cru, Colarinhos, Botas, Camisolas diversas, Emblemas, Boinas Castanhas, Alpaca*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁵³ Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1990). *Processo de Aquisição; Soutache, Tecido para F.A., Tecidos diversos, Tecido de nylon, Tecido de terylene e lã, Pano patente, Precinta, Punhos, Sargelim, Galão, Gravatas, Guardanapos, Ilhós, Lona, Luvás*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

encomenda de duzentos metros de tecido similar em Março de 1987⁵⁴. O aviso de aprovisionamento n.º 113, de 9 de Abril de 1990, dá-nos conta de um pedido de tecido terylene de lã de cor preta para manufactura de calças para baristas e empregados da messe, tendo sido feita uma encomenda de cem metros de tecido à empresa Multitêxtil⁵⁵. Encontrámos também uma nota de encomenda, datada de 16 de Janeiro de 2009, para a MM, cujo n.º de cliente era 326518, de um par de calças e um casaco, ambos de terylene de lã azul escuro⁵⁶. Mais recente ainda é o pedido de requisição de duas unidades de calças de terylene de algodão para motorista da MM, datado de 4 de Julho de 2014⁵⁷.

Outras evidências da relação comercial entre ambos estabelecimentos foram também observadas noutras tipologias de documentos e suportes. Refira-se, a título de exemplo, dois desenhos técnicos, já anteriormente mencionados, e realizados pelo Gabinete de Criatividade das OGFE para a Manutenção Militar de dois modelos (A e B) de bibes de criança, provavelmente uma proposta para uniformizar o bibe usado por todas as crianças que frequentavam o infantário da MM⁵⁸. Outros vestígios da confecção de fardamento para a MM nas OGFE podem ser também observados nos moldes⁵⁹ patentes na secção de corte, ainda hoje activa. Apesar da dificuldade em encontrar informação significativa, conseguimos, porém, localizar alguns dos moldes usados no fabrico de fardamento para a MM, como o molde de “Touca de Cozinha Em

⁵⁴ Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1991). *Processo de Aquisições; Fechos diversos – Aquitex, Fechos diversos – Jamoral, Vaca – Unipel, Tecido uniforme 1 – várias firmas, Vaca – Carcavelos Industrial, Tecidos diversos – Multitextil, Tecidos diversos – Marques e Sequeira, Tecidos diversos – Pronel, Tecidos diversos – Fisel, Tecidos diversos – Foncar, Pano cru – Oliveira e Pereira, Pano cru – Fáb. Nacional Cordoaria, Formas para calçado, Toalhas, Tecido de nylon, Tecido terylene e lã, Veludo, Punhos, Tafetá, Soutache, Sarja, Sapatos*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

⁵⁵ Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1990). *Processo de Aquisição; Soutache, Tecido para F.A., Tecidos diversos, Tecido de nylon, Tecido de terylene e lã, Pano patente, Precinta, Punhos, Sargelim, Galão, Gravatas, Guardanapos, Ilhós, Lona, Luvas*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁵⁶ Vd. Serviços Comerciais (2007-2008-2009). 5. *Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.4. Processos venda/ Requisições clientes 7841-8285*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁵⁷ Vd. Serviços Comerciais (2014). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência c/ clientes; Encomendas*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁵⁸ Vd. Anexo 3

⁵⁹ Vd. Anexo 4. Infelizmente, os moldes relacionados com a MM são poucos e encontram-se em muito mau estado de conservação, devido ao passar do tempo e ao parco acondicionamento em cabides de ferro enferrujado, junto a janelas com constante exposição ao sol e entrada de humidade. Existem moldes em plástico, estando este tão ressequido que se parte ao mínimo toque e moldes em papel, também este a desfazer-se, pelo que infeliz e inevitavelmente, trata-se de um património com valor histórico, simbólico e museológico para a MM e principalmente para as OGFE, cuja história foi “moldada” através destes elementos, fulcrais ao desenvolvimento da sua actividade, que se irá perder.

Zuarte azul P^a Manutenção Militar”, que poderá corresponder igualmente à touca branca que integra a colecção (MLF.TEX.0061), ou “Calça para senhora da Manutenção Militar”, que poderá corresponder à peça MLF.TEX.0084.

Adicionalmente, nos separadores que dividem os moldes encontramos um no qual se lê “Batas OGFE MM Etc.”, que nos leva a crer que o modelo de bata usado dentro das OGFE, MM e restantes instituições militares fornecidas era o mesmo (ver figura 7).



*Figura 5 - Separador de moldes com indicação de que ali deveriam estar moldes das batas OGFE, MM, etc.*⁶⁰

Efectivamente, quando retirámos o molde para melhor visualização, percebemos que o corte do molde se assemelhava em muito, especialmente na parte traseira, ao presente nas batas femininas da MM que integram a colecção em estudo⁶¹. Para além dos moldes, nas reservas do núcleo museológico das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, que faz parte do Museu Militar, foram encontradas algumas batas similares às que temos na colecção em análise (nomeadamente uma cor-de-rosa como as usadas pelas operárias embaladeiras da bolacha, massa e confeitaria – figura 8) e também um blusão azul zuarte (figura 9), com identificação expressa de ser para a MM, podendo tratar-se talvez de um protótipo.

⁶⁰ © Susana Pinto, 2021.

⁶¹ Após pesquisa no arquivo das OGFE e nos moldes da secção de corte parece-nos óbvio que, apesar de o fardamento ser destinado a entidades diferentes e de ter naturalmente algumas pequenas diferenças, a base de trabalho é normalmente a mesma, com inspiração notória nos uniformes militares.



Figura 6 - Bata cor-de-rosa do acervo das OGFE (OGFE 2) ⁶²



Figura 7 - Blusão azul zuarde do acervo OGFE (OGFE 7), com etiqueta a mencionar a MM ⁶³

Do tecido de algodão sarjado zuarde encontrámos também um padrão datado de 14 de Maio de 1955, onde se lê que o mesmo se destinava à confecção de fatos de trabalho de praças e as especificações de trama (20/21), urdidura (36/37), peso por m² do tecido seco e isento de preparo (max. 243g, min. 221g), largura entre ourelas (70 cm), bem como o comportamento do tecido aos testes levados a cabo⁶⁴. A maior evidência desta interacção entre a MM e as OGF/OGFE é, contudo, sem dúvida, dada pela própria colecção de fardamento civil que integra o acervo do futuro núcleo do ML, onde constam várias peças com etiquetas OGF e OGFE e com pormenores que só o

⁶² © Pedro Aboim, 2021.

⁶³ © Pedro Aboim, 2021.

⁶⁴ Existem bastantes padrões como este, onde consta uma amostra de tecido e um cartão ou papel anexo com todas as especificações do tecido e dos testes, mas são essencialmente para uniformes militares usados no desempenho de outras funções que não as fabris, constituindo este exemplar o mais aproximado que temos a um padrão usado em uniforme civil, uma vez que o uniforme usado por praças e civis no desempenho de funções similares era, como já vimos, o mesmo.

know how das equipas deste estabelecimento poderiam fazer. É o caso do minucioso trabalho manual executado pelas bordadeiras que concebiam (e ainda concebem) os emblemas para os barretes e para aplicação em peças de vestuário, como o militar de gala, por exemplo, em linha dourada ou prateada e com pequenas peças das mesmas cores a dar relevo e corpo ao bordado. Temos na colecção alguns exemplares desta magnífica arte, infelizmente em vias de desaparecimento, como, por exemplo, os barretes MLF.TEX.0164, MLF.TEX.0065 e MLF.TEX.0066, os emblemas MLF.TEX.2010 e as estrelas aplicadas nos ombros do casaco MLF.TEX.0009.

3.3.2.3. A encomenda fora

De acordo com a informação oral passada pela assistente técnica das antigas OGFE, Isabel Ferreira, por vezes não era possível atender a todos os pedidos de manufactura de fardamento em tempo útil, devido ao volume de trabalho e pedidos em determinados períodos. Assim, a relação tempo de espera e necessidade de fardamento poderá ser uma das razões pelas quais encontramos na colecção em análise fardas produzidas noutros estabelecimentos que nada tinham que ver com o universo das Forças Armadas. Isto coloca-se não apenas perante as necessidades de fornecimento da MM, mas também de outras entidades, sendo ilustrativas dos pedidos as guias de recepção, embora não nos elucidem sobre o cliente específico a que se destinavam as peças de vestuário⁶⁵. Tendo por base os indícios que a colecção nos dá, mesmo quando o fardamento não era confeccionado nas OGF ou OGFE, o *design* requerido era o mais aproximado possível, embora se denotem diferenças de corte e confecção.

No que respeita ao pedido de encomenda fora, a nossa investigação leva-nos a crer que a MM continuou a fazer os pedidos de fardamento às OGFE, tratando estas de proceder à encomenda fora, que depois faria chegar à MM, agindo, portanto, como intermediário. Contudo, equacionamos também que, numa fase posterior que coincide com os últimos anos da MM, já no século XXI, com o surgimento de mais empresas concorrentes vocacionadas para este segmento de mercado do vestuário de trabalho e deixando as OGFE de ser a opção economicamente mais vantajosa, a MM tenha recorrido directamente aos serviços de outras empresas. Note-se que o Decreto-Lei n.º 41 892, de 3 de Outubro de 1958, em que o Ministério do Exército define as normas

⁶⁵ V.d. Serviços Comerciais (s.d.). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.2. *Aquisição de Bens e Serviços*. 5.2.9. *Mapas de guias de recepção n.º 718219 a 718869*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

orgânicas e propósitos dos estabelecimentos fabris sobre a sua égide, exara a confecção de vestuário e restante material complementar para as forças armadas como a sua principal prioridade “(...) sempre que não convenha recorrer ao mercado nacional (...)”, devendo fornecer artigos de uniforme “(...) confeccionados ou não nas suas oficinas.”.

Sobre os pedidos de confecção a empresas externas feitos pelas OGFE na sequência das requisições da MM encontrámos alguma documentação exemplificativa desta dinâmica no arquivo das OGFE. Veja-se, por exemplo, o pedido de duas gravatas azuis-escuras, datado de 17 de Dezembro de 1990, que foi feito pela MM às OGFE e que estas encomendaram à empresa Alves e Teixeira Cunha, que já anteriormente tinha fornecido o mesmo produto⁶⁶. Podemos também referir o pedido de cotação, feito em 2000, pela MM às OGFE de barretes, dólmans e calças brancas, que as OGFE, por sua vez, requisitaram à Confeplus, apresentando a proposta à MM com a devida margem de lucro. Igualmente interessante de destacar é o pedido de calças de homem pretas, camisas de homem e de senhora brancas, laços de homem e de senhora, saia em terylene preta e colete de terylene preto, onde constam a lápis os preços que a Socunha apresentou à requisição deste material por parte das OGFE e o preço a enviar à MM. Curioso é também um fax enviado pela MM, em Maio de 2002, requisitando capotes de lã azul-escura com emblema⁶⁷, casacos com emblema e gravatas de terylene e calças 100% algodão da mesma cor, bem como camisas de manga curta e comprida em tom azul claro e camisolas acrílicas “Marinha” também azuis, tendo sido o mesmo enviado para vários destinatários⁶⁸ e contendo uma indicação expressa de que o critério de adjudicação era o da proposta que fosse economicamente mais vantajosa⁶⁹. Este fax vem, desta forma, corroborar a nossa ideia de que a MM fez também pedidos de fardamento a outras entidades directamente.

Infelizmente, existe pouca correspondência entre as OGFE e a MM no arquivo das primeiras e não foi possível consultar o arquivo da MM para averiguar a existência

⁶⁶ Vd. O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1990). *Processo de Aquisição; Soutache, Tecido para F.A., Tecidos diversos, Tecido de nylon, Tecido de terylene e lã, Pano patente, Precinta, Punhos, Sargelim, Galão, Gravatas, Guardanapos, Ilhós, Lona, Luvas*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

⁶⁷ O emblema requisitado aparece anexado e o pedido parece corresponder à peça MLF.TEX.0015 da colecção. Anexados surgem também os mesmos desenhos de sobretudo/ capote e casaco que constam do plano de uniformes do pessoal civil da década de 80 e que advêm do Decreto-Lei n.º373/84, de 28 de Novembro.

⁶⁸ No campo do destinatário do fax pode ler-se “Para: Vários”.

⁶⁹ Vd. Serviços Comerciais (1999-2007). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes; Informação de preços Militares*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

de possíveis notas de encomenda. De entre as empresas externas que forneceram a MM, tendo como intermediária as OGFE ou não, são de destacar, pela quantidade de peças que integram a colecção, a Socunha (MLF.TEX.0057 e MLF.TEX.0058), Confeplus (MLF.TEX.0020, MLF.TEX.0054, MLF.TEX.0169 e MLF.TEX.0171), Rei das Fardas (MLF.TEX.0022 e MLF.TEX.0035), VP2 (MLF.TEX.0006, MLF.TEX.0007 e MLF.TEX.0015), entre outras.

CAPÍTULO IV – A COLECÇÃO DE FARDAS DOS TRABALHADORES CIVIS DA MANUTENÇÃO MILITAR

4.1. A escolha dos modelos

As produções, sejam elas de que tipo forem, são sempre fruto do seu tempo e das regras da sociedade de então. No caso do fardamento, tal não é diferente, pelo que há naturalmente inspirações, sejam estas declaradas ou não. Há obviamente uma clara influência dos uniformes militares, cuja matriz no campo do fardamento em geral sabemos já ser muito significativa. Basta comparar os planos de uniformes civis já mencionados, com, por exemplo, os regulamentos de uniformes militares de 1920⁷⁰ e 1933⁷¹, com especial atenção para os modelos de barrete e fato zuarte para praças e oficiais, ou mesmo o regulamento de uniformes do Exército de 1948, com destaque para os sobretudos e blusões, que se assemelham aos usados pelos civis, sendo, sem dúvida, uma versão simplificada dos primeiros.

A nossa análise baseia-se, neste ponto, fundamentalmente em legislação relativa aos uniformes para funcionários do Estado e nas Ordens de Serviço da MM. Assim, na Ordem de Serviço da MM n.º 34, de 3 de Fevereiro de 1920, vemos expressa uma clara inspiração nos modelos ingleses que irá transformar os uniformes usados pelas amanuenses, dactilógrafas, telefonistas e empregadas de escrita de balcão da MM. Na dita Ordem de Serviço lê-se:

“Tendo ainda verificado «de visu» na minha visita á [sic] Inglaterra a superioridade do vestuario [sic] das operarias [sic] inglesas mobilizadas, extensivo hoje a todos os serviços officiaes [sic] d’aquelle grande paiz [sic], sobre os uniformes usados por algumas das classes do pessoal feminino empregado neste estabelecimento militar; Determino, depois de devidamente auctorisado [sic] por Sua Ex^a o Ministro da Guerra a

⁷⁰ Vd. Ordem do Exército n.º 3, 22 de Março de 1920, I série.

⁷¹ Vd. Ordem do Exército n.º 4, 18 de Março de 1933, I série.

quem fiz proposta nesse sentido, que determinadas classes de empregadas nesta Manutenção Militar, cujas funções o permitam, façam uso do traje usado pelas mulheres inglesas [sic] pertencentes «Womens Flyng [sic] Corp» de tom cinzento claro, aproximado ao dos uniformes do exercito [sic].”

Os moldes concebidos nas OGF e OGFE têm uma clara influência dos modelos militares, sendo, em muitos casos, uma versão simplificada e de mais baixo custo dos mesmos. No caso do fardamento civil não foram feitos catálogos com os artigos disponíveis para aquisição como encontrámos para os militares, contudo os moldes supracitados e a própria colecção são exemplo dos modelos usados.

O Plano de Uniformes do Pessoal Civil da década de 80 encontrado no Arquivo do ML na MM integra desenhos do Decreto-Lei n.º 373/84, de 28 de Novembro. Tal, deu-nos duas informações importantes: em primeiro lugar, o plano em referência é posterior ao supracitado Decreto-Lei e, em segundo lugar, os planos de fardamento para os civis a trabalhar em serviços do Estado servia de matriz também para alguns funcionários dos EFE, excluindo naturalmente a parte fabril. Seguindo esta linha de investigação, pesquisámos exemplos de legislação sobre os uniformes para civis em serviços públicos ao longo do século XX e encontrámos efectivamente bastantes semelhanças com os uniformes usados nos EFE pelos trabalhadores civis. Recuámos, então, até 1908, em que o artigo 28.º da Lei Régia, emitida no dia 12 de Setembro, aprova uma verba para fardamento do “pessoal menor” dos ministérios e dos correios, devendo os uniformes ter um período de duração de três anos. Posteriormente, o Decreto n.º 4088, de 16 de Abril de 1918, veio reduzir o período de duração para dois anos, uma vez que mesmo estipulando que os uniformes apenas podiam ser usados durante o período de trabalho, se constatar que os mesmos não conseguiam completar três anos de duração em boas condições. Vimos também que na MM a média de duração das peças de uniforme era igualmente fixada nos dois anos. Sobre o fardamento a usar, em 13 de Julho de 1932, surge-nos o Decreto n.º 21464, que será complementado e substituído no ano seguinte pelo Decreto-Lei n.º 22848, de 19 de Julho, exarado pelo Ministério das Finanças, no qual se lê que para os servidores do Estado que se enquadrem na categoria pessoal menor:

“(…) Os fardamentos serão dois: um, de verão em cotim militar; outro, de inverno, em pano azul escuro. Cada fardamento será constituído por casaco, colete, calça e boné. Além deste fardamento serão também fornecidos: aos guarda-portões e correios, sobretudo em pano azul

escuro; aos condutores de automóveis, sobretudo em pano azul escuro e fato inteiriço de ganga azul (macaco) (...); e ao pessoal da limpeza (...) blusas de riscado ou batas e alpercatas.”

O mesmo decreto-lei informa que serão publicados concursos para os interessados em produzir o fardamento em dois jornais de grande tiragem e no Diário do Governo, sendo os resultados dos mesmos informados através deste último. No ano de 1934, um novo decreto regulamentará os passos a seguir pelas empresas que desejem oferecer os seus serviços de produção de vestuário de trabalho ao Estado⁷², devendo as propostas ser apresentadas com amostras, entre outras regras⁷³. O mesmo decreto prevê punições como a perda total de salário pelo número de dias que o colaborador não se apresente uniformizado devidamente, sendo da incumbência dos seus superiores a supervisão de que o plano de uniformes seja cumprido pelos seus subalternos. São ainda informadas as características específicas, no que toca a medidas, modelos e pormenores (como, por exemplo, os botões com o símbolo nacional em relevo), dos dólman, sobretudo e bonés, bem como dos distintivos⁷⁴. Nesse mesmo ano, o Decreto n.º 24636 virá elucidar sobre o fardamento do pessoal feminino, fornecido em número de dois, de dois em dois anos e que era constituído por:

“(…) bata fechada, abotoada ao lado esquerdo, com três botões de cada lado e dois nos punhos de cada manga, com duas algibeiras exteriores, cinto da mesma fazenda e gola igual à do dólman descrito no decreto n.º 23:457 de 15 de Janeiro do corrente ano, sendo o de verão de fazenda de algodão cinzento e o de inverno de fazenda ligeira de lã azul escuro.”

De forma a compilar toda a informação sobre fardamento do pessoal menor, o Ministério das Finanças publicou o Decreto-Lei n.º 45678, em 1964. Neste são reiteradas algumas informações já previamente em vigor, complementando o regulamento com todas as disposições entretanto tomadas. No que toca ao fardamento masculino, este é rigorosamente explicitado no art. 13.º:

“(a) O casaco é abotoado ao meio do peito, com quatro botões exteriores e gola aberta, deixando a descoberto o colarinho e o nó da gravata; duas algibeiras de peito e duas em baixo, todas exteriores, de fole, abotoando à pestana com um botão preso à algibeira, e mais duas algibeiras

⁷² Posteriormente alterado pelo Decreto n.º 31593, de 23 de Outubro de 1941. *Diário do Governo* n.º 248 – *Série I*. Lisboa: Ministério das Finanças.

⁷³ Esta prática do lançamento de procedimento concursal manter-se-á ao longo do tempo, como nos prova a Portaria 983/84, de 27 de Dezembro, que novamente reitera as regras dos procedimentos, deixando claro que a encomenda apenas será liquidada depois de verificação de que a requisição corresponde ao pedido e à proposta, privilegiando-se a proposta que seja economicamente mais vantajosa, mantendo sempre uma relação qualidade-preço equilibrada.

⁷⁴ *Vd.* Decreto n.º 23457, de 15 de Janeiro de 1934. *Diário do Governo* n.º 12 – *Série I*. Lisboa: Ministério das Finanças.

furtadas; mangas de largura média e comprimento normal, com dois botões de cada lado, junto ao punho; ligeiramente cintado e cobrindo o primeiro terço da coxa (...)

b) Colete com seis botões e quatro algibeiras exteriores;

c) Calça direita, de largura média, com costuras exteriores dos lados de fora; duas algibeiras laterais e uma atrás, à direita;

d) Boné formado por duas partes ligadas por uma costura em toda a volta (...). A parte inferior tem 0,05m de altura e é entretelada, tendo uma única costura vertical, pela parte de trás. A parte superior tem, além da costura do tampo, quatro outras costuras: duas laterais, uma na frente e outra na retaguarda. O tampo é reforçado interiormente, de forma a conservar-se distendido. A pala é de polimento preto, vincada a 0,01m do bordo, tem o comprimento de 0,05m e a inclinação de 45° e é debruada a toda a volta com uma tira de carneira preta, pespontada, de 0,03m de largura. O boné tem, pregado na sua parte inferior, de cada lado, junto à extremidade da pala, um botão pequeno para segurar o francalete de seda preta. À frente, na parte inferior, tem o emblema adoptado para os empregados menores do Estado e, na parte superior, em bordado a ouro, as armas nacionais.”

Relativamente aos distintivos, refere que estes deverão ser “(...) bordados a ouro sobre pano preto, formando pequenas aplicações, que possam fãcilmente [sic] adaptar-se ao fardamento ou retirar-se deste (...)”, algo que constatamos, por exemplo, no fardamento das caixeiros de supermercado da MM nos Anos 60. Este decreto-lei deixa explícitas as proibições e obrigações dos funcionários em relação ao fardamento, como abaixo desenvolvemos, sendo que muitas destas se aplicavam igualmente aos funcionários da MM, como atestam as punições e as justificações às mesmas, patentes nas Ordens de Serviço do estabelecimento. Verifica-se que o mesmo rigor aplicado aos militares, também era replicado no fardamento dos civis, uma vez que se tinham de apresentar com o uniforme impecável, havendo regras rigorosas a cumprir:

“1.º É expressamente proibido:

- a) Usar, quando fardado, quaisquer distintivos ou emblemas que não sejam os designados neste regulamento;
- b) Usar exteriormente cordões, correntes ou outros objectos semelhantes;
- c) Trazer a bata ou o casaco desabotoado;
- d) Usar boné acentuadamente de lado ou sobre a nuca;
- e) Usar o fardamento ou qualquer das suas peças fora do serviço, para além do tempo indispensável ao trajecto de ou para o local do trabalho;

- f) O uso simultâneo de peças de fardamento e de traje civil;
- g) O uso do fardamento inadequado à época própria, ou diferente do que superiormente estiver determinado;

2.º É obrigatório:

- a) A apresentação ao serviço com o fardamento completo;
- b) O uso de gravata preta e de camisa com colarinho mole de cor branca;
- c) O uso de calçado preto, podendo, porém com o fardamento de Verão ser usado calçado castanho, de engraxar;
- d) O uso pelo pessoal do sexo feminino de meias pretas com o fardamento de Inverno e pretas, cinzentas ou bege com o de Verão;
- e) O uso de colarinho de goma com o fardamento de Inverno pelos condutores de automóveis, contínuos e correios (...) e porteiros (...);
- f) A apresentação do fardamento em estado irrepreensível de conservação, nomeadamente sem nódoas, sem falta de botões, sem rasgões ou buracos e não enxovalhado.”

Em 1973, é publicado o Decreto-Lei n.º 707/73, de 29 de Dezembro, que traz novas alterações ao regulamento de fardamentos. Com respeito aos tecidos usados na confecção, menciona o art. 11.º que serão executados os fatos de pessoal de categoria mais elevada “(...) com tecido tropical, cinza, lã terylene, e com tecido de sarja azul, lã terylene de 1.ª qualidade, os fatos para uso no Verão e no Inverno (...)”. Para os restantes, serão usados para os fatos de Verão tecidos de sarja cinzenta e lã terylene e para os fatos de Inverno, sarja azul e lã terylene, sendo que serão “(...) confeccionados com popelina de algodão terylene de cor cinzenta-clara as camisas a distribuir a todo o pessoal auxiliar do sexo masculino.”⁷⁵

No que toca ao fardamento masculino, o Decreto-Lei n.º 707/73 faz também algumas alterações nos modelos existentes, passando: os casacos a ter algibeiras rectangulares em vez de com fole, tendo também uma costura central nas costas “(...) interrompida a 5 cm abaixo da cintura, dando lugar a uma abertura até ao fundo; (...)”; os coletes a ter “(...) cinco botões e quatro algibeiras metidas, com pestana;”; as camisas a ser do tipo militar com seis botões brancos “(...) platinas nos ombros, fixadas por botão, em bico; (...) duas algibeiras no peito (...) com macho de 3 cm (...) e portinhola em bico, com botão; (...) mangas (...) e punho em bico, fixado com botão (...)”. O art.

⁷⁵ Decreto-Lei n.º 707/73, de 29 de Dezembro. *Diário do Governo* n.º 301 – Série I. Lisboa: Ministério das Finanças.

17.º reitera ainda o uso de botões dourados com as armas nacionais em relevo, no caso dos casacos masculinos. O art.º 14 introduz as características específicas dos sobretudos para os correios e porteiros, bem como das gabardinas e casacos de cabedal para motoristas. No caso dos sobretudos, também usados por funcionários da MM ao contrário das gabardinas e casacos de cabedal, o artigo explicita que os mesmos devem ser:

“(…) ligeiramente cintados, amplos, com gola aberta, na largura de 12 cm a 15 cm, abotoando com três botões ao centro, (...) duas algibeiras laterais, metidas (...) a (...) 45º (...); o comprimento deve ficar a 8 cm abaixo do joelho (...); a costura central deve ser interrompida a 10 cm abaixo da cintura (...)”

Relativamente ao fardamento feminino, apesar de continuarmos a ter a bata como peça de eleição, esta muda igualmente de modelo, passando a ser:

“(…) de gola aberta com largura de 8 cm a 10 cm, abotoando ao centro com nove botões, sendo o primeiro na altura do peito e o último a 10 cm da bainha; terão uma algibeira no lado esquerdo do peito e duas em baixo, com pestana sobreposta na largura de 5 cm; as mangas serão fechadas com punho direito e botão; terão cinto com 3 cm de largura, do mesmo tecido, com fivela (...)”.

A Portaria n.º 376/75, de 18 de Junho, torna extensível o uso de sobretudo por parte dos guardas nocturnos dos quadros da administração pública. Já o Decreto-Lei n.º 447/82, de 12 de Novembro, torna extensível ao pessoal auxiliar de museus sob a égide do Ministério da Cultura o uso de fardamento, como regulado para os restantes funcionários menores da administração pública.

O Decreto-Lei n.º 373/84 revoga os decretos anteriores e introduz a “(…) possibilidade de os dirigentes dos serviços proporem a dispensa do uso de fardamento nos casos que considerem justificados (...)”. Este decreto subdivide o fardamento em: de uso geral (diário masculino e diário feminino) e de uso restrito (para certas categorias ou de protecção). Relativamente às dotações e durações, estipula a distribuição de duas peças da mesma tipologia para 24 meses na maioria dos casos, havendo naturalmente uma menor distribuição e maior duração para peças de vestuário cujo desgaste é inferior às restantes peças, como é o caso dos sobretudos.

No caso do fardamento feminino de uso diário verifica-se uma grande alteração, pois a bata é finalmente substituída. Assim, o fardamento passa a ser composto pelo conjunto de blusa, casaco e saia, com a seguinte composição:

“a) O casaco é em sarja de lã/poliéster, azul, de tipo blaser [sic], ligeiramente cintado e com comprimento a nível do pulso. A frente do casaco é ligeiramente arredondada e abotoada com

uma ordem de 3 botões exteriores e tem um bolso fingido no peito e 2 nas laterais metidos com portinholas. As costas do casaco têm costura central e as mangas são de largura média e comprimento normal, terminando com um botão de cada lado (...);

b) A saia é em sarja de lã/poliéster, azul, ligeiramente *evasée* com 2 pregas laterais, uma de cada lado, fechadas até à altura conveniente e com nós estreito na cintura (...);

c) A blusa é em popelina de algodão/poliéster, branca, com gola pequena, abotoada com 6 botões brancos a meio da carcela, com um bolso de chapa no peito, sem paleta do lado esquerdo. As mangas são compridas, com punhos direitos e botão (...).

No âmbito do fardamento masculino, a matriz mantém-se a mesma, havendo naturalmente uma actualização quanto aos modelos:

“a) O casaco é em sarja de lã/poliéster, azul, de tipo paletó, ligeiramente cintado e com um comprimento ao nível do meio do polegar. A frente do casaco é direita e com o canto, ligeiramente arredondado, abotoada com 3 botões exteriores, e tem 5 bolsos (um de peito, com pestana, 2 laterais, com vivos e portinhola, e 2 interiores). As costas do casaco têm costura central interrompida a 5 cm abaixo da cintura, dando lugar a uma abertura até ao fundo. As mangas do casaco são de largura média e comprimento normal, com 2 botões junto a punho (...);

b) A calça é em sarja de lã/poliéster, azul, direita e de largura média, com costuras laterais, com 3 bolsos metidos (2 laterais, clássicos, com abertura média de 15 cm, e um atrás, com vivo e botão) e um bolso para relógio à frente, do lado esquerdo. A calça tem nós com mínimo de 5 passadores (...);

c) A camisa é em popelina de algodão/poliéster, branca, com colarinho de pontas médias, abotoada com 6 botões brancos a meio da carcela. A camisa tem 2 bolsos exteriores com macho de 3 cm de largura e portinholas em bico com botão. As mangas são compridas, acabando por uma abertura com carcela e punho em bico fixado com botão. As costas da camisa têm na parte superior uma blusa (encaixe) com um mínimo de 6 cm de altura e apresentam ainda 2 preguinhas laterais de cada lado (...);

(...)

a) O sobretudo é de tecido tipo «moscovo» (100%) lã, ligeiramente cintado, amplo, com gola aberta de 2 tombos (largura média, 10 cm), abotoando ao centro com uma ordem de 3 botões exteriores, com 2 bolsos de chapa e portinholas. As mangas do sobretudo são de largura média e comprimento normal, com 2 botões de cada lado do punho. O comprimento do sobretudo deve ficar a 8 cm abaixo do joelho e as costas têm costura central, interrompida de 10 cm a 12 cm abaixo da cintura (...).

Para o pessoal masculino é ainda recomendado o uso de gravata azul-escura e sapatos pretos, sendo possível a dispensa do uso do casaco no Verão e de uma camisola

azul-escuro no Verão. Posteriormente, a este decreto-lei e plano de uniformes foram feitas novas actualizações por via da Portaria n.º 560/89, de 20 de Julho, uma vez que se sentiu necessidade de produzir alterações devido a “(...) aspectos de ordem económica e do progresso tecnológico e da moda, realidade que determinou a desgradação da forma de regulamentação dessa matéria.”

Como podemos perceber pelo acima exposto e o descrito no capítulo anterior, há uma evolução dos modelos e das dinâmicas ao longo dos tempos, demonstrando claramente uma influência e similitude dos modelos estipulados para os ministérios públicos e dentro da MM, enquanto instituição militar do Estado. Estas semelhanças encontram-se essencialmente nos modelos usados para as fardas do pessoal de escrita, motoristas e categorias profissionais semelhantes na MM, não se verificando, naturalmente, o mesmo grau de influência nas fardas para desempenho de trabalhos fabris.

4.2. A escolha dos tecidos

De acordo com as informações que a colecção de fardamento nos fornece, bem como os planos de fardamento e as Ordens de Serviço, no caso do pessoal civil, os tecidos eram, essencialmente, compostos por lã ou algodão e fibras sintéticas – essencialmente *terylene* ou poliéster –, sendo muitas vezes sarjados. Tendo em conta o tipo de trabalho a desenvolver, a dotação (em média cerca de 2 fardas por pessoa, tendo em conta os vários planos) e a duração (em média até dois anos, analisando todos os planos), parece evidente que a escolha de tecidos está relacionada com a normal durabilidade e resistência do material, face ao custo do mesmo.

De acordo com um pequeno livro não datado de *Amostras do fardamento para o pessoal*, pertencente aos serviços industriais das OGFE e, naturalmente, com aplicabilidade nesta instituição, podemos verificar que a cada amostra de tecido correspondia uma ou mais profissões, dado que existe uma etiqueta em cada uma delas. Por exemplo, segundo esta fonte, o tecido azul-escuro sarjado de algodão (zuarde) e *terylene* correspondia ao usado na confecção dos uniformes dos operários, enquanto o tecido designado para o pessoal feminino das oficinas de barretes e de alfaiates era azul petróleo no mesmo tipo de fibras, mas mais fino e maleável. Infelizmente, não dispomos de um livro de amostras similar para a MM.

No arquivo das OGFE, nas pastas dos Serviços Comerciais, foi possível encontrar alguns pedidos de aquisição de tecidos a fornecedores com o fim de produzir

fardamento para a MM, nomeadamente batas em tecido de algodão e terylene azul-escuro e rosa. De acordo com os pedidos de requisição encontrados referentes aos anos de 1988 e 1991, é possível perceber que havia uma continuidade no uso dos mesmos tecidos, sendo feita requisição a vários fornecedores e também havia uma preocupação de perceber quem tinha sido o último a fornecer. Encontram-se também as informações de quais os fornecedores que foram pedidos, quais os que não responderam, quais os que responderam com os preços e um *feedback* da amostra e, por fim, o fornecedor escolhido, com a devida comunicação. No pedido feito aos fornecedores havia sempre o cuidado de referir, para além dos preços, o prazo de entrega, as condições de pagamento e validade da proposta, que fosse fornecida uma amostra do tecido para análise ou os próprios serviços comerciais enviavam de antemão uma amostra com o tipo de tecido pretendido a respectiva cor. É importante frisar, uma vez mais, que as OGF/OGFE tinham um laboratório para análise de qualidade dos materiais, havendo várias amostras de tecido (ver anexo 5), com informação sobre os testes de resistência levados a cabo.

4.3. A escolha da gramática de cores

A escolha das cores do fardamento é um ponto deveras importante na projecção do mesmo, podendo ter diversas funções, como sejam uma boa coadunação ao tipo de serviço a desempenhar pelo funcionário e às matérias com as quais está em contacto, bem como a reflexão da identidade visual da empresa. Como afirma Dias, “As cores têm diferentes significados e associações, assim como estimulam sensações físicas e psicológicas.” (Dias, 2017, p. 83)

Relativamente à escolha de cores, não foram encontrados documentos que justifiquem a opção por uma ou outra cor. Verifica-se, contudo, que há uma clara demarcação das cores usadas em uniformes militares e uma proximidade das cores usadas nos outros uniformes para funcionários do Estado, no que toca aos azuis, brancos, pretos e cinzentos do pessoal de escrita, motoristas e categorias profissionais similares. Chamamos a atenção para o que já referimos no capítulo anterior sobre a proliferação do uso do azul como cor predominante do uniforme de trabalho a partir do final do século XIX, uma influência que parece ter chegado a Portugal e à MM, mantendo-se em uso nesta instituição até ao seu encerramento (Francequin, 2008, p 13).

No caso do pessoal fabril e oficial, tendo como base a colecção em análise, os documentos fotográficos e os testemunhos orais recolhidos de ex-funcionários, fica claro que as cores serviam para definir a que sector pertencia quem envergava a farda e

está também relacionada com o tipo de trabalho desenvolvido. Por exemplo, no caso das oficinas da MM as cores que predominam são o azul-escuro ou azul-zuarte, uma vez que se tratava de trabalhos nos quais o trabalhador facilmente se sujava. No que diz respeito às actividades fabris alimentares, já verificámos que o branco e o bege eram muito usados nas áreas do fabrico de pão, das cozinhas, da moagem, das massas, onde há um contacto directo com a produção alimentar. O branco era naturalmente também usado pelos colaboradores dos serviços de saúde e pelo laboratório, sendo esta uma opção universal. Já no caso das embaladeiras, as cores variavam mais, podendo ir desde o rosa ao castanho. Nos supermercados, os azuis deram lugar aos verdes, conjugados com brancos e lilases. Nas escolas e creches, as várias cores (castanho, branco, vermelho, rosa, azul) estavam igualmente presentes, muitas vezes formando padrões, como veremos abaixo com a caracterização das fardas que constituem a colecção por sectores de actividade.

Em conclusão, as evidências levam a crer que as cores estavam intrinsecamente relacionadas com a índole do trabalho a desenvolver pelo funcionário que envergava a farda. As cores base (branco e azul) mantiveram-se, mas a paleta aumentou, e diversificou-se ao longo do período de laboração da MM, especialmente na década de 1980, como vimos no capítulo III. de acordo com a própria evolução da moda, que acaba sempre por, de alguma forma, ditar a introdução de alguns laivos de modernidade a um tipo de vestuário, que permanece mais ou menos constante no que toca ao modelo base.

4.4. Os símbolos da MM e as fardas

Ao longo da sua história a MM teve mais do que um brasão de armas identificativo, sendo que os primeiros eram transversais aos vários estabelecimentos fabris do exército. Cerca dos anos 20 do século XX, as armas eram constituídas por uma espada e uma carabina sobre uma roda de carroça. Já nos anos 40, o símbolo utilizado era constituído por duas espadas cruzadas tendo sobre elas uma coroa de louros e sob elas um molho de cereais, símbolo esse que também vemos, por exemplo, no portal de entradas das OGFE. Em 1984, foi aprovado pela Portaria de 6 de Agosto um novo modelo (Baptista, 2020, p. 261), apenas para a Manutenção Militar. O novo brasão era constituído por um escudo verde com uma roda dentada e uma cornucópia, ambas inclusas e de ouro, sendo encimado por um elmo militar de prata três quartos para a direita, forrado a vermelho, um paquife e virol de verde e ouro e ainda duas pás verdes e

três espigas de ouro atadas no timbre (Baptista, 2020, p. 260). A roda dentada é uma clara alusão à matriz industrial desta instituição e a cornucópia aos alimentos confeccionados.

Em 2013, a este brasão foi acrescentada uma medalha de ouro de serviços distintos, apresentando-se esta pendente do escudo verde. Para além disto, foi apenas alterada a configuração da divisa *POR BEM TRABALHAR E MELHOR SERVIR*, com vista a ser possível a integração da medalha.

Inevitavelmente, estas armas aparecem em diversos elementos pertencentes à MM, desde a documentação ao fardamento. Veja-se, por exemplo, o vestido dos anos 60 de caixa de supermercado que ainda contém o emblema da MM em pano (MLF.TEX.0087). A Ordem de Serviço n.º 103 de 29 de Maio de 1974, cuja cópia encontrámos no Arquivo do ML - núcleo da MM estabelece que daí para a frente, em vez do emblema de pano, deverão os civis usar um emblema metálico, sendo a distribuição deste gratuita e efectuada no sector, tendo este previamente requisitado o número de emblemas necessários ao Depósito de Material⁷⁶. Algumas fardas, especialmente as relacionadas com funções de maior relevância e notoriedade da instituição, como vigilância, bombeiro e recepção da direcção contém uma versão simplificada das armas aprovadas em 1984, apenas com a parte do escudo e com o que nele consta, dando-nos também assim a informação de que são de fabrico posterior a essa data.

4.5. A cada farda um lugar de trabalho e uma função

O processo de inventário das fardas da MM constituiu um enorme desafio, principalmente devido à transversalidade de algumas das fardas. A maioria das fardas que integram o acervo deverão ser posteriores à década de 80 do século XX, correspondendo, portanto, aos últimos planos que encontrámos no arquivo do ML-núcleo da MM. Contudo, mesmo os planos apresentam variações de fardas, contribuindo para alguma dificuldade na associação da farda à função. Várias fardas que constam na colecção não correspondem a qualquer plano, pelo que cremos tratar-se de peças posteriores aos mesmos, havendo já uma certa flexibilização sobre o uso de fardamento e de como este devia ser. Raramente temos os modelos completos, não havendo nenhum exemplar de calçado. Feito o nosso estudo, apresentamos abaixo as nossas conclusões, sendo que todas as duzentas e treze fichas de inventário poderão ser

⁷⁶ Apenas seria paga uma substituição requerida pelo trabalhador.

consultadas nos anexos da presente dissertação (anexo 14), juntamente com as sete fichas de inventário das peças similares pertencentes às reservas do Núcleo Museológico das OGFE (anexo 15).

4.5.1. As fábricas

O fardamento usado nas fábricas da MM era essencialmente prático e resistente, geralmente confeccionado em tecido de algodão e fibra sintética, em técnica de sarja. A colecção apresenta-nos partes do fardamento usado em cada uma das fábricas da MM.

O branco era usado nas fábricas de pastelaria, fritos, pão, confeitaria e também nas cozinhas. A peça MLF.TEX.0054 é uma jaqueta branca fabricada pela Confeplus que deverá ter sido usada nas cozinhas e/ou pastelaria, sendo a única peça desta tipologia. Existem ainda duas camisas/camisolas brancas, tamanho 2, fabricadas nas OGF, que faziam parte das fardas masculinas dos locais acima descritos (MLF.TEX.0059 e MLF.TEX.0060). Integram a colecção vários blusões brancos de tecido sarjado de algodão de diferentes tamanhos. A maioria contém etiqueta das OGF, sendo que sete são tamanho 5 (MLF.TEX.0036, MLF.TEX.0037, MLF.TEX.0039, MLF.TEX.0041, MLF.TEX.0045, MLF.TEX.0046, MLF.TEX.0050), oito são tamanho 6 (MLF.TEX.0038, MLF.TEX.0040, MLF.TEX.0043, MLF.TEX.0044, MLF.TEX.0047, MLF.TEX.0049, MLF.TEX.0051 e MLF.TEX.0055) e três são tamanho 4 (MLF.TEX.0042, MLF.TEX.0048, MLF.TEX.0056). É importante frisar que os números nas OGF funcionavam ao contrário, ou seja, o tamanho maior era o 1 e o 6 correspondia a um tamanho mais pequeno⁷⁷. Um dos dois exemplares de calças brancas (MLF.TEX.0077 e MLF.TEX.0058) que comporiam a farda é de fabrico da Socunha (MLF.TEX.0058) e cremos que deva fazer conjunto com um blusão da mesma marca (MLF.TEX.0057). Também em tecido sarjado branco, temos quatro bivaques (MLF.TEX.0062, MLF.TEX.0063, MLF.TEX.0064 e MLF.TEX.0065) e uma touca (MLF.TEX.0061), que parecem corresponder ao estipulado no plano da década de 1950 para uso dos funcionários masculinos em laboração nas fábricas de massa, bolacha e pão e para as funcionárias da cozinha, respectivamente. Para além da touca e dos bivaques, existem ainda dois chapéus brancos, estando um deles identificado como sendo da fábrica de bolacha⁷⁸ (MLF.TEX.0155).

⁷⁷ Esta informação foi percebida durante o manuseamento da colecção para a produção das fotografias e das fichas de inventários, tendo sido corroborada pelas funcionárias da secção de corte, aquando da visita de discente a essa área das OGFE.

⁷⁸ No interior, escrito a caneta preta, podemos ler FB (Fábrica de Bolacha).

Como vimos no capítulo anterior, a cor creme era usada nas fábricas de bolacha, massas e moagem, segundo o plano da década de 80. Novamente se destacam pela quantidade, os blusões beges de tecido sarjado de algodão, com etiqueta OGF. Destes, a maioria é tamanho 5 (MLF.TEX.0068, MLF.TEX.0069, MLF.TEX.70, MLF.TEX.0071 e MLF.TEX.0075), havendo igualmente três exemplares tamanho 6 (MLF.TEX.0072, MLF.TEX.0073 e MLF.TEX.0074) e um exemplar tamanho 4 (MLF.TEX.0076). Existe ainda um blusão bege tamanho XL (MLF.TEX.0067), sem etiqueta, que, pelo tecido, corte e acabamentos, cremos ter sido confeccionado noutro local, fazendo talvez conjunto com um par de calças (MLF.TEX.0066) da mesma cor. Há ainda um par de calças identificado no interior do cóis como sendo especificamente da fábrica de massas (MLF.TEX.0079) e um blusão bege, tamanho 50, com elásticos no cóis, diferenciando-se assim dos restantes (MLF.TEX.0078). As peças MLF.TEX.0085 e MLF.TEX.0086 são bonés beges que complementavam a farda masculina dos locais mencionados.

O tom castanho era usado pelas embaladeiras da fábrica de pão, moagem e café, de acordo com o plano dos anos 1980. Temos apenas duas batas desta cor, sendo uma de manga curta (MLF.TEX.0082) e outra de manga comprida (MLF.TEX.0081), ambas no modelo OGF, embora não tenham sido executadas por estas. Relacionado com a mesma farda há ainda um avental (MLF.TEX.0083) e umas calças (MLF.TEX.0084) femininas da mesma cor e tecido.

As batas cor-de-rosa que aparecem estilizadas na capa das tabelas de preços de, pelo menos, os anos de 1986 a 1988 eram, como vimos no plano da década de 80 do século XX, usadas nas fábricas de bolacha, confeitaria e massas. Possuímos três exemplares dessas batas (MLF.TEX.00147, MLF.TEX.0148 e MLF.TEX.0149), bem como dois lenços (MLF.TEX.0154) e dois aventais (MLF.TEX.0152), estes últimos apenas usados nas fábricas de massas e confeitaria. Existem ainda dois bonés (MLF.TEX.0156) da mesma cor e tecido que complementavam a farda.

Do mesmo modelo já referido, encontramos ainda duas batas azuis-claras de manga comprida, ambas fabricadas nas OGF e de tamanho 1, que deverão ter sido usadas pelas embaladeiras de rações como a figura abaixo ilustra:



Figura 8 - Embaladeiras a empacotar rações de combate, década de 1980 ⁷⁹.

4.5.2. Armazéns, depósitos e oficinas

Os funcionários dos armazéns, depósitos e oficinas tinham uniformes igualmente práticos, sendo normalmente de cor azul-escuro para se notar menos a sujidade, podendo ser constituídos por batas, fatos-de-macaco ou conjunto casaco e calça. A colecção compreende: um fato-de-macaco da marca Monte Carlo (MLF.TEX.0030); um blusão azul-escuro fabricado pela Rodrigues & Rodrigues; dois pares de calças – um azul-escuro em tecido sarjado (MLF.TEX.0025) e outro, provavelmente mais antigo (décadas de 60-70), num tecido similar à ganga (MLF.TEX.0026); dois bonés – um azul escuro (MLF.TEX.0027) e outro num tecido de ganga clara (MLF.TEX.0028); uma camisa azul-escuro da Rodrigues & Rodrigues; e quatro batas, sendo uma de fabrico da Socunha (MLF.TEX.0034), outra do Rei das Fardas (MLF.TEX.0035), outra da SC Confeções (MLF.TEX.0031) e outra sem etiqueta identificativa da marca e em tecido similar à ganga (MLF.TEX.0032). Existe ainda uma bata azul-esverdeada com vivos a branco nos bolsos e mangas, que constitui um exemplar único na colecção e que pensamos pertencer a estas secções (MLF.TEX.0016). De notar que, dentro das fábricas, os colaboradores encarregues da manutenção da maquinaria usavam a mesma cor e tipologia de farda. Dado o tipo de trabalho desenvolvido pelos funcionários que usaram estas fardas, as mesmas apresentam bastantes marcas de sujidade e algum desgaste.

⁷⁹ Fotografia RC_01_01 do Arquivo do ML – núcleo da MM.



Figura 9 - Depósito vinhos (1969) ⁸⁰

4.5.3. Escritórios

A parte administrativa da MM dotou-nos de uma panóplia muito diversificada de fardas masculinas e femininas. Começamos pelas masculinas, como o blazer azul-acinzentado que pertenceu ao Oficial Administrativo Basílio Correia e que contém ainda a placa que o funcionário usava ao peito (MLF.TEX.0014) ou o sobretudo azul-escuro usado no Inverno pelos recepcionistas da direcção da MM (MLF.TEX.0015), em conjunto com as calças (MLF.TEX.0007), o blazer (MLF.TEX.0006) e a gravata azuis-escuros (MLF.TEX.0008). Em tom de preto, temos também umas calças (MLF.TEX.0001) e um blazer (MLF.TEX.0002) masculinos usados pelos recepcionistas da MM.

No que toca ao vestuário de trabalho feminino são de destacar três batas: uma bata azul datada de 1969 e doada pela ex-funcionária Eulália do Carmo Sebastião Marques (MLF.TEX.0201); outra azul petróleo, datada de 1972, e encontrada na secção dos cartões da MM (MLF.TEX.0202) e, por fim, uma preta em tecido acetinado, de cerca dos anos 60/70, também ela uma doação, desta feita da ex-funcionária Maria José Leonor G. da Ajuda Guerreiro (MLF.TEX.0175). O fardamento administrativo feminino revela-nos um facto interessante, pois para além das peças originais, neste caso específico, temos algumas réplicas das primeiras fardas de amanuenses que foram mandadas fazer para a exposição do primitivo núcleo museológico da MM. Começando

⁸⁰ Arquivo Histórico do Exército [online]. Disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=259014&FileID=2026371&recordType=Description>.

por estas réplicas, inspiradas na figura 2 inserida no capítulo anterior desta dissertação, foi encontrada documentação no arquivo do ML – núcleo da MM, que nos elucida sobre esta aquisição feita em 2005. As réplicas foram feitas pelo Atelier Alda Silva Maia Cabrita, em Lisboa, tendo sido encomendada a confecção de oito peças, nomeadamente: dois vestidos pretos compridos, dois saiotes compridos brancos com renda (MLF.TEX.0181 e MLF.TEX.0185), dois aventais brancos com bordados, uma bata preta de cetim (MLF.TEX.0200) e um vestido curto preto (MLF.TEX.0203)⁸¹. É, contudo, difícil a identificação dos aventais e vestidos advindos desta encomenda, pois a colecção conta com mais exemplares do que os mencionados. Assim, contabilizamos nove aventais, todos eles brancos e com alguns pormenores de bordados ou renda, bem como quatro saias pretas compridas em tecido de lã e poliéster e quatro casacos do mesmo tecido e cor, que com elas fazem conjunto, sendo todos estes conjuntos ligeiramente diferentes no que toca aos pormenores (folhos, rendas, etc.). Adicionalmente, temos também um peitilho (MLF.TEX.0179) e mais três saiotes a juntar aos dois já referidos (MLF.TEX.0178, MLF.TEX.0170, MLF.TEX.0182). Foi também encomendada uma réplica de uma bata de empregada de mesa aberta atrás à Tinturaria e Confecções Guanabara⁸² (MLF.TEX.0176), havendo também uma bandolete que complementa a farda (MLF.TEX.0177) e um avental (MLF.TEX.0188), sendo este último de confecção anterior às restantes peças do mesmo fabricante.

4.5.4. Vigilância, fiscalização e bombeiros

Temos na colecção alguns exemplares do fardamento usado pelos vigilantes da MM, designadamente um blazer azul-escuro com dupla abotoadura com botões dourados com o símbolo da República Portuguesa em relevo (MLF.TEX.0012), que sabemos ter sido confeccionado nas OGFE, devido a uma etiqueta que existe dentro do bolso interno do lado esquerdo e que nos diz inclusive a data de produção, o local, o nome do funcionário a quem se destinava e o número do mesmo. A peça em questão foi executada para o trabalhador Pedro Manuel Martins, cujo número de trabalhador era 768, em Lisboa, estando datada de 19 de Julho de 1985. De acordo com os testemunhos das funcionárias da alfaiataria, este tipo de etiquetas era usado apenas nesta secção e não na secção de corte, pelo que sabemos terem sido produzidas naquela secção das OGFE. Pensamos que esta peça faça conjunto com as calças da mesma cor (MLF.TEX.0011), que se encontram no mesmo cabide. Também executadas para o

⁸¹ Proposta de compra e recibo in Arquivo do Museu de Lisboa – núcleo da MM.

⁸² Requisição in Arquivo do Museu de Lisboa – núcleo da MM.

mesmo vigilante foram as peças MLF.TEX.0009 e MLF.TEX.0010, um blazer e umas calças, respectivamente, também produzidos nas OGFE⁸³. Da fiscalização temos apenas um par de calças pretas (MLF.TEX.0119). Existe ainda um conjunto, passível de ter sido utilizado pelos vigilantes, composto por calças azuis-escuras, casaco azul-escuro com MM em *lettering* dourado no bolso do peito, já num design mais recente (século XXI) e gravata azul-escura às riscas verdes e vermelhas (MLF.TEX.0168).

Para além destas peças, temos também duas gravatas azuis-escuras (MLF.TEX.0163) e dois barretes – um cinzento com o símbolo da MM dos anos 20, tratando-se de um revivalismo (MLF.TEX.0165), e um azul-escuro, mais simples e usado, com o símbolo da MM mais sóbrio (MLF.TEX.0164), mas igualmente produzido à mão pelas bordadeiras das OGFE⁸⁴. Destes símbolos feitos à mão e prontos para ser cosidos aos barretes, existem dez exemplares isolados, nos quais podemos ver facilmente as marcas distintivas de manualidade neste trabalho de confecção minuciosa (MLF.TEX.0212).

Como já vimos anteriormente e como em muitas outras indústrias, a MM tinha uma pequena corporação de bombeiros própria, que tinha também direito a fardamento. As únicas peças que temos relacionadas com esta profissão são um sobretudo azul-escuro de fazenda (MLF.TEX.013) e um bivaque (MLF.TEX.0162). Sabemos que este sobretudo foi feito na alfaiataria das OGFE, pois detém uma etiqueta como a que encontramos na peça MLF.TEX.0012 anteriormente mencionada. Neste caso, trata-se de um sobretudo datado de 27 de Julho de 1985 e que foi feito em Lisboa para o funcionário Francisco Afonso, n.º 8030. O bivaque foi igualmente produzido nas OGFE (contém uma etiqueta com esta indicação), sendo feito num tecido azul-escuro de algodão sarjado. No lado esquerdo do bivaque, à frente, podemos ver o símbolo utilizado pelos bombeiros com os dois machados cruzados, não deixando margem para dúvidas.

4.5.5. Messes e refeitórios

Existem algumas fardas que seriam destinadas aos funcionários das messes, devido ao facto de o fornecimento e gestão destes equipamentos ser feito pela MM. Acreditamos ter patente na colecção um total de vinte e seis peças usadas pelos

⁸³ O blazer contém uma das etiquetas anteriormente mencionadas no bolso interno e as calças um cós que diz OGFE.

⁸⁴ Estes poderão ter sido usados quer por vigilantes, quer por motoristas da MM.

empregados das messes e refeitórios, embora em nenhum dos casos o fardamento esteja completo.

No âmbito do vestuário masculino, contamos com cinco pares de calças pretas (MLF.TEX.0115, MLF.TEX.0116, MLF. TEX.0117 e MLF.TEX.0118 e MLF.TEX.213), uma delas com cós identificando-as como tendo sido confeccionadas nas OGFE (MLF.TEX.0118), que podem ter sido, eventualmente, usadas pelos funcionários da messe, embora sejam peças bastante transversais. O mesmo se passa com as camisas brancas, em número de seis: uma da M&M Sá Carneiro Confecções (MLF.TEX.0113), outra da Le Victor Emmanuel (MLF.TEX.0114), outra da Regojo (MLF.TEX.0123), outra da Bridge (MLF.TEX.0124) e, por fim, duas outras sem marca identificada (MLF.TEX.0122 e MLF.TEX.0125). Há ainda três blazers, um preto identificado como tendo sido uma doação do ex-funcionário Carlos Lopes (MLF.TEX.0174), outro branco (MLF.TEX.0173) e outro verde, de acordo com o plano da década de 1980, usado pelos recepcionistas da Messe (MLF.TEX.0167). Existem na coleção três laços pretos (MLF.TEX.0126, MLF.TEX.127 e MLF.TEX.128), que, segundo o plano de fardamento da década de 80, poderiam ser usados tanto pelo pessoal feminino, como masculino. De acordo com os modelos, parece-nos que dois deles serão masculinos, podendo um terceiro ser feminino (MLF.TEX.128). Para além destas peças soltas, existem ainda alguns conjuntos, como, por exemplo, os dois conjuntos de casaco e calças inteiramente brancos da Confeplus (MLF.TEX.0169 e MLF.TEX.0171), provavelmente encomendados para alguma ocasião especial, visto que a farda dos funcionários da messe não era integralmente branca numa base regular.

No que toca a fardamento declaradamente feminino, destacam-se uma blusa branca com machos e gola bordada (MLF.TEX.0112), uma camisa simples com botões revestidos a tecido (MLF.TEX.0125), umas calças pretas com fecho lateral (MLF.TEX.0115), uma saia preta (MLF.TEX.120) em conjunto com um colete preto (MLF.TEX.121), uma saia azul da marca Alice & Nunes (MLF.TEX.0003), que faz conjunto com uma pala (MLF.TEX.0004) e um laço (MLF.TEX.0005) no mesmo tecido e cor, que pensamos ter sido usada pelas designadas empregadas de *self*. Da mesma marca encontramos também um exemplar de avental azul (MLF.TEX.0153).

4.5.6. Supermercados

Nos supermercados, todos eles fornecidos pela MM, várias eram as funções desempenhadas, às quais naturalmente pertenciam fardas diferentes. A farda mais antiga

que encontramos é um vestido azul-bebé com um emblema da MM num fundo preto usado no lado esquerdo do peito (MLF.TEX.0087) que, segundo o testemunho da ex-colaboradora Filomena Santos, foi a sua primeira farda aquando da abertura dos supermercados na década de 1960. Infelizmente, não encontramos nenhuma documentação escrita que nos forneça a entrada em vigor e a cessação do uso deste modelo de uniforme. A seguinte fotografia da inauguração do supermercado da MM é ilustrativa do vestido em causa, sendo que não restou nenhum exemplar do chapéu que complementava a farda.



*Figura 10 - Caixeiros do Supermercado da MM nos anos 60 do século XX.*⁸⁵

O plano da década de 80 estipula fardamento para caixeiros de supermercado, encarregados coordenadores e encarregados principais de salão, contudo nada do que integra a colecção parece corresponder a estes modelos. Temos, no entanto, exemplares que não se encontram presentes em nenhum plano e que deverão ter sido usados nos últimos anos de funcionamento dos supermercados, já na década de 1990. Assim, nestes anos, parece que a cor escolhida foi o verde. Neste tom, temos, então, um casaco de malha de lã (MLF.TEX.0088), quatro saias (MLF.TEX.0094, MLF.TEX.0095, MLF.TEX.0096 e MLF.TEX.0097), que presumimos serem das caixeiros, duas blusas de manga curta às riscas verdes e brancas (MLF.TEX.0089 e MLF.TEX.0091) e três camisas às riscas verdes e lilases - duas de manga comprida (MLF.TEX.0090 e

⁸⁵ Arquivo Histórico do Exército [online]. Disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/storageimage/?id=DISSEMINATION/48D69A0A55346628E0675755C98A11F0&proto=vault&>.

MLF.TEX.0093) e uma de manga curta (MLF.TEX.0092) -, todas de modelos diferentes apesar da partilha de cores e do padrão às riscas. Para usar nas saias, existem também dois cintos verdes do mesmo modelo (MLF.TEX.0098). Para além destas peças de uniforme, há também duas bolsas para colocar o dinheiro da caixa (MLF.TEX.0110 e MLF.TEX.0111).

Para além das fardas das caixeiras, há também dois aventais de tecido verde sarjado de algodão (MLF.TEX.0101); um avental branco de tecido plastificado, talvez usado nas zonas do talho ou peixaria, debruado a tecido verde; duas batas verdes de traçar (MLF.TEX.103 e MLF.TEX.104), quatro batas brancas de manga curta com debruados verdes nas mangas e na gola, bem como vivos verdes nos bolsos frontais (MLF.TEX.0105, MLF.TEX.0107, MLF.TEX.0108 e MLF.TEX.0109); uma bata branca com vivos verdes na gola, nos punhos e nos bolsos (MLF.TEX.0106) e dois casacos com vivos iguais à bata anteriormente descrita (MLF.TEX.0099 e MLF.TEX.0100). Identificámos, assim, no total vinte e cinco peças como fardas pertencentes aos supermercados, embora possam existir mais, se considerarmos também as batas azuis-escuras (MLF.TEX.0017, MLF.TEX.0018, MLF.TEX.0019, MLF.TEX.0020, MLF.TEX.0021, MLF.TEX.0022, MLF.TEX.0023 e MLF.TEX.0024), que sabemos terem vigorado para as caixeiras e das quais existem vários exemplares na colecção, embora estas também fossem usadas noutras funções, tornando assim difícil alocá-las a uma profissão específica.

4.5.7. Escolas e creches

No que toca às escolas e creches, a colecção revela-se mais rica do que os planos de fardamento de que temos conhecimento. Coincidente com o plano da década de 1980, temos apenas um exemplar de bata feminina aos quadradinhos castanhos e brancos (MLF.TEX.0129), que, segundo o plano supracitado, seria usada pelas vigilantes da escola primária. Também aos quadradinhos, mas não correspondendo a nenhum modelo do plano dos anos 80, temos dois exemplares de batas femininas em tons de verde e branco (MLF.TEX.0130 e MLF.TEX.0131). Existe ainda uma bata feminina branca com vivos na gola, bolsos e mangas em tecido azul às bolinhas brancas (MLF.TEX.132).

Apesar de não termos encontrado nenhum plano ou regulamento que estipulasse o uso obrigatório de bibes pelas crianças que frequentavam a creche da MM, a verdade é que temos vários exemplares que integram a colecção e que nos parecem de épocas

diferentes. Começamos pelo bibe azul-escuro que tem bordado MM a verde no lado esquerdo do peito. Este modelo de bibe, mais austero e com o bordado, leva-nos a crer que seriam fornecidos pela própria MM. Os desenhos de modelos de bibe da MM que encontrámos nas OGFE⁸⁶ também nos levam a acreditar que os bibes eram facultados pela MM (não sabemos se mediante algum tipo de pagamento exigido aos pais), por uma questão de homogeneização das crianças no recinto e em visitas externas. Analisando as seguintes fotografias, parece-nos que o uso de bibes iguais foi algo que se prolongou no tempo, no contexto da MM.



*Figura 11 - Alunos da MM com bibes iguais, cerca das décadas 70-80*⁸⁷



*Figura 12 - Alunos da MM com bibes iguais, datada de 2009*⁸⁸

⁸⁶ Vd capítulo III, subcapítulo 3.3.1. *Do projecto e da concepção*

⁸⁷ Fotografia E-06-17 do Arquivo do ML – núcleo da MM. Datação aproximada, calculada através do período de actividade do estúdio fotográfico.

⁸⁸ Fotografia E-06-14 do Arquivo do ML – núcleo da MM.

Existem, contudo, bibes que nos parecem mais recentes, talvez das décadas de 90 e início dos anos 2000. Contam-se entre estes: dois bibes às riscas azuis e brancas, um com o nome André Dias (MLF.TEX.0134), outro com o nome Inês (MLF.TEX.0133) bordados no peito; um bibe igualmente às riscas azuis e brancas, mas de diferente modelo e para crianças de idade inferior (MLF.TEX.0136); um bibe com o mesmo padrão e cores, mas de um terceiro modelo (MLF.TEX.0141); um bibe às riscas brancas e cor-de-rosa (MLF.TEX.140); outro às riscas brancas e vermelhas (MLF.TEX.0139); e outros dois azuis escuros às bolinhas brancas.

Para além das batas e bibes, integram ainda a colecção têxtil relacionada com as creches, exemplares bolsas para babete e um babete (MLF.TEX.0144), lençol e colcha (MLF.TEX.0145), capas de edredão (MLF.TEX.0142 e MLF.TEX.0143), confeccionadas com o mesmo tecido usado nos bibes MLF.TEX.0137 e MLF.TEX.0138) e respectiva fronha (MLF.TEX.0143).

4.5.8. Serviços médicos

Tanto os serviços médicos como o laboratório partilhavam o uso de batas brancas, pelo que os exemplares que integram a colecção podiam, na realidade, ter sido pertença de um ou de outro serviço. Existem, contudo, várias peças em que foi escrito a caneta de feltro no próprio tecido no interior das mesmas, que estas pertenciam aos serviços de saúde. Falamos de quatro chapéus em tecido branco sarjado (MLF.TEX.0161), quatro batas brancas de algodão sarjado a apertar à frente (MLF.TEX.0052, MLF.TEX.158, MLF.TEX.159 e MLF.TEX.160) e um género de túnica sem fechos ou botões confeccionada por Eduardo Martins e Companhia Lda (MLF.TEX.0157). Não identificada da forma acima mencionada como sendo pertença dos serviços de saúde, temos uma bata branca inventariada como MLF.TEX.0053, que talvez pudesse ter pertencido ao laboratório.

4.5.9. Outras peças

Encontrámos ainda alguns elementos isolados de fardas da MM dignos de nota, como, por exemplo, o barrete cinzento, confeccionado nas OGFE, que, de acordo com o símbolo metálico que consta na frente, pertenceu a um oficial veterinário e do qual não possuímos o restante conjunto (MLF.TEX.0166). No campo das batas encontramos uma bata castanha de cavas que aperta atrás (MLF.TEX.0080), peça única na colecção e que não corresponde a nenhum plano, mas talvez fosse usada na creche, dada a sua forma de abotoar, mais adequada a quem lida com crianças.

Importantes eram também os símbolos identificativos dentro da MM. Destes, para além dos já mencionados, destacamos o conjunto de símbolos da Administração Militar bordados – oito maiores (MLF.TEX.0210) e um mais pequeno (MLF.TEX.0211) – que eram usados, por exemplo, nas fardas das caixeiros do supermercado nos anos 1960 e noutras fardas de índole administrativa. Mais recentes são os quatro símbolos em formato de escudo com a roda dentada e a cornucópia sobre um fundo verde, usados com o mesmo propósito. Contamos também com três braçadeiras, uma preta com as letras “PU” (MLF.TEX.0208) e outras duas com letras bordadas a dourado, dizendo “MM Graduado de Assistência” (MLF.TEX.0205). Temos também duas placas metálicas identificativas, uma de uma escriturária, onde se lê “Escriturária 46” (MLF.TEX.0209) e outra de oficial, onde se lê “2.º Oficial 129” (MLF.TEX.0207). Caso singular é o de um alfinete para farda, onde encontramos símbolos da MM, da Administração Militar e da República Portuguesa.

Embora não se tratando de fardas, a colecção contém ainda outros elementos têxteis relacionados com o funcionamento da MM, como, por exemplo, um pano cru de grandes dimensões identificado como sendo pertença da fábrica de bolacha (MLF.TEX.0146) e um protótipo de bata em miniatura (MLF.TEX.0204), talvez feito por um qualquer fornecedor para exemplificar um modelo que visava propor e que, dada a ausência de fardamento que lhe seja similar, não terá ido avante.

4.6. Condições da reserva existente

As condições de reserva nem sempre foram as mesmas durante o período de elaboração da dissertação, mas tentaremos dar um panorama genérico, inspirados nos 10 Agentes de Deterioração⁸⁹. Aquando das primeiras visitas à MM, a colecção em análise encontrava-se na sala do primitivo núcleo museológico da MM, na ala sul. Algumas peças encontravam-se acondicionadas em *chariots*⁹⁰ e protegidas por bolsas individuais de plástico abertas em baixo. Estas eram, essencialmente, as réplicas das fardas de amanuenses dos anos 1920, da messe e da vigilância. Outras encontravam-se dobradas e acondicionadas dentro de sacos plásticos empilhados, contendo papéis que identificavam o conteúdo dos sacos⁹¹. Toda a colecção se encontrava junto a uma janela e não beneficiava de nenhum tipo de controlo específico relativamente aos agentes de

⁸⁹ V.d. Canadian Institute of Conservation [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>. [Consultado a 29/01/2022].

⁹⁰ Ver anexo 6

⁹¹ Ver anexo 7

deterioração. Em resumo, as condições de reserva não eram de todo apropriadas, especialmente para uma colecção têxtil.

No seguimento do início das obras de reabilitação e adaptação previstas para o edifício onde se encontravam as peças⁹², em Setembro de 2021, os bens que integravam a colecção mudaram de imóvel, tendo sido albergadas no 3.º piso do antigo edifício dos Serviços Gerais, localizado na ala norte da MM. Trata-se, ainda assim, de uma reserva provisória, encontrando-se prevista que a futura reserva se desenvolva dentro dos parâmetros estipulados no programa museológico, referido no capítulo II. A colecção de fardas ganhou então uma sala própria, designada sala 8. Todas as salas são na realidade delimitadas por divisórias de escritório pré-existent, feitas em alumínio e vidro, tendo também chão em corticite. Esta sala tem uma grande janela de vidro simples e caixilharia antiga de alumínio, não constituindo, portanto, uma barreira eficaz à entrada de poluentes e outros agentes de deterioração, falhando igualmente no papel que poderia desempenhar na estabilização da temperatura e humidade relativa. Por forma a reduzir o impacto da luz e da temperatura, as janelas foram dotadas de cortinas pretas, em feltro, proporcionando a filtragem da luz, em especial dos raios UV, cujos danos numa colecção de têxteis são irreversíveis. Inicialmente não existia uma monitorização da humidade relativa ou da temperatura activa, nem qualquer medida de controlo de pragas implementada, sendo que esta situação foi, entretanto, corrigida. A sala encontra-se agora devidamente climatizada com um novo equipamento de ar condicionado Daitsu⁹³, existindo também armadilhas para pragas, nomeadamente traças. No que toca à possibilidade de dissociação ou eventual perda, estas são agora mais reduzidas, uma vez que a colecção se encontra inventariada e fotografada, sabendo-se com certeza os elementos pertencentes a cada peça, bem como quantas compõem o acervo. A nível de segurança e protecção contra furtos e vandalismo, o facto de ainda haver o estigma de estarmos num espaço militar, completamente murado e com entradas com vigilância, inclusive nocturna, faz com que o risco seja mais reduzido no que toca a este factor. Contudo, não existem, na realidade, mecanismos electrónicos de detecção, quer seja de invasores, quer seja de fumo em caso de incêndio. As portas que dão acesso à reserva encontram-se fechadas à chave e o edifício já tem actualmente um plano a cumprir em

⁹² Vulgarmente designado “Edifício do Relógio”, que, no âmbito do projecto HCB, será afecto à função de *co-living*.

⁹³ Temperatura encontra-se a 20º-21º.

caso de incêndio, bem como um plano de evacuação, tendo sido igualmente dotado de extintores de água e CO₂.

A colecção encontra-se acondicionada em suportes verticais – dois dos *chariots* anteriormente referidos – e em suportes horizontais - um móvel em metal com gavetas, próprio para o acondicionamento de colecções museológicas, e dois armários em madeira, vidro e metal, que advêm de um reaproveitamento de antigas vitrines do supermercado⁹⁴. No caso das peças que se encontram nos suportes verticais (apenas vinte e duas peças), manteve-se o uso dos cabides e das bolsas de plástico abertas em baixo em torno das peças. Relativamente aos suportes horizontais, todas as peças foram acondicionadas com o mínimo de dobras possíveis e envoltas em papel *acid free*. O espólio foi dividido por secções às quais correspondem números, iniciando sempre com “8”, devido ao facto de este ser o número da sala em que se encontram. As peças foram agrupadas de acordo com o local de trabalho a que pertenciam, organizando-se assim da seguinte forma:

8.01 – Vigilância e bombeiros

8.02 a) – Indiferenciados, Oficinas e Armazéns

8.02 b) – Fábrica de Pão

8.03 a) – Fábrica de Moagem

8.03 b) – Fábrica de Massa e Fábrica de Café

8.04 a) – Supermercados

8.04 b) – Messe

8.04 c) – Fábrica de Bolacha

8.05 a) – Supermercados

8.05 b) – Escola e Creche

8.05 c) – Serviço de saúde e barretes

8.06 – Sem espólio, aguarda chegada de um armário de gavetas igual ao 8.07

8.07 a) – Aventais e saíotes

⁹⁴ Ver anexo 8.

8.07 b) – Réplicas de fardas das amanuenses anos 20 do século XX

8.07 c) – Réplicas de fardas das amanuenses anos 20 do século XX

8.07 d) – Fardas das administrativas anos 50 e anos 70 do século XX

8.07 e) – Fardas das administrativas e empregadas de mesa

8.08 – sem espólio; funciona, presentemente, como *chariot* de serviço no caso de ter de ser feita alguma intervenção

8.09 – Recepção da messe, Empregado(a) de Mesa e Supermercado

As secções 8.01, 8.08 e 8.09 correspondem aos *charriots*. As letras correspondem a gavetas no caso da secção 8.07 e a prateleiras dos suportes horizontais no caso das restantes. É importante ressaltar que todas as peças se encontram num bom estado de conservação, não tendo sido verificada a presença de qualquer praga activa. Denotam-se essencialmente algumas marcas de humidade e de uso em algumas das peças, verificando-se também alguns buracos ou mesmo sujidade, como, por exemplo, vestígios de massa nos blusões brancos.

Em suma, o edifício e a sala em questão foram adaptados da melhor maneira possível, sem acarretar custos avultados, uma vez que se trata de uma situação provisória, mas consiste, ainda assim, numa reserva com algumas deficiências, embora, naturalmente, melhor do que o espaço anterior onde se encontravam as peças.

4.7. Contributos para um plano de conservação preventiva

Nesta secção pretendemos apresentar alguns contributos para um possível plano de conservação preventiva a aplicar a esta colecção de fardamento, que, fora o contexto de exposição temporária que mais à frente proporemos, permanecerá maioritariamente em reserva. Como sabemos, os planos de conservação preventiva são, normalmente, pensados para todo o museu e não apenas aplicados a uma das suas colecções. Contudo, uma vez que o âmbito deste trabalho é restrito a esta colecção em específico e não ao acervo global do museu, elaboraremos uma análise e um plano de acção, tendo em conta as necessidades concretas desta colecção apenas. O plano de conservação preventiva pressupõe a criação de um conjunto de estratégias, delineadas por via de uma identificação dos riscos, análise cuidada das necessidades do acervo e avaliação de

todos os factores, visando prolongar a vida útil do acervo em boas condições e evitar a necessidade de intervenções de conservação curativas, mais invasivas e dispendiosas⁹⁵.

Com base nos dez agentes de deterioração definidos pelo Instituto Canadano de Conservação⁹⁶, faremos a nossa análise e apresentação de sugestões para prolongar a longevidade da colecção quando em reserva, sendo que, como sabemos, regra geral, a degradação das colecções têxteis está maioritariamente associada à proliferação de pragas, à ausência de estabilidade de condições de temperatura, humidade relativa e luz, ao deficiente acondicionamento e manuseamento, e, claro, à natural deterioração das peças com o passar do tempo (Mota, 2015, s.p.).

De acordo com o programa museológico gizado, a área das reservas deverá localizar-se no edifício do museu⁹⁷, ocupando parte do espaço a que correspondia ao sector da limpeza, nos pisos 1 e 2 (Folgado, 2020, p. 102), o que favorece a prevenção do risco de inundação e humidades provenientes do solo. O projecto de arquitectura deverá coadunar-se com o disposto no programa museológico, contudo, aquele encontra-se à data ainda em vias de execução. Partindo do pressuposto que haverá poucas alterações ao espaço, uma vez que será o museu que se terá de adaptar ao espaço industrial que pretende patrimonializar, podemos já principiar com a caracterização desta primeira barreira de protecção da colecção, face à sua envolvente.

O edifício que albergará o novo núcleo do ML encontra-se perto do Tejo, já em território conquistado ao rio, o que poderá vir a ser um problema com a subida do nível médio das águas do mar, em virtude das alterações climáticas, estando também, naturalmente, exposto a níveis de humidade elevados. Possíveis infiltrações pré-existentes deverão ser solucionadas nesta fase de obra, havendo também necessidade de prever onde estarão as condutas e canos, por forma a evitar possíveis problemas futuros relacionados com fuga de água e consequente dano às peças (no caso de têxteis: manchas de água, adulteração da cor, perda de flexibilidade...) (Tremain, 2018), bem

⁹⁵ De ressaltar que, é importante que os planos de conservação preventiva sejam elaborados por uma equipa multidisciplinar, sejam do conhecimento de todos os colaboradores e sejam revistos periodicamente. Assim, sendo a presente dissertação um trabalho individual, elaborado por uma mestranda em Museologia, sem formação em Conservação e Restauro, será sempre necessário aprofundar e complementar a abordagem concisa aqui exposta, antes de pôr em marcha qualquer prática.

⁹⁶ Vd. Canadian Institute of Conservation [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>. [Consultado a 29/01/2022].

⁹⁷ No entanto, devido à pequena dimensão do espaço, dentro do museu, destinado à reserva e à quantidade/dimensão das peças, está ainda em consideração a possibilidade de a reserva ser mantida na ala norte, onde há uma maior disponibilidade de espaço, havendo, ainda assim, proximidade ao espaço museológico.

como uma difícil manutenção das infra-estruturas. Em caso de catástrofe relacionada com terramoto e/ou maremoto, infelizmente encontra-se numa localização pouco favorável, onde se prevê que o grau de destruição e perda possa ser elevado.

O museu encontra-se completamente rodeado de outros edifícios, não sofrendo tão directamente os efeitos da poluição causada pelo tráfego automóvel. Ainda assim, no caso em que venha a ser instalado um sistema AVAC, aconselha-se a troca regular de filtros, por forma a minorar a possível entrada de poluentes por essa via⁹⁸, sendo também recomendável, a monitorização regular, pois, no caso dos têxteis, a poluição causa a acidificação das fibras, enfraquecendo-as, desvanecendo a sua cor ou levando mesmo à sua desintegração (Dancause, Wagner e Vuori, 2020). Este sistema é também importante para assegurar a ventilação do espaço, importante para evitar proliferação de pragas nos têxteis. Não podemos esquecer que os próprios elementos de construção e de acondicionamento, como também outras peças de materiais podem, através de processos químicos, libertar poluentes e compostos orgânicos voláteis, o que nos leva a frisar a complexidade do processo de instalação de um museu e da gestão logística da sua reserva.

As pragas mais usuais nos têxteis são as comumente designadas por traças e os *Anthrenus verbasci*, uma vez que os têxteis lhes proporcionam alimentação e abrigo ideais (Dancause, Wagner e Vuori, 2018). Contudo, os peixinhos-de-prata e as baratas também constituem uma ameaça aos têxteis. De forma a detectar a presença de pragas é aconselhado o uso de armadilhas e a monitorização regular das mesmas para assegurar que não existem pragas activas e/ou para identificar as que se registem.

No que toca à temperatura e humidade relativa, é muito importante que ambas sejam monitorizadas regularmente de forma a perceber as flutuações diárias, semanais, mensais e anuais, actuando em prol de uma estabilização das condições ideais para a colecção. No caso dos têxteis, tem-se vindo a convencionar no campo museológico que os valores a ter em conta no que toca à temperatura devem rondar os 18º e os 21º, de forma a evitar pragas e aparecimento de bolor, acompanhada por uma humidade relativa (HR) de cerca de 45-55%. Valores de HR superiores podem causar o aparecimento de fungos, bolor, manchas e provocar corrosão de elementos metálicos, caso as peças os tenham, e, por seu turno, valores inferiores são igualmente nocivos pela possível perda

⁹⁸ Esta é uma prática regular no Museu Nacional dos Coches, cuja posição geográfica é similar à do novo núcleo museológico do ML, caso de estudo também analisado pela discente no âmbito da unidade curricular de Inventariação e Conservação de Colecções do mestrado em Museologia.

de elasticidade e quebra das fibras (Staniforth, 1992). Caso não seja instalado um sistema AVAC, o uso de termohigrómetros para monitorização e de desumidificadores nas salas, bem como bolsas de sílica gel (não em contacto directo com as peças) é extremamente recomendado com vista à estabilização da HR. Uma HR e uma temperatura superior à recomendada pode gerar as condições ideais à proliferação de fungos e outros micro-organismos, levando ao aparecimento de manchas e à quebra das fibras (Correia, 2015, p. 14).

No que toca à limpeza da sala, é basilar instruir os funcionários da limpeza sobre o que limpar e os produtos a usar. Apenas o espaço físico da reserva deve ser limpo por estes, como, por exemplo, o chão e devem ser utilizados produtos neutros, sempre que possível evitando o uso de água, uma vez que os têxteis são materiais higroscópicos⁹⁹. Todos os membros da equipa do museu, inclusive as equipas de limpeza, que, não raras vezes, são subcontratadas, são importantes para a preservação do acervo, devendo alertar caso detectem alguma anomalia ou presença de pragas durante o processo de limpeza. Há que distinguir, contudo, o processo de limpeza normal, do processo de limpeza das peças e de monitorização das mesmas, que deve ser executado apenas pela equipa responsável pela conservação preventiva, estabelecendo uma regularidade para a vistoria das peças (a execução anual deste processo é recomendada¹⁰⁰) e para a limpeza das mesmas, por exemplo, de dois em dois anos.

Recomenda-se que a sala de reservas tenha sempre as luzes desligadas, uma vez que as luzes têm uma acção contínua e irreversível nas peças, em especial nos têxteis, deteriorando a sua cor e as suas fibras. O interruptor deve localizar-se imediatamente junto à porta, por forma a evitar danos nas peças inadvertidamente causados pelos funcionários. Caso haja luz natural, as janelas devem não só estar muito bem isoladas para evitar variações de temperatura, entrada de água das chuvas, poluentes ou pragas, como devem estar tapadas com cortinas *blackout*.

Relativamente ao elemento fogo, é primordial que o edifício seja dotado de sistema de detecção de incêndios, inclusive e especialmente nas reservas, uma vez que dada a maior quantidade e proximidade dos objectos neste espaço, a combustão acaba por ser mais acelerada e facilitada. Com o intuito de evitar curtos-circuitos, é muito

⁹⁹ Absorvem água e libertam água de acordo com as variações de HR e temperatura, o que causa pressão nas fibras.

¹⁰⁰ Michalski, S. (2018). Basic requirements of preventive conservation. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/basic-requirements-preventive-conservation.html>. [Consultado a 16/04/2021].

importante que toda a instalação eléctrica antiga seja substituída por uma nova, mais eficiente e moderna. Os procedimentos a adoptar em caso de incêndio ou de catástrofe natural devem ser definidos e ser conhecidos por toda a equipa.

A segurança é um elemento fundamental para qualquer museu, sendo que a mesma é muitas vezes assegurada por elementos de empresas subcontratadas, que deverão também ser instruídos sobre as especificidades do espaço que visam proteger, para além de ser extremamente aconselhável a instalação de um sistema de videovigilância. O espaço das reservas não deverá nunca ser de fácil acesso aos visitantes, aconselhando-se um sistema de destranque de porta mediante a passagem de cartão ou a digitação de código ou a leitura de dados biométricos para aceder a esta área restrita do museu¹⁰¹.

Numa colecção de fardas, o perigo de dissociação é uma realidade, especialmente quando falamos de fardas que são compostas por mais do que uma peça e que, naturalmente, sem todos os elementos que as compõem ficarão para sempre incompletas. Deste modo, para evitar a dissociação, é imprescindível que conste a informação sobre relação das peças entre si em cada uma das fichas de inventário para que se possam sempre associar e entender como parte integrante de um conjunto. Tal trabalho encontra-se já feito e deverá ser preservado e continuado. Para tal é também necessário que as peças não percam as etiquetas com o número de inventário que as identifica. A documentação sobre a colecção e todos os processos que a mesma sofreu é de suma importância para que não se perca o rasto das peças ou partes das mesmas. Idealmente, não deveríamos demorar mais de três minutos a identificar onde está a peça, através da informação contida em sistema (Michalski, 2018).

O correcto acondicionamento e manuseamento das peças contribui de forma muito positiva para o aumento da durabilidade dos bens. No caso dos têxteis, tal reveste-se de ainda uma maior importância pela fragilidade das matérias-primas e pela familiaridade com que muitas vezes são manuseados, ao contrário do que acontece com uma pintura, por exemplo (Dancause, Wagner e Vuori, 2018). Assim, no que toca ao acondicionamento, as peças deverão ter o menor número de dobras possível, aspecto que já se teve em conta na reserva provisória, contando com pelo menos uma camada protectora de papel *acid free*, de forma a evitar a deposição de poeiras e dificultar a

¹⁰¹ Vd. Canadian Conservation Institute [online]. *Agent of Deterioration: Thieves and Vandals*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html>.

entrada de agentes de deterioração, tendo espaço entre peças (não deveria ser necessário desviar mais do que duas peças para retirar a que queremos) (Michalski, 2018). O acondicionamento pode ser feito na horizontal ou na vertical, em cabides almofadados, em armários próprios para o efeito (evitando a madeira), sendo preferível a primeira hipótese para evitar tensão nas fibras com o normal efeito da gravidade. No caso dos acessórios, como, por exemplo, chapéus, o acondicionamento deve ser feito recorrendo a suportes que permitam manter a sua configuração de uso. Não havendo suportes disponíveis, recomenda-se o seu preenchimento com papel *acid free* para assegurar a manutenção da forma¹⁰². Qualquer que seja o tipo de acondicionamento do acervo têxtil, para além de estar sempre envolto numa primeira camada protectora, nunca deve tocar no chão ou nas paredes do edifício, estando o mais longe possível das janelas, pelos efeitos nocivos da luz, mas também pelas variações de HR e temperatura. Estes são aspectos que à data já estão a ser tidos em atenção na reserva provisória, devendo manter-se e se possível melhorar no próximo espaço destinado a albergar as peças em reserva. As peças devem ser manipuladas cuidadosamente pelos seus pontos menos frágeis, uma de cada vez, com a ajuda de suportes específicos para o transporte entre a reserva e o local de intervenção ou exposição, sendo que o caminho deve estar livre de obstáculos (Mason, 2018).

CAPÍTULO V – PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “TANTAS FARDAS, TANTAS HISTÓRIAS”

5. Faseamento da exposição

De forma a apresentar uma proposta de exposição com base no acervo estudado com a maior coerência possível e demonstrando, desde já, a viabilidade da mesma, recorreremos à sugestão de faseamento avançada por David Dean na sua publicação *Museum Exhibition - Theory and Practice*. Segundo este autor, o planeamento de uma exposição deve dividir-se em quatro fases principais: fase conceptual, fase de desenvolvimento, fase funcional e fase de avaliação (Dean, 1996, p. 9).

¹⁰² Vd. Canadian Conservation Institute [online]. Storage for Costume Accessories – Canadian Conservation Institute (CCI) Notes 13/12. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/conservation-preservation-publications/canadian-conservation-institute-notes/storage-costume-accessories.html>.

5.1. Fase conceptual

Segundo Dean, na fase conceptual devemos debruçar-nos sobre as ideias que temos para a exposição, avaliando a exequibilidade das mesmas, o interesse do público, a forma como as ideias se coadunam com a missão do museu, entre outros factores que contribuirão para a eleição da melhor ideia¹⁰³.

No caso da exposição que aqui se propõe, numa primeira fase, pensámos em apresentar uma abordagem transversal da colecção estudada, com o intuito de proporcionar ao visitante uma perspectiva global das profissões e das fardas de cada secção da MM, fazendo como que uma visita guiada pelas instalações, encontrando pelo caminho as fardas usadas em cada secção. Equacionamos também complementar a perspectiva acima com outras peças do acervo do museu. Por exemplo, na secção relacionada com as creches e escolas, colocar também em exibição uma carteira de escola e um cavalinho de baloiço, de forma a melhor enquadrar as peças centrais, dando também visibilidade a peças que provavelmente nunca sairão das reservas. Esta ideia implicaria, contudo, o estudo dessas peças complementares, o que extravasaria largamente o âmbito e objectivos deste trabalho académico. Nesta demanda por um afunilamento, pensou-se também em escolher apenas uma secção, por exemplo, apenas a área fabril, mas tal implicaria deixar uma grande parte da colecção de fora. Por fim, eis que surgiu a ideia de focar a atenção no género do trabalhador, sendo que a mulher civil, enquanto trabalhadora num organismo de índole militar, pareceu-nos um tema interessante e inexplorado, o que permitiria com a colecção que detemos, propor uma exposição inédita.

5.1.1. Título, missão e objectivos

A exposição temporária que aqui se propõe intitular-se-ia “Tantas fardas, tantas histórias – A Manutenção Militar no feminino”, com vista a deixar clara a tipologia de peças que o visitante encontrará em exibição, deixando igualmente patente a ideia de que a exposição vai muito para além da componente têxtil, visando igualmente elucidar sobre o papel ocupado pelas mulheres que laboraram na instituição. A exposição terá como missão promover o conhecimento sobre a dimensão civil feminina da Manutenção Militar de Lisboa, através das fardas usadas pelas trabalhadoras nos vários departamentos do complexo, contribuindo para a preservação e divulgação deste acervo

¹⁰³ De ressaltar que este processo não deve ser feito apenas por uma pessoa, devendo sim emergir do *brainstorming* entre vários funcionários do museu.

único. Infelizmente não detemos exemplares de todas as fardas, nem de todos os departamentos em que laboraram mulheres na MM, como analisado nos capítulos III e IV.

Os objectivos da exposição serão:

- Informar o público sobre a laboração de civis, numa estrutura militar, especialmente do sexo feminino, nas mais diversas funções da extinta MM de Lisboa, explorando esta vertente sociológica;
- Dar a conhecer os departamentos da MM de Lisboa e as fardas femininas usadas em cada um dos mesmos;
- Elucidar sobre as preocupações de *design*, funcionalidade e hierarquização dentro do complexo da MM de Lisboa;
- Explicitar a importante articulação entre as OGFE e a MM de Lisboa, com especial enfoque no processo faseado da criação de fardas de acordo com as necessidades do trabalho a desempenhar;
- Consciencializar para a importância do património industrial, nomeadamente o tipo de peças em apreço, que constituem uma colecção de enorme relevância pela sua raridade;
- Valorizar a história local da zona oriental de Lisboa, através da exploração das várias dimensões desta colecção de património industrial;
- Ampliar e complementar a oferta já existente por parte da instituição – Museu de Lisboa – nomeadamente através da proposta de itinerância para a exposição temporária.

5.2. Fase de planeamento

É na fase de planeamento que daremos vida à ideia escolhida e se colocará em prática o que até aí foi apenas teoria, havendo muitas vezes necessidade de fazer ajustes ao plano inicial. Nesta fase mais estrutural, temos um primeiro momento de maior planificação, onde entram a pesquisa, o *design*, a escrita dos conteúdos, entre outros aspectos, e um segundo momento, já mais relacionado com a produção propriamente dita, passando pela conservação preventiva e curativas das peças, transporte, negociações com outras instituições (nomeadamente, Arquivo Geral do Exército,

Arquivo Histórico do Exército, Museu Militar e OGFE, neste caso), preparação do espaço, das actividades educativas, etc (Dean, 1996, pp. 15-16).

5.2.1. Tempo, recursos e meios

Propomos uma duração de seis meses para a exposição em referência no Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem da Manutenção Militar, podendo seguir, posteriormente, em itinerância para outros núcleos museológicos, como o MUDE e/ou Museu Militar de Lisboa/ Núcleo do Fardamento. A exposição deverá ser antecedida de um período de preparação de cerca de 4 meses, essencial para a definição e a produção da museografia que deverá ser simples e com um custo relativamente baixo, dado que um dos objectivos é que esta proposta expositiva seja itinerante e é de carácter temporário. Os recursos financeiros disponíveis terão, naturalmente, de ser avaliados aquando da decisão de colocar em marcha o plano, encetando também aí contacto com as empresas que normalmente costumam executar a museografia das exposições temporárias dos outros núcleos do ML. Neste período de preparação deverão igualmente ser efectuados os necessários contactos com as OGFE, o Arquivo Geral do Exército e o Arquivo Histórico do Exército para solicitar o empréstimo de alguns elementos de interesse para complementar a exposição que se encontram na sua posse. Do ponto de vista do pessoal, pelo menos um vigilante da equipa do museu deverá estar permanentemente na sala, sendo este espaço integrado na escala diária de rotatividade de pessoal pelos vários núcleos dentro do museu.

5.2.2. Espaço

Segundo o plano museológico delineado, o Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem da Manutenção Militar será dotado de uma sala específica para as exposições temporárias, que se localizará na cave da técnica da área da moenda (Folgado, 2020, p. 90). Este espaço é resultado das últimas obras realizadas na moagem e inauguradas em 1972 e foi escolhido pela vantagem ter um acesso directo, podendo os visitantes visitar apenas a exposição temporária, caso assim queiram. Contudo, dadas as suas características, permite que qualquer que seja a exposição temporária se integre no espírito fabril do lugar. Abaixo colocamos um esquema da planta do piso -1 onde se localiza a sala em apreço, assinalada a verde-seco.



Figura 13 - Planta do piso -1 com área de exposições temporárias assinalada (Folgado, 2020, p. 101)

Infelizmente, ao dia de hoje, dado ser um processo em construção, o espaço destinado a este tipo de eventos, ainda não foi objecto de intervenção arquitectónica, relacionada com o desenvolvimento do programa museológico, pelo que se torna difícil fazer uma projecção efectivamente realista da disposição de peças no espaço, da iluminação e de todos os aspectos inerentes à museografia. Ainda assim, foi realizada uma visita ao espaço, estando este ainda sem qualquer tipo de obra de adaptação executada à data. Trata-se de um espaço comprido e relativamente estreito, com alguma luz natural, proveniente das janelas posicionadas na parte superior das paredes do lado direito, estando estas ao nível do chão no que toca ao exterior. Existe, neste momento, uma parede que será retirada aquando da intervenção no edifício e que divide este espaço longitudinal.



Figura 14 - Área de entrada da sala das exposições temporárias



Figura 15 – Restante espaço destinado às exposições temporárias ¹⁰⁴

Uma vez que o museu abra ao público, o espaço destinado a albergar a exposição temporária aqui proposta, ou outras, estará já devidamente equipado para o efeito, pelo que não serão necessárias obras adicionais de adaptação do espaço, cabendo à museografia adaptar-se ao local designado. Abaixo apresentamos de uma forma esquemática a área de exposições temporárias:

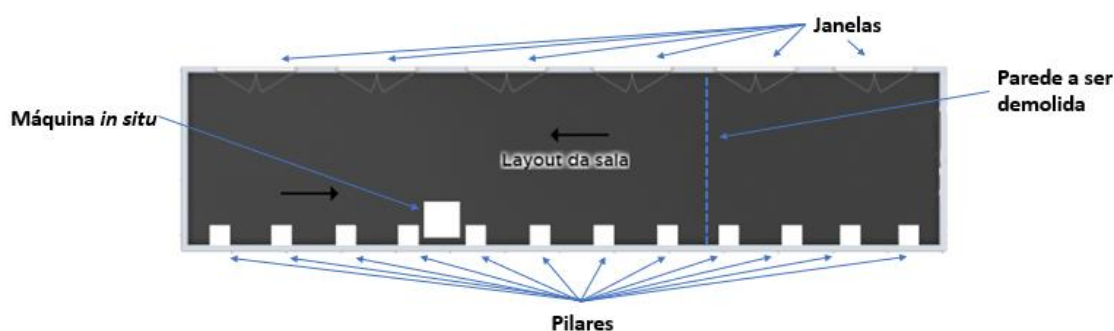


Figura 16 - Características físicas da sala de exposições temporárias

5.2.3. Museografia

No que toca à museografia, acreditamos que a mesma deverá proporcionar uma leitura clara e real das peças, colocando-as à mesma altura do visitante, por uma questão de escala e associação ao objecto exposto, havendo apenas uma plataforma/estrado, que

¹⁰⁴ Na figura 17 podemos ter uma noção das dimensões e características do espaço, sendo importante referir que a máquina de cor verde será o único elemento que permanecerá no local. Na figura 16 encontramos uma sala que antecede a da figura 17, onde se encontra actualmente uma parede que será demolida, ampliando assim o espaço expositivo, tornando-o ainda mais longitudinal. Fotografias da autora.

marca a separação do espaço de exposição para o espaço do visitante. Os equipamentos a utilizar para expor as peças devem ser seguros, neutros, estáveis, funcionais, resistentes e compatíveis com a colecção (Camacho, 2007, p. 71). Para a exposição das fardas, tendo em conta a sua tipologia e função, sugerimos que as mesmas sejam colocadas em cabides almofadados, pendurados em cabides de vestiário, uma vez que os funcionários não podiam usar as fardas fora dos postos de trabalho e teriam um local próprio para deixar a sua roupa e vestir a farda. Esta ideia expositiva visa normalizar a peça, dar-lhe um contexto e aproximar o visitante do dia-a-dia do trabalhador. Para isto, seriam necessários cinco cabides de vestiário, dividindo as fardas por profissões ou departamentos, onde a presença feminina se fez sentir e dos quais temos fardas na colecção: “Amanuenses, dactilógrafas, telefonistas e empregadas de escrita”, “Operárias e embaladeiras”, “Auxiliares de educação”, “Caixeiras” e “Empregadas de mesa”. Entre os expositores deverão constar os painéis informativos em MDF ou noutro material adequado, onde se encontram também as tabelas. A par das fardas seleccionadas, a presença de alguns documentos, como desenhos e amostras de tecidos, poderiam ser enriquecedoras, apresentando-se num grande suporte horizontal semelhante a uma mesa, que funcionaria como vitrine. No final da exposição, em vez do habitual livro de comentários, colocaríamos à disposição *post-it* para que as pessoas possam deixar os seus comentários de uma forma mais interactiva.

5.2.3.1. Iluminação

A luz é essencial para apreendermos a essência das peças e da exposição no seu todo, sendo, portanto, um elemento-chave para o seu melhor entendimento. Tratando-se de uma colecção de vestuário e, portanto, de têxteis, a escolha da iluminação a utilizar na exposição reveste-se de particular relevância. Os têxteis são materiais frágeis e a luz contínua, seja ela proveniente de fontes naturais ou artificiais, tem efeitos nefastos e irreversíveis, tanto na cor como nas fibras, principalmente devido aos raios UV. Assim, para a exposição deverão ser escolhidas luzes led, cujo baixo consumo energético se coaduna com as preocupações ambientais transversais a qualquer instituição, permitindo também uma iluminação adequada e menos agressiva para as peças, especialmente no que toca aos raios UV. A iluminação da exposição deverá pautar-se por níveis máximos de cerca de 50 lx. Tendo a exposição uma duração aconselhada de seis meses, estaremos a falar de uma exposição de cerca de 25 000 lx.hora durante este período, se mantivermos os 50 lx durante 8 horas por dia (Vajão, 2015 p. 62). Por motivos de

economia de energia e minimização de danos causados nas peças, a introdução de detectores de movimento poderia ser uma possibilidade viável. Neste caso, manter-se-ia sempre activa a luz ambiente difusa nas sancas e vitrines e, assim que o movimento fosse detectado, accionar-se-iam as luzes led e/ ou fibras ópticas de realce que se encontram mais próximas das peças (Vajão, 2015, p.63).

A iluminação dos textos deverá ser efectuada por via de projectores colocados em calha no tecto a uma distância de cerca de um metro, por forma a fazer um ângulo de 30° entre o local onde a luz incide e onde o leitor se encontra, permitindo ler toda a extensão do texto com a luz a incidir mais ou menos na linha dos olhos (1,30m-1,55m) (Vajão, 2015, p. 181). As tabelas que acompanham as peças deverão também elas ter uma luz própria para facilitar a leitura.

Apesar da localização da sala, como vimos, a mesma tem janelas, devendo estas ser dotadas de filtro UV para um maior controlo da incidência luminosa. A monitorização regular por via de luxímetros é aconselhada, não só para esta exposição como para outras no mesmo espaço, até para que se possa fazer um estudo de impacto e ajustar o que for necessário.

5.2.3.2. Conteúdos textuais e audiovisuais

Os conteúdos textuais estariam essencialmente intercalados com os expositores e nas tabelas. É importante que os conteúdos se encontrem pelo menos em português e em inglês para uma maior abrangência de públicos. Assim que o visitante entra na área expositiva, deparar-se-ia com um painel introdutório de grandes dimensões à sua direita- Do lado direito de cada expositor encontrar-se-ia um painel informativo sobre as fardas expostas e a profissão dos funcionários que as envergaram, assim como as tabelas do respectivo expositor. Na mesa vitrine documental, as tabelas encontrar-se-iam junto às peças, dentro da própria mesa vitrine. Para as tabelas, sugere-se a apresentação estética das mesmas como se de amostras de tecido se tratassem (em diversas cores ou só em branco para facilitar a leitura), apresentando a informação essencial. Mediante a necessidade ou interesse, por forma a não carregar a tabela com demasiada informação, poderia ser colocado um *QR code* que daria acesso ao visitante a informação complementar. Abaixo colocamos uma tabela-tipo, por forma a melhor exemplificar a ideia:



Figura 17 - Exemplo de tabela

No que diz respeito aos elementos audiovisuais, gostaríamos de colocar um elemento interactivo digital logo à entrada da exposição, intitulado “Vista a sua farda”, onde o visitante fosse interpelado a escolher uma farda das que compõem a colecção e simular que a está a usar para entrar na exposição, tirando uma fotografia. Elementos similares ao que se propõe podem ser encontrados no Museu dos Descobrimentos de Belmonte e no Museu da Moda e dos Têxteis em Vila Nova de Gaia (neste caso simula o uso de brincos de Viana do Castelo). Neste caso, pretende-se ir um pouco mais além e conectar este equipamento ao último ponto da exposição, onde poderiam ir passando as fotografias tiradas naquele primeiro ponto, sendo também possível enviar essas mesmas fotografias por email para os visitantes, como acontece os aparelhos *Tomi*, espalhados um pouco por toda a cidade de Lisboa. Com isto, pretendemos uma vez mais aproximar a colecção do visitante, proporcionando uma associação com a mesma, ao mesmo tempo que propicia um tipo de visita mais interactiva e divertida.

Gostaríamos também de integrar uma mesa digital com conteúdos textuais que fornecessem informações de diversas tipologias ao visitante, apresentando a “MM e as fardas no feminino”. Nesta mesa, o visitante poderia clicar quer quisesse ver documentação em pormenor, fotografias ou outro tipo de conteúdo. Para além deste elemento e numa óptica de apelo aos sentidos, igualmente usando o eixo central, gostaríamos de colocar uma vitrine aberta com amostras dos tecidos das fardas para que os visitantes possam tocar e sentir as texturas. Isto serve não só para que o comum visitante possa conhecer melhor as peças e tenha a sua curiosidade saciada, dissuadindo-

o, em certa medida, de tocar nas peças, como também torna a exposição acessível a outros públicos, nomeadamente os visitantes cegos.

Acreditamos que seria enriquecedor colocar uma colectânea de pequenos relatos na primeira pessoa, concedidos por ex-funcionários sobre as fardas que usavam no desempenho das suas funções, preferencialmente com imagem, que estaria na primeira parte da exposição. Por forma a apelar ao sentido da audição, seria interessante que, de cinco em cinco minutos, se ouvisse um som que aludisse a uma profissão. Por exemplo, o barulho da máquina de escrever, o telefone a tocar, o “bip” característico das caixas de supermercado, o som da contagem de dinheiro, o barulho do manear de pratos e talheres, o rir ou chorar das crianças, bem como o som do embalamento dos produtos e dos tapetes rolantes.

5.2.3.3. Percurso aconselhado

Sem prejuízo da exposição temporária aqui proposta poder vir a beneficiar de alguma itinerância por outros espaços museológicos, é nosso intuito neste trabalho projectar a exposição, tendo em mente a sala de exposições temporárias do Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem da Manutenção Militar. Espera-se que a própria museografia elucide de forma clara o percurso a seguir pelo visitante, uma vez que temos apenas uma entrada com uma parede falsa, que conduz o visitante a um elemento interactivo. Segue-se a primeira parte da exposição, onde o visitante deverá fazer a exploração de ambas as mesas pela ordem em que estas se apresentam e dos restantes elementos pela ordem que escolher. Passada uma barreira de tecido, o visitante entra na segunda parte da exposição, onde encontra as fardas propriamente ditas e a mesa vitrine documental, com as restantes peças que detalharemos no subcapítulo 5.2.5.. Aqui, o visitante é direccionado pela museografia para fazer a visita da direita para a esquerda, num percurso circular, em volta da mesa vitrine, saindo da exposição pela esquerda.

Por forma a proporcionar uma ideia visual mais concreta da nossa proposta para a museografia do espaço, apresentamos o esquema abaixo:

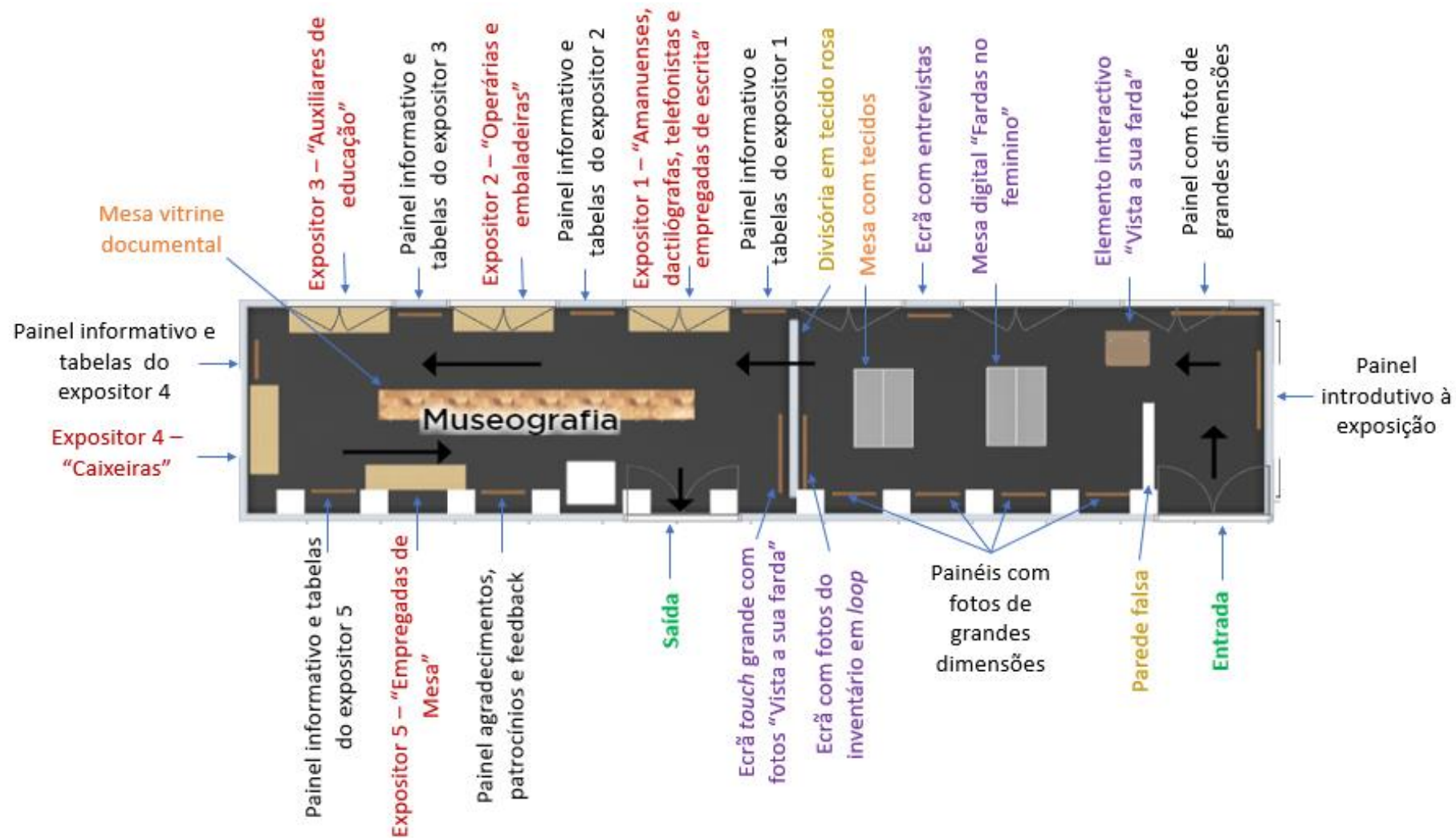


Figura 18 - Esquema da museografia delineada

5.2.4. Peças a expor

As peças escolhidas para integrar a exposição pretendem ilustrar a presença da mulher nos mais diversos departamentos e a sua evolução ao longo dos tempos na MM. Assim as fardas são simultaneamente o ex-libris da exposição e o ponto de partida para a exploração da dimensão feminina neste estabelecimento fabril. As peças escolhidas resultam de uma selecção cuidada, que visa proporcionar a perspectiva acima explicitada, utilizando poucas peças, mas bastante significativas no seu contexto. Assim, deseja-se que o visitante possa ter uma experiência equilibrada, nada exaustiva, mas ainda assim que incite à reflexão sobre o papel da mulher no mercado de trabalho e na MM propriamente dita. Para o primeiro expositor intitulado “Amanuenses, dactilógrafas, telefonistas e empregadas de escrita” escolheríamos expor duas tipologias de batas – MLF.TEX.0201 e MLF.TEX.0175 – e uma das réplicas das fardas das amanuenses de 1917 (MLF.TEX.0179 com MLF.TEX.0184, MLF.TEX.0170, MLF.TEX.0194 e MLF.TEX.0196). Seguir-se-ia o expositor das “Operárias e embaladeiras” para o qual seleccionáramos duas batas (MLF.TEX.0149 e MLF.TEX.0150) e um boné (MLF.TEX.0156), bem como um avental (MLF.TEX.0152). Para o expositor das “Auxiliares de educação” escolheríamos duas batas, uma aos quadradinhos, uma verde e branca (MLF.TEX.0130) e outra (MLF.TEX.0132), em conjunto com um bibe, que contém tecidos similares (MLF.TEX.0137) na sua confecção. Relativamente ao expositor das “Caixeiras” escolheríamos o vestido da década de 60 (MLF.TEX.0087) e uma das versões da farda verde dos últimos tempos de laboração (MLF.TEX.0092, MLF.TEX.0094, MLF.TEX.0098 e MLF.TEX.0110). Finalmente, o expositor das “Empregadas de Mesa” conteria duas fardas, uma em tons de azul (MLF.TEX.0120, MLF.TEX.0121, MLF.TEX.0128 e MLF.TEX.0113) e outra em tons de preto (MLF.TEX.0003, MLF.TEX.0004, MLF.TEX.0005 e MLF.TEX.0112), assim como a farda usada para servir as altas patentes (MLF.TEX.0177 em conjugação com MLF.TEX.0176 e MLF.TEX.0189)¹⁰⁵.

5.2.5. Recurso a outras fontes para contextualização

As fardas são, sem dúvida, as peças mais importantes da exposição. Não obstante, existem outros elementos importantes a constar na mesa vitrine documental, por forma a contextualizar e enriquecer a mesma, especialmente no que toca ao

¹⁰⁵ Ver fichas de inventário (anexo 14)

fardamento feminino e à presença das mulheres na MM. De entre esses elementos a integrar a exposição, destacamos o Registo de Matrícula do Pessoal Civil Feminino (livro 5, 1916 – ver anexo 9), que contém informações sobre as funcionárias admitidas, inclusive fotografias. Igualmente patente no arquivo do ML - Fábrica de Moagem estão os documentos relativos ao plano de 1956 (com desenhos – ver anexo 10) e ao plano da década de 1980 (quatro volumes) que deverão constar nesta mesa vitrine documental. Existem também quatro desenhos de fardas femininas, que embora não datados, são importantes fontes documentais. Relativamente às fotografias do Arquivo do ML – núcleo da MM, que se pretendem ampliar e colocar de forma suspensa entre os pilares na primeira parte da exposição, escolheríamos a fotografia RC_01_01¹⁰⁶, bem como a fotografia identificada como ML03_0_0_4F¹⁰⁷. Para além destas, incluiríamos também a fotografia da parada das operárias de 1914 patente no livro *História da Manutenção Militar*, de A. Pinto (1966) e a fotografia das amanuenses (figura 2), presente no *Relatório de Gerência do Ano Económico de 1916-1917* da MM, sendo esta última usada no painel de grandes dimensões da entrada.

Como vimos anteriormente, as Ordens de Serviço foram uma das fontes essenciais para conhecermos melhor esta colecção. Assim, seria importante requisitar ao Arquivo Geral do Exército os volumes das Ordens de Serviço com maior interesse para a temática da exposição, a saber:

- Livro compilação das Ordens de Serviço da MM do ano de 1912 – para exibição da Ordem de Serviço n.º 228, de 25 de Setembro de 1912, onde encontramos a nota sobre a admissão das primeiras mulheres para a MM.
- Livro/ compilação das Ordens de Serviço da MM do ano 1928 – para exibição das páginas relativas ao plano de fardamento, mais concretamente relativa ao vestuário feminino da Ordem de Serviço n.º 9, de 6 de Fevereiro de 1928.
- Livro/ compilação das Ordens de Serviço da MM do ano 1939 – para exibição da Ordem de Serviço n.º 204, de 31 de Agosto de 1939, com enfoque nas páginas que dizem respeito ao estipulado para o fardamento feminino.

No Arquivo Histórico do Exército encontramos uma fotografia da inauguração do Supermercado (figura 12 que consta no capítulo anterior) e da qual gostaríamos de

¹⁰⁶ Ver anexo 11.

¹⁰⁷ Ver anexo 12.

fazer uma reprodução ampliada para colocar de forma suspensa entre os pilares na primeira parte da exposição.

Das OGFE gostaríamos de incluir o molde de calças de senhora e o molde de bata, que encontrámos na secção de corte. Adicionalmente, gostaríamos de incluir os documentos que citámos no capítulo III, referentes à compra de tecidos para execução de fardamento feminino para a MM, nomeadamente os pedidos de tecidos aos quadrados brancos e azuis e aos quadrados brancos e castanhos.

5.2.6. Conservação preventiva e curativa das peças

As peças que irão integrar a exposição encontram-se em reserva e sem ter recebido, à data, qualquer tratamento para além de uma leve higienização. Como anteriormente referido, o estado de conservação da colecção é manifestamente bom, pelo que não serão necessárias intervenções de grande envergadura, muito menos de índole curativa, sendo apenas necessária uma limpeza geral mais aprofundada, usando os meios adequados para o efeito.

Relativamente à conservação preventiva em contexto de exposição, é essencial que as especificidades da colecção sejam tidas em conta, pois apesar do seu óptimo estado de conservação, não devemos descurar as necessidades de uma colecção têxtil. Para além das atenções redobradas com a luz, os parâmetros da humidade relativa e da temperatura devem ser aferidos diariamente, se possível várias vezes ao dia para analisar o impacto na colecção e a variabilidade de condições que esta sofre ao longo do dia, dependendo do número de pessoas na sala e de todos os factores que possam influenciar uma mudança das condições ambientais do espaço.

Tendo em conta que não pretendemos usar vitrines fechadas e que as peças se encontrarão ao nível dos visitantes, é importante que, dependendo da afluência, seja destacado um ou mais vigilantes, de forma a assegurar que as peças não são manuseadas e possivelmente danificadas, contribuindo para uma activa preservação das peças.

5.3. Fase funcional

A fase funcional correspondente ao período em que a exposição está já aberta ao público (Dean, 1996, p. 17), decorre do estabelecimento das suas próprias dinâmicas de um ponto de vista mais operacional. Desde as questões relacionadas com os horários e bilhética até ao desmantelar da exposição, a fase funcional é a da corporização da essência planeada da exposição. Tendo em conta que a exposição aqui proposta ainda

não se materializou, apenas podemos fazer sugestões relativamente aos horários, bilhética, acções do serviço educativos e da equipa de comunicação e divulgação.

5.3.1. Horários e bilhética

A proposta de exposição aqui apresentada visa dar a conhecer um outro capítulo da história da Manutenção Militar, não explorado com este grau de profundidade na exposição permanente, sendo por isso complementar e intrinsecamente ligada à mesma. Assim, acreditamos, neste caso em particular, não fazer sentido a diferenciação de bilhetes, devendo o bilhete normal dar acesso à exposição de longa duração e também à exposição temporária, sem custos extra para o visitante. Relativamente aos horários, a exposição temporária deverá cingir-se aos horários normais do Museu de Lisboa – Fábrica de Moagem da Manutenção Militar, tal como, de resto, acontece noutros equipamentos tutelados pela EGEAC.

5.3.2. Serviço educativo e programação de actividades

Sendo o ML um museu polinucleado, o seu serviço educativo encontra-se centralizado no núcleo sede – Palácio Pimenta. Ao longo do ano são disponibilizadas várias tipologias de actividades para públicos diversificados, com especial destaque para as famílias, as escolas, os seniores e o público com necessidades especiais. Todas as iniciativas têm por base a exposição permanente, as exposições temporárias e/ou as temáticas abordadas nos museus em que decorrem, para além de estarem alinhadas com a missão comum aos vários núcleos.

A par das actividades regulares de mediação do museu poderiam ser desenvolvidas algumas iniciativas em torno desta exposição temporária. Obviamente, não deverá faltar a clássica visita guiada para o público adulto com uma duração máxima de cerca de 40 minutos. Para o público escolar, sugerimos dois tipos de visita: uma para alunos no ensino primário centrada em elucidar os visitantes sobre as profissões que cada uma das fardas ilustra e a dinâmica de um complexo fabril, de forma construtivista e lúdica; outra para público do básico (8.º e 9.º anos) e secundário (11.º e 12.º anos), por exemplo, focada na revolução industrial portuguesa e na história de Portugal no século XX e na evolução do papel da mulher na sociedade. Poderá, igualmente, ter interesse um tipo de visita mais especializada para alunos de design de moda, possibilitando a reflexão sobre a evolução do *design* de fardamento e da roupa em geral, podendo até servir como mote para um trabalho nesse âmbito.

No campo das palestras/ conferências, poderíamos trazer ao museu alguns especialistas em vestuário para nos falar sobre as suas perspectivas, assim como se poderiam organizar algumas mesas redondas inclusive com funcionários das OGFE, para falar sobre o trabalho do Gabinete de Criatividade no que toca ao fardamento. Num contexto mais restrito e resguardado, a implantação de um projecto que envolvesse os antigos funcionários da MM, que quisessem dar o seu testemunho sobre a dinâmica interna fabril e o uso de fardamento, poderia ser estimulante para os participantes e enriquecedor para o museu ao nível das narrativas, mas também do alicerçar na comunidade local. Porque, inevitavelmente, quando falamos de vestuário, falamos de costura, numa óptica mais prática, uma outra proposta a implementar poderia ser a realização de workshops de costura, onde as pessoas poderiam ser convidadas a dar nova vida a peças de vestuário que já não usam, abordando assim de forma prática e pedagógica as questões do *slow fashion* e da economia circular.

Após todos estes meses de pandemia COVID-19 ficou claro que o serviço educativo pode e deve sair das quatro paredes do museu, chegando aos públicos também através das possibilidades que as novas tecnologias oferecem. Assim, não só as palestras supracitadas poderão ser transmitidas online, chegando a um maior número de pessoas, mesmo que geograficamente dispersas, como também poderão ser criadas rubricas semanais de curta duração via *Youtube*, sendo publicadas nas restantes redes sociais, onde são apresentadas as várias peças da exposição e as histórias que estas nos contam.

5.3.3. Comunicação e divulgação

A comunicação e a divulgação das exposições são de suma importância para o seu sucesso. Deste modo, é essencial que a exposição disponha dos canais habituais do Museu de Lisboa para levar a cabo a sua divulgação, através dos meios clássicos, como, por exemplo, os panfletos patentes nas recepções dos espaços culturais tutelados pela EGEAC, entre outros locais, os *outdoors* em paragens de autocarro e quiosques, os anúncios em jornais de fácil acesso, como o Destak, sem esquecer o passa palavra através das possíveis entidades patrocinadoras ou que de algum modo apoiam o evento. Contudo, uma vez que nos encontramos na era da tecnologia, torna-se imprescindível explorar este recurso ao máximo para publicitar a exposição através do site do Museu de Lisboa e das suas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube), essenciais para chegar ao visitante de uma forma mais orgânica e imediata. Estes últimos servem

não só como meios de divulgação da exposição, como podem proporcionar o acompanhamento das actividades desenvolvidas em torno da mesma a um público mais amplo, contribuindo igualmente para um aumento de visibilidade e captação de potenciais visitantes.

A divulgação junto de escolas e da comunidade local poderia ser feita de uma forma mais próxima, através de e-mails e de anúncios em espaços como a Biblioteca de Marvila, onde está implantado o Centro Interpretativo de Marvila e Beato ou o jornal da junta de freguesia, envolvendo a população no projecto e incitando-a a reflectir sobre as questões relacionados com um património que lhes é muito próximo.

A divulgação da exposição e das actividades conectadas com a mesma devem ser efectuadas antes e durante a vigência da exposição, por forma a relembrar periodicamente o visitante sobre a mesma e atrair a sua atenção. Deverá ser efectuado também um catálogo da exposição, que estará disponível para venda na loja do museu, proporcionando assim ao visitante, não só a possibilidade de levar um pouco da exposição consigo, mas também deixar memória da mesma para a posterioridade. A par do catálogo, também na loja, poderiam estar patentes alguns produtos de *merchandising*.

5.4. Fase de avaliação

A fase de avaliação não é menos importante do que as restantes, uma vez que é a que nos permite aferir se estamos a ir na direcção correcta, no que toca à cativação dos nossos públicos para os momentos de nutrição cultural com os quais pretendemos brindá-los. Assim, o *feedback* é essencial para produzir ajustes na oferta e aproximarmo-nos mais do sucesso. No caso desta exposição, poderemos obter algum retorno dos visitantes por via da contabilização de visitantes à exposição, pelo grau de participação nas actividades a ela associadas, nos comentários efectuados nas redes sociais e restantes meios, bem como o tradicional livro de sala ou a versão em *post-it* aqui proposta ou, até mesmo, a versão maquinal e singela que apenas exige ao visitante um clique no *smile* correspondente ao grau de satisfação, como encontramos em diversos outros serviços. Por fim, deverá ser feito um relatório (Dean, 1996, p. 18) com a análise levada a cabo, os pontos fortes e fracos da exposição e as conclusões finais a retirar da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um museu de cariz industrial é, muitas vezes, ainda visto como algo frio e de pouco interesse, mas tal deve-se essencialmente à pouca sensibilidade que existe para visualizar estes espaços e os objectos que encerram como património, sendo este igualmente um vestígio da evolução humana e das suas práticas. Não se tratam de peças consagradas como arte em sentido lato, mas sim de peças muitas vezes simples, carregadas de histórias e de significados. O património industrial vive de mãos dadas com o local onde se encontra e onde, no fundo, pertence. Acreditamos, por isso, que o museu que emergirá na agora silenciosa moagem da MM faz todo o sentido e será pedra angular de um novo caminho em prol do futuro, porém com alicerces firmes no passado incontornável desta zona da cidade de Lisboa e bem presente nas vidas de alguns daqueles que ainda a habitam.

Com este trabalho, quisemos pôr em evidência a quantidade de narrativas que uma simples, ainda que única, colecção de fardas nos revela. A colecção foi simultaneamente o nosso ponto de partida e ponto de chegada, num mar de incertezas e escassas fontes documentais que nos elucidassem sobre ela, o que constituiu um enorme desafio à execução da presente dissertação. Assim, a execução das fichas de inventário (anexo 14) provou ser essencial para a criação de uma base de trabalho e para uma melhoria significativa do conhecimento sobre a colecção no seu todo e individualmente, tendo sido deveras importante, para a elaboração do capítulo IV. Como vimos no capítulo I, existem algumas fontes já bastante completas sobre a MM, enquanto instituição, que permitiram materializar o objectivo que tínhamos no sentido da apresentação do enquadramento histórico e geográfico da MM. O mesmo não se pode dizer quando às fontes sobre fardamento em geral e sobre o fardamento civil na MM, em específico, o que tornou esta investigação bastante difícil e em momentos frustrante, mas também gratificante pela possibilidade de desbravar um tema novo e inexplorado, sendo cada pedaço de informação encontrado no meio de árdua e morosa pesquisa, um motivo de comemoração. Procurámos explorar todas vertentes de pesquisa e metodologia que nos permitissem angariar novas informações sobre a colecção, não tendo sido possível finalizar algumas ideias, como a aproximação a algumas das marcas cujas peças integram a colecção ou a realização de entrevistas a ex-funcionários com eventual recolha de fotografias dos mesmos fardados, devido ao tempo de execução e entrega estipulados para uma dissertação académica.

As Ordens de Serviço e os planos encontrados no Arquivo do ML na MM foram essenciais para a execução do capítulo III e IV, tendo-nos ajudado a compreender a evolução das fardas. Através destas fontes primárias conseguimos perceber que as fardas sempre foram uma constante na instituição, devido ao facto de os militares terem envergado, desde sempre, o uniforme fabril no desempenho destas funções. Acreditamos que numa primeira fase os homens civis que, desde o início, laboraram na MM não tivessem fardas específicas, devido ao facto de serem poucos e ocuparem funções especializadas. Já o mesmo não sucedeu com as mulheres, uma vez que desde o início, embora tivessem sido recrutadas inicialmente a título experimental, tiveram fardas estipuladas consoante a sua função, quer fosse mais relacionada com a escrita (mais cuidada e elaborada) ou com a parte fabril (mais simples). No entanto, como vimos, ao longo da evolução das fardas femininas na MM, apesar das alterações que foram surgindo, a bata foi sempre rainha, marcando assim uma clara distinção entre os sexos masculino e feminino. Identificámos quatro grandes planos de fardamento, tendo estes entrado em vigor nos anos de 1928, 1939, 1956 e década de 80 do século XX. A par destes houve também mudanças pontuais circunscritas a determinados departamentos, como assinalámos. O azul e o branco são, sem dúvida, as cores que marcam presença em todas as fases do fardamento civil da MM, verificando-se, como vimos, a maior explosão de cores e padrões a partir da década de 1980. O algodão com ou sem mistura de fibras sintéticas é, sem dúvida, o tecido mais comum em toda a colecção, apresentando-se, na esmagadora maioria das vezes, sarjado. Tal, deve-se à robustez e durabilidade do material, sendo ainda hoje muito usados na produção de fardamento por parte das empresas especializadas.

Através da legislação sobre fardamento para funcionários do Estado, conseguimos perceber que o estipulado nesses documentos (modelos, tecidos, cores) servia também de inspiração ao fardamento criado para a MM, não estando esta alheia às directrizes e também à moda. Os desenhos encontrados na MM, apesar de poucos, levam a crer que os modelos e planos a implementar tiveram origem na própria MM, com a colaboração do desenhador do estabelecimento, mas acreditamos que a confecção tivesse sido sempre externa, quer nas OGF, posteriormente, OGFE, que através de outras empresas, tendo ou não as OGFE como intermediárias.

A nossa proposta de exposição, apresentada no último capítulo deste trabalho, visa assim complementar a exposição permanente do museu, dando a conhecer uma colecção única e uma perspectiva diferente da instituição e do seu funcionamento,

focada nas mulheres civis, sendo esta uma dimensão talvez menos conhecida da MM, embora as trabalhadoras civis tivessem sido uma das mais importantes forças de trabalho na MM. Esta exposição pretende contar um pouco dessa história não contada, de um ponto de vista patrimonial, mas também sociológico, demonstrando o papel destas mãos praticamente anónimas até aqui, mas que contribuíram em muito para fazer da MM a grande instituição que foi em tempos. As peças escolhidas constituem alguns dos melhores exemplares das fardas da colecção e mais elucidativos da evolução dos usos e costumes da farda nos vários departamentos da instituição.

Apesar da investigação não ter conseguido desvendar todos os segredos da colecção, a mesma trouxe-nos novas linhas de investigação a explorar e estamos confiantes que os objectivos traçados foram cumpridos, sabendo hoje mais desta colecção do que sabíamos antes deste trabalho académico. É importante reiterar que o trabalho em torno da investigação desta colecção, em específico, encontra-se apenas começado estando longe de estar encerrado, pois trata-se de um processo a longo prazo, a ser desenvolvido pelo museu, com contornos que não se coadunam com um trabalho académico desta envergadura, nem com os prazos estipulados para o mesmo. Há ainda muitos passos a dar em direcção a melhores políticas de salvaguarda e valorização do património industrial, contudo o contributo que almejámos fazer encontra-se materializado, tendo revelado um pouco da panóplia de histórias a descobrir a oriente.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Fontes impressas (por ordem alfabética)

Arquivo do Museu de Lisboa, futuro núcleo do Beato (Antiga Fábrica de Moagem)

Almeida, E. (1949). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1948*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Almeida, E. (1950). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1949*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Almeida, F. (1930). *Relatório e Contas da Gerência de 1928-1929*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Almeida, F. (1931). *Relatório e Contas da Gerência de 1929-1930*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Assunção, A. (1984). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1983*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Cardoso, A. (2002). *Relatório e Contas 2001*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Cardoso, A. (2003). *Relatório e Contas 2002*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Carvalho, L. (1969). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1968*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Casimiro, G. e Dias, M. (2012). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2011*. Lisboa: Manutenção Militar.

Casimiro, G. e Dias, M. (2011). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2010*. Lisboa: Manutenção Militar.

Casimiro, G. e Dias, M. (2010). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2009*. Lisboa: Manutenção Militar.

Casimiro, G. e Dias, M. (2009). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2008*. Lisboa: Manutenção Militar.

Casimiro, G. e Dias, M. (2008). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2007*. Lisboa: Manutenção Militar.

Dias, A. (1961). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1962*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1913). *Relatório da Gerência do Ano de 1911-1912*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1914). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1912-1913*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1915). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1913-1914*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1916). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1914-1915*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1917). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1915-1916*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1917). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1916-1917*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Dias, L. (1920). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1918-1919*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, M. (1959). *Relatório do Ano Económico Gerência de 1958*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, M. (1960). *Relatório do Ano Económico Gerência de 1959*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, M. (1961). *Relatório do Ano Económico Gerência de 1960*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, M. (1962). *Relatório do Ano Económico Gerência de 1961*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, V. (1993). *Relatório e Contas 1992*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, V. (1994). *Relatório e Contas 1993*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Domingos, V. (1995). *Relatório e Contas 1994*. Lisboa.: Tipografia da Manutenção Militar.

Ferreira, F. (1965). *Relatório da Gerência Ano de 1964*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1932). *Relatório e Contas da Gerência de 1930-1931*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1933). *Relatório e Contas da Gerência de 1931-1932*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1934). *Relatório e Contas da Gerência de 1932-1933*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1935). *Relatório e Contas da Gerência de 1933-1934*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1936). *Relatório e Contas da Gerência de 1934-1935*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Franco, V. (1937). *Relatório da Gerência do Ano de 1936*. Lisboa: s.e.

Gomes, F. (2013). *Relatório e Contas do Exercício de 2012*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Júnior, M. (1956). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1955*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Júnior, M. (1957). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1956*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Júnior, M. (1958). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1957*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite, J. (1976). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1975*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite, J. (1977). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1976*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite, J. (1978). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1977*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite, J. (1979). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1978*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite J. (1980). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1979*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Leite J. (1981). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1980*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lima, H. (1924). *Relatório e Contas da Gerência de 1923-1924*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lima, H. (1926). *Relatório e Contas da Gerência de 1924-1925*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lima, H. (1927). *Relatório e Contas da Gerência de 1925-1926*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lima, H. (1928). *Relatório e Contas da Gerência de 1926-1927*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lima, H. (1929). *Relatório e Contas da Gerência de 1927-1928*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lopes, F. (1921). *Relatório da Gerência 1920-1921*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lopes, F. (1922). *Relatório da Gerência 1921-1922*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lopes, R. (2010). *Relatório e Contas do Exercício de 2009*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lopes, R. (2011). *Relatório e Contas do Exercício de 2010*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Lopes, R. (2012). *Relatório e Contas do Exercício de 2011*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1986). *Reunião Coordenação de Supermercados 10 Outubro 1986*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1986). *Tabelas de Preços Abril*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Janeiro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Fevereiro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Março*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Abril*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Maio*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Junho*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Julho*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Agosto*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Setembro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Outubro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Novembro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Manutenção Militar (1988). *Tabelas de Preços Dezembro*. Lisboa: Manutenção Militar.

Marques, M. e Santos, S. (2000). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 1999*. Lisboa: Manutenção Militar.

Marques, M. e Vale, A. (1999). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 1998*. Lisboa: Manutenção Militar.

Marques, M. e Sousa, L. (1998). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 1997*. Lisboa: Manutenção Militar.

Mesquita, J. (1945). *Relatório de Gerência de 1944*. Lisboa: Manutenção Militar.

Mesquita, J. (1946). *Relatório da Gerência de 1945*. Lisboa: Manutenção Militar.

Mesquita, J. (1947). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1946*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, A. (1996). *Relatório e contas 1995*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, J. (1997). *Relatório e contas 1996*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, J. (1998). *Relatório e contas 1997*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, J. (1999). *Relatório e contas 1998*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, J. (2000). *Relatório e contas 1999*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Neves, J. (2001). *Relatório e contas 2000*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pereira, M. (1988). *Normas de Gestão dos Supermercados*. Lisboa: Manutenção Militar.

Pereira, M. (1989). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1988*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pereira, M. (1990). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1989*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pereira, M. (1991). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1990*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pereira, M. (1992). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1991*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pinheiro, A. (1986). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1985*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pinheiro, A. (1987). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1986*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Pinheiro, A. (1988). *Relatório da Gerência do Ano Económico de 1987*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Ramalhete, J. (2006). *Relatório e contas 2005*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Ramalhete, J. (2007). *Relatório e contas 2006*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Ramalhete, J. (2008). *Relatório e contas 2007*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Ramalhete, J. (2009). *Relatório e contas 2008*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Rios, M. (1983). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1982*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Rosa, C. (2014). *Relatório e Contas do exercício de 2013*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

S.a. (s.d.). *Plano de Uniformes do Pessoal Civil (2 volumes)*. Lisboa: Manutenção Militar.

S.a. (1981). *Plano de Uniformes do Pessoal Civil. (Projecto) Volume I Carreiras Profissionais/ Dotações*. Lisboa: Manutenção Militar.

S.a. (1981). *Plano de Uniformes do Pessoal Civil. (Projecto) Volume II Peças de Uniforme/ Distribuição por categorias*. Lisboa: Manutenção Militar.

Santos, C. (1971). *Relatório da Gerência Ano Económico 1970*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, C. (1972). *Relatório da Gerência Ano Económico 1971*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, C. (1973). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1972*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, C. (1974). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1973*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, C. (1975). *Relatório da Gerência Ano Económico de 1974*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, S. (2004). *Relatório e contas 2003*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Santos, S. (2005). *Relatório e contas 2004*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Silva, A. (1908). *Relatório da Direcção do Ano Económico de 1907-1908*. Lisboa: Manutenção Militar.

Simões, F. (1968). *Relatório da Gerência 1967*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Sousa, A. (1938). *Relatório de Gerência de 1937*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (1939). *Relatório de Gerência de 1938*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (1940). *Relatório e Contas de Gerência de 1939*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (1941). *Relatório e Contas de Gerência de 1940*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (1942). *Relatório e Contas de Gerência de 1941*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (s.d.). *Relatório e Contas de Gerência de 1942*. Lisboa: s.e.

Sousa, A. (s.d.). *Relatório e Contas de Gerência de 1943*. Lisboa: s.e.

Sousa, J. (1964). *Relatório da Gerência 1963*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Sousa, J. (1967). *Relatório da Gerência 1966*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Tormenta, A. (1951). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1950*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Tormenta, A. (1952). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1951*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Tormenta, A. (1953). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1952*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Tormenta, A. (1954). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1953*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Tormenta, A. (1955). *Relatório Gerência do Ano Económico de 1954*. Lisboa: Tipografia da Manutenção Militar.

Torres, S. e Silva, M. (2005). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2004*. Lisboa: Manutenção Militar.

Torres, S. e Silva, M. (2004). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2003*. Lisboa: Manutenção Militar.

Torres, S. e Abreu, R. (2003). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2002*. Lisboa: Manutenção Militar.

Torres, S. e Ribeiro, C. (2002). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2001*. Lisboa: Manutenção Militar.

Torres, S. e Santos, S. (2001). *Relatório de Actividades – Serviços Industriais Ano 2000*. Lisboa: Manutenção Militar.

Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

Gabinete de Criatividade (1985). *Relatório de actividades 1984/1985*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1985). *Relatório de planeamento 1986/1987*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1986). *Memorandum de actividades em curso 85/86*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1986). *Relatório de actividades 1985/1986*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1986). *Sugestões de actividades /86*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1988). *Relatório de actividades 1987*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1989). *Relatório de actividades 1988*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Gabinete de Criatividade (1991). *Relatório de actividades 1990*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (1985). *Gabinete de Criatividade – Relatório de Actividades 1974-1984*. Lisboa: Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (2009). *Anuário 2008*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

O.G.F. – Serviços Comerciais (1965-1966). *Correspondência Diversa; requisições e fornecimento de artigos de fardamento e aquartelamento*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.C./O.G.F. – Serviços Comerciais (1930-1950). *Tabelas de Preços 1930/1945; Tabelas de Preços 1945/1950*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1971-1978). *Diversos; Fardamento pessoal civil, Modernização das máquinas da fábrica – 1971, Pedido de isenção de direitos alfandegários – 1971/75, Efacec – 1973, Peças p/ empilhador – 1977, Fornecimento de mão-de-obra – 1977, Comunicações serviço – 1978*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1971-1987). *Concurso público; Concurso público n.º 1/1971, Concurso público n.º 2/1985, Concurso público n.º 2/1987, Implantação de mobiliário – 1970, Comissão Luso/ Alemã – 1985/86*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1981/1984/1988). *Copiador de Informações*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985). *Processo de Aquisição; Cordão, Crina, Colarinhos, Camisolas diversas, Artigos diversos – Sampaio Costa, Artigos diversos – Constantino Mota & Filhos, Lona botas castanhas, Lenços, Peúgas, Camisolas de*

ginástica, Botões diversos, Cotim. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985). *Processo de Aquisição; Punhos, Sapatos, Sarja, Soutache, Flanela, Fita, Elástico, Fecho de correr, Entretela, Etiquetas, Cuecas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985-1991). *Processos de Aquisição; Climatização do 5.º piso da CC – 1991, 8650 Pares de formas p/ botas militares 1988-1989, Assistência técnica de ar condicionado – 1988, Confecção de 16.950 camisas uniforme n.º 2 – 1987, Manufactura de fardamento – 1987, Camisa uniforme 2 meia-manga – 1987, Camisas uniforme 3 – 1987, Camisas uniforme 2 – 1987, Aquisição de cuecas – 1987, Aquisição de 80.000 pares de cuecas verdes – 1987, Aquisição de 100.000 cuecas verdes modelo Exército – 1987, Instalação de um sistema detector de incêndios – 1986, Aquisição de uma unidade de alimentação ininterrupta – 1986, Aquisição de uma unidade de alimentação ininterrupta – 1985.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985-1992). *Requisições de Diversas Entidades Portuguesas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985-1994). *Alterações ao R.U.E. 1993/1994, Fardamento NQR 1988/1993, Estudos diversos 1985/1989.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1985-2002). *Mod. Fabrico – 1986/2002, Informações – 1985/1987, Pedido de cotações – 1999, Imp. de material óptico para laboratório – 1994, Venda de uniforme a colecionador – 1996, P. empréstimo DSF – 1989, Importação de matéria-prima – 1990/1993, Tecnox – 1990/1991.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1987). *Processo de Aquisições; Camisas, Camisolas diversas, Camisolas diversas – Sampaio Costa, Camisolas de ginástica, Capas impermeáveis, Caqui, Celuloide, Cetim, Lona, Lenços, Ilhós, Gabardines, Galão, Luvas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1987). *Processo de Aquisições; Ciura, Torçal, Travincas, Vaca, Veludo, Cotim, Cordão, Emblemas, Aparelhos diversos, Artigos diversos, Colarinhos, Alpaca, Toalhas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1987). *Processo de Aquisições; Tecido camuflado, Tacões de borracha, Soutache, Sarja, Sargelim, Sapatos, Linha poliéster texturizada – várias firmas, Linha poliéster azul – várias firmas, Linha poliéster branco – várias firmas, Linha poliéster algodão branco – várias firmas, Acabamentos químicos têxteis-Aquitex, Fechos verdes 45 cm – várias firmas, Fechos verdes 16 cm – várias firmas, Fecho fita adesiva 16 mm – várias firmas, Fita cóis – várias firmas, Fita – Carvalhos e Guimarães, Fecho fita adesiva 16 mm – várias firmas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1987). *Processo de Aquisição; Tecido para calças 2P, Tecidos diversos, Tecido para gabardine, Tecido para gravatas da F.A., Tecido de nylon verde, Tecido terylene, Tecido para uniforme n.º 123, Tecido para camisa uniforme n.º 3, Tecido azul claro para camisa F.A., Tecido para camisa uniforme n.º 2, Tecido normal fino para F.A., Tecido uniforme serviço interno F.A.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1988). *Processo de Aquisições; Soutache, Sola, Sarja, Sargelim, Sapatos, Punhos, Pano de algodão, Pano crú, Pano Patente, Pano para guarnições peúgas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1988). *Processo de Aquisições; Vaca, Veludo, Toalhas de rosto brancas – v/ firmas, Tira tecido duplo – v/ firmas, Tecido verde, Tecido uniforme 1/2/3, Tecido nylon verde militar, Tecidos diversos – João Alves Matos, Tecidos diversos – Eduardo Martins; Tecido camisas uniforme 3 – v/ firmas; Tecido para camisas Riopelle; Tecido para calças – v/ firmas; Tecido uniformes de campanha F.A. – v/ firmas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1990). *Processo de Aquisição; Soutache, Tecido para F.A., Tecidos diversos, Tecido de nylon, Tecido de terylene e lã, Pano*

patente, Precinta, Punhos, Sargelim, Galão, Gravatas, Guardanapos, Ilhós, Lona, Luvas. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1991). *Processo de Aquisições; Fechos diversos – Aquitex, Fechos diversos – Jamoral, Vaca – Unipel, Tecido uniforme 1 – várias firmas, Vaca – Carcavelos Industrial, Tecidos diversos – Multitextil, Tecidos diversos – Marques e Sequeira, Tecidos diversos – Pronel, Tecidos diversos – Fisel, Tecidos diversos – Foncar, Pano cru – Oliveira e Pereira, Pano cru – Fáb. Nacional Cordoaria, Formas para calçado, Toalhas, Tecido de nylon, Tecido terylene e lã, Veludo, Punhos, Tafetá, Soutache, Sarja, Sapatos.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1992). *Processos de Aquisições; Sarja diversa, Sapatos, Tecidos diversos, Tecido para camisa, Tecido para calças, Pano para guarnição, Pano cru, Colarinhos, Botas, Camisolas diversas, Emblemas, Boinas Castanhas, Alpaca.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Comerciais (1999). *Processos com Entidades Militares.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. - Serviços Comerciais (2000-2001). *Requisições.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais (s.d.). *Emblemas e monogramas do Exército.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais (1976-1992). *Informações – 1986, Comunicações de serviço – 1976/1991, Empreitadas – 1992, Diversos – 1980.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Amostras de matérias-primas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Amostras de papel.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Amostras de Tecido (1)*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Amostras de Tecido (2)*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Catálogos das OGFE*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Desenho de Fardamentos; Agentes de Serviço Público, Casaco de campanha da Força Aérea, Uniformes do Exército, Casaco de abafo Mod. 99, Identificação bordada p/ bolso do fato de trabalho da Lisnave e da Setenave, Uniforme p/ pessoal dos portos marítimos do RPA, Camisas, Casacos e Boinas, Camisas para a JMPLA, Camisas de internada da MAC, Desenhos de capuzes, Uniforme feminino da PSP, Farda de trabalho Mod. AM, Funcionários da OTAN/NATO, Uniforme da FARP, Fatos de trabalho Mod. OGFE, Bibes para a Manutenção Militar, Uniforme de músico p/ banda do Exército, Uniformes do corpo de vigilância, Motorista de transportes públicos de Angola*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Diversos desenhos e projectos*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Diversos diapositivos das O.G.F.E.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (s.d.). *Diversas fotografias das O.G.F.E.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

O.G.F.E. – Serviços Industriais – Gabinete de Criatividade (1981-1990). *Plano de uniformes do Exército*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (s.d.). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.2. *Aquisições de Bens e Serviços*; 5.2.4. *Colecções de informações sobre Aquisições*;

Tecidos Ordens de Compra 7010158 a 7011323. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (s.d.). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência c/ clientes; Encomendas prod. não armazenadas.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (s.d.). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.2. *Aquisição de Bens e Serviços*. 5.2.9. *Mapas de guias de recepção n.º 718219 a 718869.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (s.d.). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes Militares.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (1998-1999). 5. *Gestão de Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diversos Secção Logística*; 5.4.4. *Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas Produtos Não Armazenáveis.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (1999-2007). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes; Informação de Preços Civis Letra A a H.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (1999-2007). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes; Informação de preços Militares.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2000) (1). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diverso Secção Logística*; 5.4.4. *Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomenda: 3198 a 3566.* (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2000) (2). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência com clientes DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diverso Secção Logística*; 5.4.4. *Processos de vendas/*

Requisições de clientes; Encomenda: 3567 a 3849. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2000) (4). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diverso Secção Logística; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomenda: 4197-4309. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2001) (2). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diverso Secção Logística; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas: 4503 a 4705. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2003-2009). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.5. Gestão Armazéns/ Stocks; 5.5.3. Ordens Manufatura 2.ª Divisão – Ano 2004/2009 30671 a 30896; Ordens de Manufatura Conf. Externa – Ano 2003/2009 14207 a 14975. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2004). 5. *Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Facturas 4000001-jan a 4001278-dez. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2005) (2). 5. *Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.40 Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes DSI/ Repartição de Fardamento e Material Diverso Secção Logística; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas: 6801 a 7007. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2005-2006-2007). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes 7000-7400. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.*

Serviços Comerciais (2006) (1). 5. *Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes DMT/ Repartição de Reabastecimento e Serviços DA/ Repartição de Concursos e Secção Logística; 5.4.4.*

Processo de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas: 6995 a 7315. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2007-2008). 5. Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes 7401-7840. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2007-2008-2009). 5. Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.4. Processos venda/ Requisições clientes 7841-8285. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2008) (1). 5. Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes DA/ Repartição de Concursos e Contratos Comando da Logística; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas: 7815/7839 a 8062. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2008-2011). 5. Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas Militares. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2009-2010-2011). 5. Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.2. Aquisições de Bens e Serviços; Processos de pedidos de orçamento (mails) 1101. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2010) (2). 5. Gestão dos Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes DA/ Repartição de Concursos e Contratos Comando da Logística; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas: 8840 a 8955. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2012-2020). 5. Gestão de Recursos Patrimoniais; 5.4. Encomendas e vendas; 5.4.1. Correspondência com clientes; 5.4.4. Processos de vendas/ Requisições de clientes; Encomendas Militares. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Serviços Comerciais (2014). 5. *Gestão dos Recursos Patrimoniais*; 5.4. *Encomendas e vendas*; 5.4.1. *Correspondência c/ clientes; Encomendas*. (Caixa s. n.º). Arquivo das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

Bibliografia

AAVV (1958). *A Manutenção Militar de Lisboa: sua missão e actividade*. Lisboa: Sep. Serv. Administração Militar.

Administração Geral do Exército (1947). *Notícia Histórica sobre os Estabelecimentos Fabris do Ministério da Guerra*. Lisboa: Bertrand Irmãos, Lda.

Alarcão, T. e Pereira, T. (1999). *Normas de Inventário – Têxteis*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Aldrich, W. (2007). *History of sizing systems and ready-to-wear garments*. DOI:10.1533/9781845692582.1.

Baptista, J. (1899). *A Manutenção Militar de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Baptista, R. (2020). *Manutenção Militar, 1897-2015: Génese, desenvolvimento, expressão territorial e extraterritorial ultramarina e extinção*. Lisboa: Direcção de Finanças – Exército Português.

Camacho, C. (coord.) (2007). *Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

Câmara, J., Oliveira, W. e Botelho, Róber (2009). *Moda corporativa: uma análise pelo design, materiais e ergonomia*. *Actas de Diseño y Comunicación*, pp. 73-76.

Cohn, M. (2020). *Conservação Preventiva de Têxteis Arqueológicos em Contexto de Reserva. Estudo de Caso do Museu de Lödöse*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].

Correia, R. (2015). *Avaliação de risco aplicada à coleção têxtil em reserva do Museu Diocesano de Santarém e diagnóstico e intervenção de conservação e restauro em duas peças têxteis da coleção*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa].

Craik, J. (2005). *Uniforms exposed: from conformity to transgression*. Oxford: Berg.

D’Alambert, C. e Monteiro, M. (1990). *Exposição Materiais e Técnicas de Montagem*. Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Dean, D. (1996). *Museum Exhibition - Theory and Practice*. Routledge. Londres, Inglaterra.

Desvalées, A., e Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo, Brasil. 79-81.

Dias, S. (2017). *O fardamento na indústria. Desenvolvimento do fardamento na empresa Celtejo*. [Dissertação de mestrado, Univesidade de Lisboa e Instituto Politécnico de Castelo Branco].

Domingues, S. e Marques, S. (2018). “Circuitos pela tardia industrialização portuguesa: Lisboa entre dois mundos” in Filipe, G, Vale, J e Castaño, I. *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa.

Duarte, C. (2015). “Manutenção Militar. Património Industrial, após 117 anos de História” in *Jornal do Exército n.º 653 Dezembro*, pp. 40-43.

EGEAC (2017). Instrumentos de Gestão Previsonal. Lisboa: EGEAC.

EGEAC (2018). Instrumentos de Gestão Previsonal. Lisboa: EGEAC.

EGEAC (2019a). Instrumentos de Gestão Previsonal. Lisboa: EGEAC.

EGEAC (2019b). Relatório e Contas. Lisboa: EGEAC.

EGEAC (2020). Instrumentos de Gestão Previsonal. Lisboa: EGEAC.

EGEAC (2021). Instrumentos de Gestão Previsonal. Lisboa: EGEAC.

Ferreira, M. (2011). *A importância dos estabelecimentos fabris do exército português para o Estado*. [Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar].

Figueiredo, J. (2011). “Controlo de qualidade nas OGFE”, in *Boletim da Logística n.º 4 II Série Maio*, pp. 32-34.

Folgado, D. (2021). *Inventário do Património Industrial – Ficha de bem móvel*. Lisboa: Egeac – Museu de Lisboa.

Folgado, D. (2020). *Programa Museológico Núcleo da Fábrica da Manutenção Militar do Museu de Lisboa ao Beato. Bases*. Lisboa: Museu de Lisboa; EGEAC.

Folgado, D. e Custódio, J. (1999). *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte.

Folgado, D. e Custódio, J. (2019). “6. Lugares Industriais”. In Teixeira, P. (coord. Ed.). *Lisboa a Oriente Roteiro Cultural*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 126-142.

Francequin, G. (2008). *Le Vêtement de Travail, Une Deuxième Peau*. Paris: Eres.

Ginsburg, M. (1991). *The Illustrated History of Textiles*. London : Studio Ed.

Häyhä, H., Jantunen, S. e Paaskoski, L. (2018). *Analysing Significance*. Helsinki: Suomen Museoliitto.

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial - “Os Princípios de Dublin”* (2011). Aprovados na 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de Novembro de 2011.

José, I. (2017). *A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa].

Lopes, J. (2010). *A importância da Manutenção Militar no Sistema Logístico do Exército Português*. [Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar].

Michalski, S. (1993). “Relative Humidity: A Discussion of Correct/Incorrect Values.” In *ICOM Committee for Conservation 10th Triennial Meeting Washington DC USA 20-27 August 1993, II*, pp. 624-629.

Moura, C. (2003). “Cronologia das OGFE – 1913-2003. Um século ao serviço das Forças Armadas”, in *Revista da Administração Militar n.º 3 Ano 1 3ª Série Julho/Setembro*, pp. 38-43.

Moura, C. (2003). “OGFE Um século fazendo jus à sua divisa ao serviço das Forças Armadas «Nobis Honor Servire»”, in *Jornal do Exército* n.º 521 Agosto/Setembro, pp. 32-40.

Moura, C. (2011). “Confecção de uniformes militares de recriação histórica”, in *Boletim da Logística* n.º 4 II Série Maio, pp. 30-31

Nunes, M. (2009). “As primeiras mulheres operárias admitidas na Manutenção Militar”, in *Boletim da Logística* n.º 2 II Série Julho, pp. 60-64.

Pereira, P. (2004). *Preservar e desenvolver em museologia: contributo para o estudo do objeto e do processo museológico*. Cadernos de Sociomuseologia, n.º 34, 41–135.

Pereira, S. (2017). *Reabilitação de património industrial: Edifício da Antiga Central elétrica, na Manutenção Militar de Lisboa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona.

Pinto, A. (1966). *História da Manutenção Militar* (Vol. II). Lisboa: SPEME.

Pinto, A. (1967). *História da Manutenção Militar* (Vol. III). Lisboa: SPEME.

República Portuguesa (1934). *Colecção de Ordens do Exército, 1.º série*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Rodrigues, F. (2005). *Uma Nova Rede de Museus para o Exército Português*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa].

Rodrigues, M. (1998). *300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1660-1960*. Lisboa: Exército Português/ Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*. Nizhny Tagil, Russia.

Tinoco, A. (2012). *Para uma política de preservação do património industrial em Portugal*. Cadernos de Sociomuseologia, n.º 42, 27–50.

Vajão, V. (2015). *Manual de práticas de iluminação: Arte a Iluminar a Arte*. Lisboa: Lidel.

Valério, S., Fernandes, A. e Martins, D. (2013). O vestuário profissional enquanto elemento de identidade corporativa – um caso prático ao serviço do Centro Hospitalar da Cova da Beira. *II Jornada potencial técnico e científico do IPCB*.

Legislação (por ordem cronológica)

Lei Régia de 12 de Setembro 1908. *Diário do Governo n.º 205*. Lisboa: Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 4088 de 16 de Abril. *Diário do Governo n.º 79/1918 - Série I*. Lisboa: Presidência do Ministério.

Decreto n.º 6373 de 22 de Março de 1920. *Ordem do Exército*. Lisboa: Ministério da Guerra.

Decreto n.º 16696 de 09 de Abril. *Diário da República n.º 79/1929 – Série I*. Lisboa: Ministério da Guerra.

Decreto n.º 21464 de 13 de Julho. *Diário do Governo n.º 162/1932 – Série I*. Lisboa: Presidência do Ministério.

Portaria n.º 8182 de 29 de Julho. *Diário da República n.º 173/1935 - Série I*. Lisboa: Ministério da Guerra.

Lei n.º 2:020, de 19 de Março. *Diário do Governo n.º 63/1947 – Série I*. Lisboa: Ministério da Guerra.

Decreto-Lei n.º 41 892 de 3 de Outubro. *Diário da República n.º 214/1958 – Série I*. Lisboa: Ministério do Exército.

Portaria n.º 620/72 de 21 de Outubro. *Diário da República n.º 246/1972 – Série I*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional e Ministério das Finanças.

Portaria n.º 351/77 de 11 de Junho. *Diário da República n.º 134/1977 – Série I*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Portaria n.º 372/82 de 15 de Abril. *Diário da República n.º 87/1982 – Série I*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República* n.º 209/2001 – Série I-A. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 47/2014, de 19 de Agosto. *Diário da República* n.º 195/2004 – Série I-A. Lisboa: Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de Junho. *Diário da República* n.º 113/2009 – Série I. Lisboa: Ministério da Cultura.

Decreto-Lei n.º 1/2014 de 9 de Janeiro. *Diário da República* n.º 6/2014 - Série I. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 167/2014 de 6 de Novembro. *Diário da República* n.º 215/2014 – Série I. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 11/2015 de 26 de Setembro. *Diário da República* n.º 17/2015 – Série I. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Despacho n.º 5253/2016, de 29 de Março. *Diário da República* n.º 76 – Série II. Lisboa: Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 76/2017 de 29 de Junho. *Diário da República* n.º 124/2017 – Série I. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 345/2019 de 02 de Outubro. *Diário da República* n.º 189/2019 – Série I. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Despacho n.º 996/2021 de 25 de Janeiro. *Diário da República* n.º 16/2021 – Série II. Lisboa: Ministério das Finanças e Ministério da Defesa Nacional.

Ordens de Serviço da Manutenção Militar (por ordem cronológica)

- Ordem de Serviço n.º 334, 3 Dezembro de 1898.
- Ordem de Serviço n.º 1, 1 de Janeiro de 1899.
- Ordem de Serviço n.º 179, 15 de Setembro de 1906.
- Ordem de Serviço n.º 77, 22 de Abril de 1908.
- Ordem de Serviço n.º 221, 31 de Outubro de 1908.
- Ordem de Serviço n.º 30, 9 de Fevereiro de 1909.

- Ordem de Serviço n.º 33, 12 de Fevereiro de 1909.
- Ordem de Serviço n. 55, 11 de Março de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 81, 15 de Abril de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 111, 21 de Maio de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 112, 22 de Maio de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 118, 29 de Maio de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 119, 31 de Maio de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 126, 8 de Junho de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 162, 24 de Julho de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 175, 9 de Agosto de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 256, 12 de Novembro de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 283, 15 de Dezembro de 1909.
- Ordem de Serviço n.º 32, 15 de Fevereiro de 1910.
- Ordem de Serviço, n.º 51, 7 de Março de 1910.
- Ordem de Serviço n.º 109, 21 de Maio de 1910, Manutenção Militar.
- Ordem de Serviço n.º 159, 27 de Julho de 1910, Manutenção Militar.
- Ordem de Serviço n.º 183, 23 de Agosto de 1910, Manutenção Militar.
- Ordem de Serviço n.º 211, 24 de Setembro de 1910, Manutenção Militar.
- Ordem de Serviço n.º 241, 31 de Outubro de 1910.
- Ordem de Serviço n.º 280, 16 de Dezembro de 1910.
- Ordem de Serviço n.º 288, 26 de Dezembro de 1910.
- Ordem de Serviço n.º 15, 19 de Janeiro de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 16, 20 de Janeiro de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 66, 22 de Março de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 155, 6 de Julho de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 156, 7 de Julho de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 236, 11 de Outubro de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 253, 31 de Outubro de 1911.
- Ordem de Serviço n.º 287, 11 de Dezembro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 22, 26 de Janeiro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 28, 3 de Fevereiro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 43, 21 de Fevereiro de 1912.

- Ordem de Serviço n.º 70, 23 Março de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 83, 8 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 88, 13 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 92, 18 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 94, 20 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 95, 22 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 100, 27 de Abril de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 103, 1 de Maio de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 104, 2 de Maio de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 118, 20 de Maio de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 119, 21 de Maio de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 120, 22 de Maio de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 149, 26 de Junho de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 228, 25 de Setembro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 240, 10 de Outubro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 243, 15 de Outubro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 248, 19 de Outubro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 282, 28 de Novembro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 283, 29 de Novembro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 300, 20 de Dezembro de 1912.
- Ordem de Serviço n.º 14, 17 de Janeiro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 15, 20 de Janeiro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 23, 28 de Janeiro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 62, 15 de Março de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 73, 28 de Março de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 110, 12 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 112, 14 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 113, 15 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 115, 17 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 119, 22 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 124, 28 de Maio de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 126, 30 de Maio de 1913.

- Ordem de Serviço n.º 128, 2 de Junho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 138, 13 de Junho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 143, 20 de Junho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 155, 4 de Julho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 158, 8 de Julho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 162, 12 de Julho de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 199, 25 de Agosto de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 204, 30 de Agosto de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 212, 9 de Setembro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 255, 30 de Outubro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 276, 24 de Novembro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 289, 10 de Dezembro de 1913.
- Ordem de Serviço n.º 13, 16 de Janeiro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 45, 24 de Fevereiro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 98, 27 de Abril de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 106, 7 de Maio de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 111, 13 de Maio de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 120, 23 de Maio de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 151, 30 de Junho de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 164, 15 de Julho de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 169, 21 de Julho de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 175, 2 de Julho de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 185, 9 de Agosto de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 186, 10 de Agosto de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 199, 28 de Agosto de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 219, 17 de Setembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 224, 23 de Setembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 230, 30 de Setembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 237, 9 de Outubro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 240, 13 de Outubro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 247, 21 de Outubro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 252, 27 de Outubro de 1914.

- Ordem de Serviço n.º 258, 3 de Novembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 265, 11 de Novembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 272, 19 de Novembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 280, 28 de Novembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 283, 3 de Dezembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 285, 5 de Dezembro de 1914.
- Ordem de Serviço n.º 70, 25 de Março de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 88, 15 de Abril de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 98, 27 de Abril de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 99, 28 de Abril de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 104, 5 de Maio de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 123, 27 de Maio de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 149, 28 de Junho de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 166, 17 de Julho de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 217, 15 de Setembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 219, 17 de Setembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 222, 21 de Setembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 248, 22 de Outubro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 260, 5 de Novembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 270, 17 de Novembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 284, 4 de Dezembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 305, 30 de Dezembro de 1915.
- Ordem de Serviço n.º 27, 3 de Fevereiro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 62, 15 de Março de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 70, 24 de Março de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 87, 13 de Abril de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 96, 24 de Abril de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 103, 2 de Maio de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 126, 29 de Maio de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 156, 4 de Julho de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 160, 8 de Julho de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 168, 18 de Julho de 1916.

- Ordem de Serviço n.º 189, 11 de Agosto de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 198, 22 de Agosto de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 206, 31 de Agosto de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 220, 16 de Setembro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 221, 18 de Setembro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 222, 19 de Setembro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 229, 27 de Setembro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 275, 21 Novembro de 1916.
- Ordem de Serviço n.º 5, 6 de Janeiro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 20, 24 de Janeiro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 48, 27 de Fevereiro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 76, 31 de Março de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 114, 16 de Maio de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 116, 18 de Maio de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 120, 23 de Maio de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 122, 25 de Maio de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 137, 13 de Junho de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 160, 10 de Julho de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 169, 20 de Julho de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 190, 14 de Agosto de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 209, 5 Setembro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 214, 11 de Setembro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 257, 2 de Novembro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 267, 14 de Novembro de 1917.
- Ordem de Serviço n.º 2, 3 de Janeiro de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 19, 23 de Janeiro de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 48, 28 de Fevereiro de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 87, 16 de Abril de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 107, 10 de Maio de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 137, 15 de Junho de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 172, 26 de Julho de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 175, 30 de Julho de 1918.

- Ordem de Serviço n.º 200, 28 de Agosto de 1918.
- Ordem de Serviço n.º 79, 5 de Abril de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 88, 16 de Abril de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 108, 10 de Maio de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 132, 4 de Junho de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 153, 25 de Junho de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 158, 30 de Junho de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 188, 30 de Julho de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 195, 6 de Agosto de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 198, 9 de Agosto de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 217, 28 de Agosto de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 251, 1 de Outubro de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 253, 3 de Outubro de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 257, 7 de Outubro de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 258, 8 de Outubro de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 273, 23 de Outubro de 1919.
- Ordem de Serviço n.º 30, 30 de Janeiro de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 34, 3 de Fevereiro de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 38, 7 de Fevereiro de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 57, 20 de Fevereiro de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 74, 14 de Março de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 78, 18 de Março de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 79, 19 de Março de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 83, 23 de Março de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 117, 26 de Abril de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 139, 18 de Maio de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 142, 21 de Maio de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 191, 9 de Julho de 1920
- Ordem de Serviço n.º 283, 9 de Outubro de 1920.
- Ordem de Serviço n.º 50, 19 de Fevereiro de 1921.
- Ordem de Serviço n.º 57, 26 de Fevereiro de 1921.
- Ordem de Serviço n.º 143, 25 de Maio de 1921.

- Ordem de Serviço n.º 147, 27 de Maio de 1921.
- Ordem de Serviço n.º 284, 11 de Outubro de 1921.
- Ordem de Serviço n.º 286, 13 de Outubro de 1921.
- Ordem de Serviço n.º 34, 3 de Fevereiro de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 54, 23 de Fevereiro de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 114, 24 de Abril de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 128, 8 de Maio de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 283, 10 de Outubro de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 300, 27 de Outubro de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 329, 25 de Novembro de 1922.
- Ordem de Serviço n.º 117, 2 de Maio de 1924.
- Ordem de Serviço n.º 91, 21 de Abril de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 125, 1 de Junho de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 127, 3 de Junho de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 131, 8 de Junho de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 140, 19 de Junho de 1925.
- Ordem de Serviço, n.º 156, 9 de Julho de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 303, 31 de Dezembro de 1925.
- Ordem de Serviço n.º 20, 25 de Janeiro de 1926.
- Ordem de Serviço n.º 153, 5 de Julho de 1926.
- Ordem de Serviço n.º 179, 4 de Agosto de 1926.
- Ordem de Serviço n.º 82, 9 de Abril de 1927.
- Ordem de Serviço n.º 29, 6 de Fevereiro de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 31, 8 de Fevereiro de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 103, 4 de Maio de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 105, 7 de Maio de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 124, 29 de Maio de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 126, 31 de Maio de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 167, 18 de Julho de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 261, 7 de Novembro de 1928.
- Ordem de Serviço n.º 11, 14 de Janeiro de 1930.
- Ordem de Serviço n.º 120, 26 de Maio de 1930.

- Ordem de Serviço n.º 137, 16 de Junho de 1931.
- Ordem de Serviço n.º 254, 27 de Outubro de 1932.
- Ordem de Serviço n.º 298, 19 de Dezembro de 1932.
- Ordem de Serviço n.º 1, 2 de Janeiro de 1933.
- Ordem de Serviço n.º 45, 23 de Fevereiro de 1933.
- Ordem de Serviço n.º 22, 26 de Janeiro de 1935.
- Ordem de Serviço n.º 49, 28 de Fevereiro de 1935.
- Ordem de Serviço n.º 60, 14 de Março de 1935.
- Ordem de Serviço n.º 61, 15 de Março de 1935.
- Ordem de Serviço n.º 101, 2 de Maio de 1935.
- Ordem de Serviço n.º 10, 13 de Janeiro de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 41, 18 de Fevereiro de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 58, 10 de Março de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 92, 20 de Abril de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 119, 21 de Maio de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 210, 6 de Setembro de 1937.
- Ordem de Serviço n.º 103, 6 de Maio de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 108, 12 de Maio de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 137, 15 de Junho de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 154, 5 de Julho de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 166, 19 de Junho de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 188, 13 de Agosto de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 282, 5 de Dezembro de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 289, 13 de Dezembro de 1938.
- Ordem de Serviço n.º 53, 6 de Março de 1939.
- Ordem de Serviço n.º 155, 5 de Julho de 1939.
- Ordem de Serviço n.º 168, 20 de Julho de 1939.
- Ordem de Serviço n.º 204, 31 de Agosto de 1939.
- Ordem de Serviço n.º 79, 5 de Abril de 1960.
- Ordem de Serviço n.º 82, 8 de Abril de 1960.
- Ordem de Serviço n.º 245, 21 de Outubro de 1960
- Ordem de Serviço n.º 180, 2 de Agosto de 1968.

- Ordem de Serviço n.º 184, 7 de Agosto de 1968.

Endereços electrónicos

Arquivo Histórico do Exército [online]. Disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=259014&FileID=2026371&recordType=Description>. (Consultado a 15/05/2022).

Arquivo Histórico do Exército [online]. Disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/storageimage/?id=DISSEMINATION/48D69A0A55346628E0675755C98A11F0&proto=vault&>. (Consultado a 15/05/2022).

Canadian Conservation Institute [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects/textiles-costumes.html>. (Consultado a 21/08/2021).

Canadian Conservation Institute [online]. *Agent of Deterioration: Thieves and Vandals*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/thieves-vandals.html>. (Consultado a 16/04/2021).

Canadian Conservation Institute [online]. *Storage for Costume Accessories – Canadian Conservation Institute (CCI) Notes 13/12*. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/conservation-preservation-publications/canadian-conservation-institute-notes/storage-costume-accessories.html>. (Consultado a 16/04/2021).

Câmara Municipal de Lisboa (2009). *Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024*. [online]. Disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/municipio/camara/documentos/Sumarios_Executivos.pdf. (Consultado a 06/06/2022).

Clothes Tell Stories [online]. Disponível em <http://www.clothestellstories.com/index.php>. (Consultado a 19/09/2021).

Dancause, R., Wagner, J. e Vuori, J. (2018). *Caring for textiles and costumes*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/textiles-costumes.html#a25>. (Consultado a 16/04/2022).

Hub Criativo do Beato [online]. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/en/home/>. (Consultado a 25/08/2021).

Hub Criativo do Beato (2017). *Apresentação Pública*. [online]. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/wp-content/uploads/2020/01/2017.07.25-HCB-Apresentacao-Publica.pdf>. (Consultado a 02/04/2022).

Hub Criativo do Beato (2018). *Projecto Global para o Hub Criativo do Beato: Memória Descritiva e Justificativa*. [online]. Disponível em <https://hubcriativobeato.com/wp-content/uploads/2020/01/Projeto-Global-Mem%C3%B3ria-descritiva.pdf>. (Consultado a 02/04/2022).

Mason, J. (2018). *Handling heritage objects*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/handling-heritage-objects.html>. (Consultado a 16/04/2022).

Michalski, S. (2018). *Agents of Deterioration: Incorrect Temperature*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/temperature.html>. (Consultado a 12/05/2021).

Michalski, S. (2018). *Basic requirements of preventive conservation*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/basic-requirements-preventive-conservation.html>. (Consultado a 16/04/2021).

Mota, M. (2015). *Uma experiência na área das reservas de têxteis*. Disponível em <https://journals.openedition.org/midas/820?lang=fr>. (Consultado a 21/08/2021).

Museu de Lisboa [online]. Disponível em <https://museudelisboa.pt/pt>. [Consultado a 25/08/2021].

Museum Textile Services [online]. Disponível em <http://www.museumtextiles.com/textile-conservation-basics.html>. (Consultado a 19/09/2021).

Strang, T. e Kigawa, R. (2021) *Agent of Deterioration: Pests*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/pests.html>. (Consultado a 21/08/2021).

Tremain, D. (2018). *Agent of Deterioration: Water*. [online]. Disponível em <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/water.html>. (Consultado a 05/02/2022).

ANEXOS

Os anexos encontram-se num ficheiro *pdf* à parte, que acompanha a presente dissertação.